

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2015



ÍNDICE

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
I. NOTA INTRODUTÓRIA	6
II. ORGÃOS SOCIAIS	12
III. ESTRUTURA ORGÂNICA DA AMBISIDER	13
IV. ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ANO DE 2015.....	16
1.Área Comercial	16
2.Área Produção.....	24
3.Qualidade, Ambiente e Segurança	30
3.1.Qualidade	30
3.2.Ambiente.....	33
3.3.Segurança.....	37
4.Equipamentos	38
V. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	42
VI. PERSPETIVAS PARA 2016.....	51
VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	58
VIII. REFERÊNCIAS FINAIS	59

ANEXO I: Cumprimento das obrigações legais nos termos Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro (RJSPE)

APÊNDICE I: Remunerações – Ofício n.º 001211 de 27 de Fevereiro

APÊNDICE II: EPNF

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano 2015 fica marcado pela evolução da Ambisider em termos do alargamento a novas áreas de atividade, tendo-se verificado uma evolução relevante em matéria das obras de construção civil, designadamente no que respeita à execução de coberturas em chapa metálica, reabilitação de fachadas, remodelações de interiores e execução de trabalhos de infraestruturas, de águas e telecomunicações.

A Empresa consolidou assim a diversificação dos serviços prestados, alargando as suas áreas de atuação tradicionais, com o objetivo de manter um nível de atividade compatível com a sua estrutura operacional.

Não obstante, a Empresa continuou a ressentir-se da forte exposição ao mercado nacional no que respeita aos potenciais clientes no setor da construção civil.

De forma continua, a Ambisider manteve uma linha de reestruturação operacional e de recursos humanos no sentido de capacitar a empresa a operar noutros segmentos de mercado para além do desenvolvimento da sua área de atividade tradicional das demolições, desmantelamentos e remoção de materiais com amianto.

Assim, foi possível e tornou-se uma realidade a inovação de processos e a inovação produtiva, com êxito e obras ilustrativas desta mesma realidade.

Em matéria de Qualidade, Ambiente e Segurança, a Ambisider preparou-se para um processo de auditoria interna. Foram definidos os processos e criados os procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade.

O Estaleiro Geral foi reorganizado faltando ainda testar o procedimento de controlo previsto.

Foi implementado o Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, com uma cadência que a Administração da Ambisider S.A. considera enquadrada na atividade da empresa, possibilitando, de igual forma, reduzir o grau de incerteza na valorização do material existente no Parque.

Com o mercado interno muito deprimido no qual grande parte das adjudicações se pautam apenas pelo critério do mais baixo preço, a Ambisider optou por seleccionar sempre que possível oportunidades quer de âmbito privado quer ao nível das plataformas de contratação pública que avaliassem critérios mais amplos e mais justos num procedimento de concurso.

A Empresa realizou um esforço notável colocando o seu foco comercial dentro do Grupo económico em que se insere e o qual pretende servir cada vez melhor abrangendo um maior leque de ofertas e serviços prestados.

No entanto, nem sempre tem sido fácil passar esta mensagem, verificando-se que, as mentalidades no Setor Empresarial do Estado são, em alguns casos, ainda muito distantes daquilo que no setor privado é uma realidade.

No segundo semestre de 2015 a Ambisider teve oportunidade de trabalhar com a Área de Auditoria Interna da Parpública no âmbito de um procedimento de acompanhamento.

A Empresa conseguiu manter nos seus quadros a experiência e o saber acumulados em mais de uma década e com as alterações que promoveu manter a confiança dos seus clientes, fornecedores e demais entidades que com ela se relacionam diariamente.

No entanto e dado o enquadramento da empresa, é por vezes muito difícil conciliar todas as premissas com a agressividade de mercado a que a empresa se encontra sujeita.

É neste equilíbrio de forças que se enquadra a forma de manter a sustentabilidade da Empresa e que pode implicar como até aqui um novo dimensionamento em termos técnicos e de conhecimento.

É possível que venham a ocorrer mais alguns ajustamentos no intuito de dotar a Empresa de uma capacidade de resposta consentânea com a realidade atual, de acordo com as perspetivas futuras.

Em cada momento, é necessário adequar a política da empresa com a prossecução da atividade operacional e a gestão está atenta a este aspeto.

O Conselho de Administração mantém a convicção já patenteada no documento de Reflexão Estratégica relativamente ao Despacho n.º 813 do SETF, de 2 de Outubro de 2008, mantendo a posição já assumida assente na ideia de ser mais vantajoso para o acionista manter a empresa em laboração, preparando-a para ser alienada quando estiverem reunidas condições mínimas de sucesso, ou seja, quando for expectável que o Mercado possa valorizar convenientemente a empresa e estiver recetivo à sua compra.

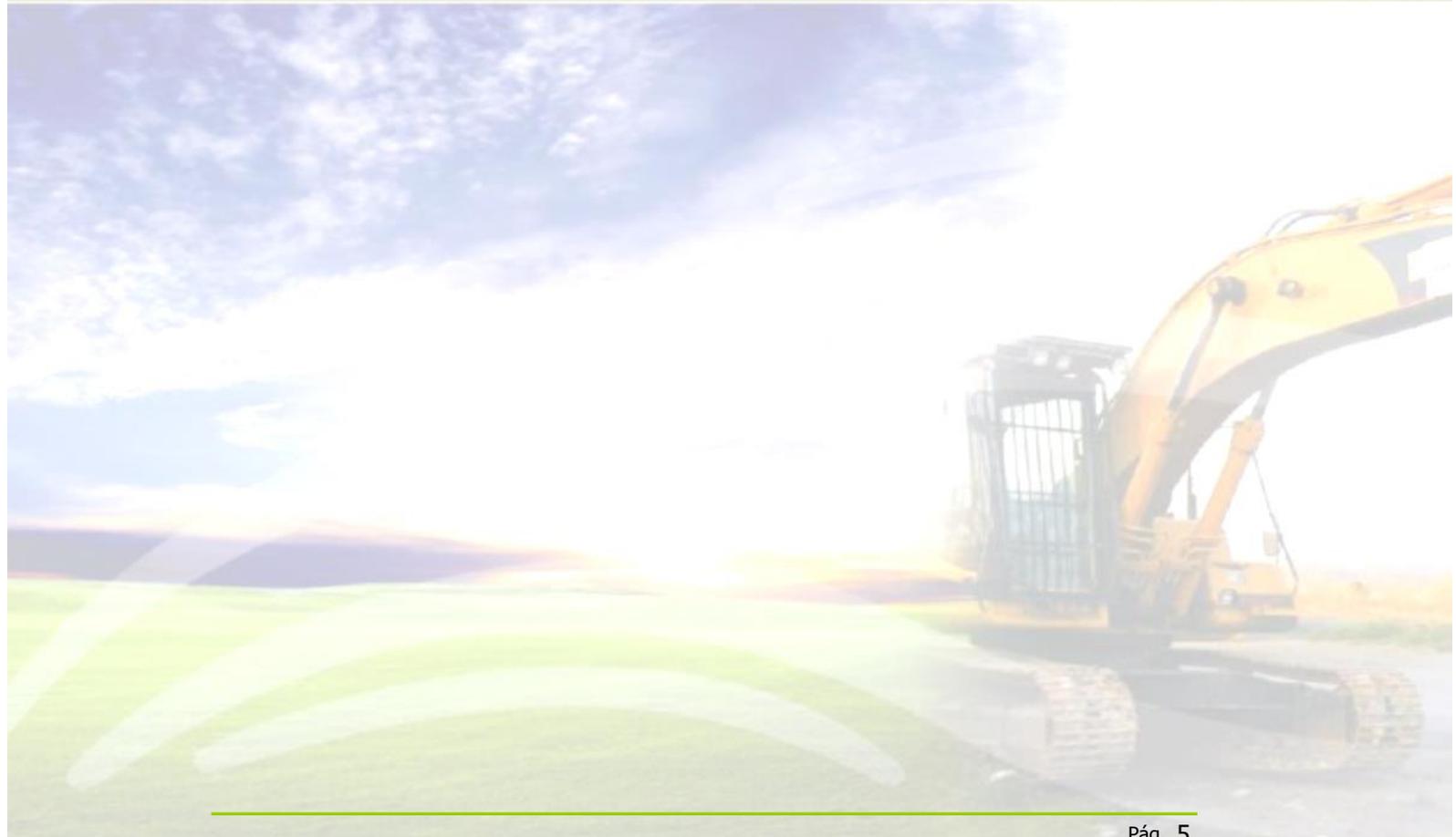
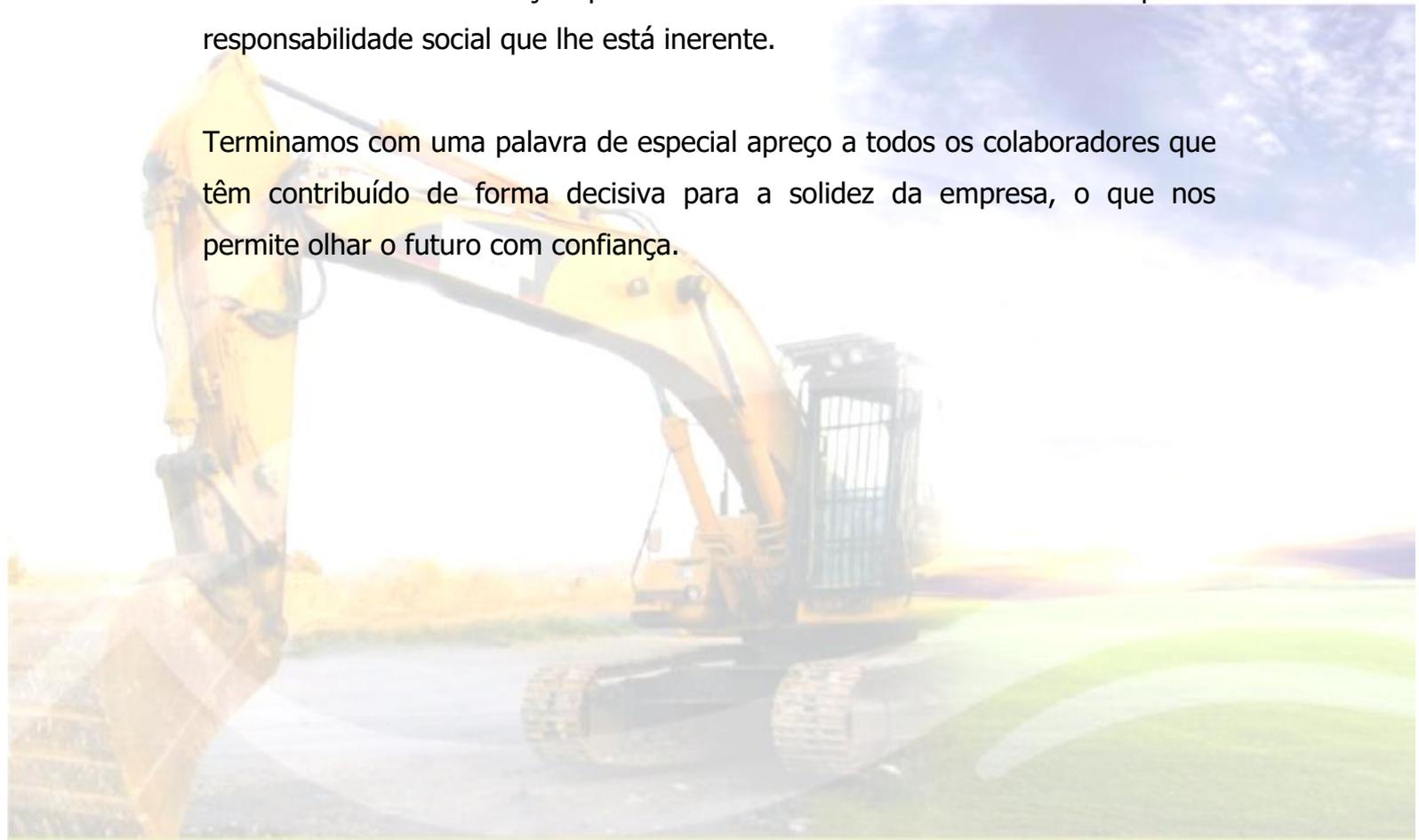
Para tal, é importante o trabalho prestado dentro do Grupo, constituindo uma mais-valia operacional e económica para todas as partes.

É essencial a Ambisider responder com eficácia às necessidades já identificadas, as quais estão a revolucionar a sua área de atuação como acima foi referido. Com este objetivo estão a estabelecer-se metas que traduzam um sinal de confiança nas atividades que se propõem levar a cabo.

Caso o Acionista entenda antecipar a decisão proferida no Despacho n.º 813, outras formas de resolução podem ser estudadas, sempre no intuito de

encontrar a melhor solução para o Acionista e simultaneamente cumprir a responsabilidade social que lhe está inerente.

Terminamos com uma palavra de especial apreço a todos os colaboradores que têm contribuído de forma decisiva para a solidez da empresa, o que nos permite olhar o futuro com confiança.



I. NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência da auditoria interna coordenada pela Parpública em 2013, com o objetivo de avaliar os processos significativos da empresa bem como verificar o cumprimento das políticas, procedimentos, funções e responsabilidades a que a empresa está sujeita, a Ambisider elaborou relatórios de acompanhamento trimestrais tendo enviado o último no decurso do primeiro trimestre de 2015.

Assim, no segundo semestre de 2015 teve lugar uma auditoria de acompanhamento tendo validado todos os procedimentos e tendo já alcançado e comprovado os objetivos de melhoria propostos.

De forma cooperante, a equipa de auditoria interna mostrou interesse em acompanhar o Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte delineado pela Ambisider.

A empresa denota um funcionamento organizativo adequado com processos bem definidos e mecanismos de controlo eficientes.

A Ambisider conseguiu inverter em 2015 o decréscimo no Volume de Negócios que se registou durante quatro anos consecutivos.

A continuidade do processo de reestruturação operado em 2015 perspetiva a sua continuidade em 2016.

O Alvará de Construção manteve-se inalterado após o fortalecimento implementado em 2014 e responde agora à quase totalidade das obras consideradas comercialmente interessantes para a Empresa.

A Ambisider continua a absorver os impactos negativos resultantes dos casos de processos de insolvência ou de recuperação de empresas em que se

encontram alguns dos seus clientes, implicando esta situação um grande desgaste em termos económico e financeiro, com impacto direto na tesouraria imediata.

Não obstante a Ambisider ter um leque de clientes diversificado, esta situação provoca uma exposição direta ao risco do negócio, provocando uma inevitável onda de contágio e risco operacional acrescido.

A Ambisider mantém a aposta na diversificação da tipologia de obras executadas, tentando desta forma captar o interesse dos seus clientes, em especial das empresas dentro do Grupo Parpública com as quais pode em princípio ter uma relação de maior proximidade.

A empresa utiliza todos os meios de apresentação comercial para tentar a sua afirmação em novos segmentos de mercado, designadamente nas diversas plataformas disponíveis para a contratação pública.

A empresa já conta, no seu currículo, com diversas obras inseridas na atividade de reabilitação urbana, executando todos os trabalhos inerentes a esta atividade para a qual possui igualmente colaboradores e parceiros especializados.

No plano técnico e na sua vertente de equipamentos específicos mantém capacidade de resposta.

Os serviços prestados bem como os materiais e equipamentos disponibilizados regem-se por elevados padrões de qualidade, sendo utilizadas as melhores práticas disponíveis, interagindo com uma equipa de trabalho multidisciplinar e com grande polivalência.

Com esta consciência e porque efetivamente a empresa denota uma boa estrutura organizativa, utilizando tecnologias atuais e produzindo informação

objetiva e relevante para todos os seus “stakeholders”, ao nível interno e externo, o Conselho de Administração entende que a Empresa está quase preparada para a realização de uma auditoria interna ao sistema integrado de qualidade que se encontra em curso, tendo em vista a certificação da empresa em matéria de qualidade, ambiente e segurança.

Foi no entanto decidido fazer um retardamento neste processo em virtude do acompanhamento no âmbito da auditoria interna do Grupo que pode ainda sugerir alguma melhoria passível de enquadrar no sistema de gestão da qualidade.

De qualquer forma, dado o grau de conclusão do sistema, qualquer decisão será validada antecipadamente com o Acionista.

A Empresa mantém os seus princípios de sustentabilidade, posicionando a sua atuação para a qualificação e melhoria do desempenho ambiental do sector da construção, envidando todos os esforços no sentido da dinamização do mercado da reciclagem e sensibilização dos seus clientes.

Para o ano 2016 e a nível do mercado nacional não será realista acreditar em qualquer cenário que altere de forma decisiva e em sentido contrário a evolução negativa das condições de mercado que condicionam e afetam todo o sector da construção civil, o qual se espera que se mantenha frágil a curto e médio prazo.

Esta situação deve no entanto ser encarada como um desafio na procura de nichos de mercado que atualmente possam trazer mais-valias para Empresa e para toda a equipa que integra este projeto.

O foco encontra-se bem definido e pode ser perfeitamente alcançado, pelo que o futuro é projetado com confiança e sentido de responsabilidade, pois embora conscientes das dificuldades que o ano 2016 vai trazer, acreditamos que a

recuperação de mercado e o acolhimento dentro do grupo, pode concretizar os objetivos de recuperação da situação da Empresa.

A Ambisider apostou na criação de uma base sólida de parcerias que permitiu inovar e diversificar no plano técnico e geográfico a sua malha de atuação.

Não descorando a vertente internacional na tentativa de conseguir novos desafios e novos projetos, dadas as restrições atuais impostas às empresas do SEE esta via é muito adversa.

Assim, no mercado nacional a empresa tem de ser imaginativa e, com o empenho de todos, ultrapassar e inverter o cenário de abrandamento.

Para que tudo isto seja possível é fundamental o empenho, a dedicação e a confiança do nosso Acionista, dos nossos clientes e parceiros e, naturalmente, de toda a equipa que tem vindo a fazer da Ambisider uma referência no domínio da sua atividade.

A falta de liquidez da economia continua a influenciar fortemente a escolha e a triagem das obras a concorrer.

O nível de subcontratação aumentou, pois existiu a necessidade de recorrer à mão-de-obra temporária para substituição de quadros que deixaram a empresa e que de outra forma não foi possível substituir.

A aquisição de materiais de construção civil também registou um acréscimo significativo via o ingresso da Ambisider mais aprofundado na vertente de reabilitação.

Em 2015 as condições de mercado mantiveram as dificuldades no setor da construção civil, situação que não se prevê alterar significativamente e afeta todo o setor.

A menor dimensão das obras em concurso é uma realidade e o esmagamento dos preços, torna mais vulnerável a capacidade de reação a fatores imponderáveis que sucedam em fase de obra, em favor de uma maior competitividade comercial.

Após suspensão em 2014 do Concurso da EDP para atividades de desmantelamento e demolição das Centrais Termoelétricas do Carregado e Setúbal, a EDP lançou novo concurso, incluindo em 2015 também a Central de Tunes. A Ambisider manteve a abordagem a esta obra numa perspetiva de consórcio. A nossa proposta não foi no entanto a proposta escolhida, não obstante ter entrado nas negociações finais.

Na sequência dos processos de insolvências ou processos de recuperação de empresas, que também vêm agravar a saúde financeira dos agentes económicos que subsistem, de forma prudente, a Ambisider optou por em 2015 por reforçar e acrescer as imparidades derivadas de dívidas a receber dos seus clientes.

Ao cenário de abrandamento junta-se, de forma não menos relevante, a dificuldade que o processo de cobrança aos clientes por vezes acarreta, e o risco financeiro que está associado.

A Ambisider tem conseguido com alguma dificuldade ultrapassar estas contingências e continua a cumprir os compromissos assumidos, não obstante serem um pouco mais dilatados pontualmente em algumas situações. A gestão financeira da empresa faz-se com rigor e continua a ser conduzida de forma eficiente dadas as limitações impostas.

O mercado continua a solicitar a realização de trabalhos de demolição, com uma vertente bem vincada na execução de projetos de reabilitação e conservação de prédios urbanos essencialmente para fins turísticos, aos quais a Ambisider tenta dar uma resposta cada vez mais completa e com mais valências na sua execução.

A Empresa apostou igualmente em 2015 nas obras de infraestruturas, essencialmente em matéria de renovação de redes. Neste campo a Ambisider dispõe desde logo de uma mais valia no processo de remoção de condutas em fibrocimento com amianto e quer provar a sua vocação para a execução das redes e montagem dos equipamentos a estas associadas.

Coerente com a sua filosofia de atuação, o Conselho de Administração protegeu a imagem da empresa resistindo à simples “disputa pelo preço mais baixo”, muitas vezes conseguido com o sacrifício da qualidade do trabalho executado, do cumprimento de critérios de sustentabilidade ambiental e de segurança no trabalho, mantendo os mesmos critérios de orçamentação com base na aplicação de margens mínimas sobre custos.

II. ORGÃOS SOCIAIS

A composição dos Órgãos Sociais da Ambisider não registou alterações, mantendo-se os Órgãos Sociais eleitos em 14/07/2014 para o Triénio 2014-2016. Em dezembro de 2015 apresentava a seguinte composição:

Conselho de Administração:

Presidente – Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito (Não Executivo)

Vogal – Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques

Vogal – Eng.º Miguel Ângelo Bogalho de Araújo

Assembleia Geral :

Presidente - Dr. José António Barreiro

Secretária – Dr^a. Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem

Fiscal Único:

Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda representada por Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida

Como Fiscal Único Suplente foi designada a Dra. Carla Margarida Vicente Godinho.

III. ESTRUTURA ORGÂNICA DA AMBISIDER

No ano de 2015 a empresa conseguiu crescer 3% no seu volume de negócios. No entanto, o acréscimo nas novas áreas de atuação foi inferior ao esperado. A empresa esteve muito próxima de conseguir vencer um concurso na área das infraestruturas superior a 800 milhares de euros, o que daria corpo ao esforço realizado nesta área.

Observou-se um aumento de 47% do número de obras adjudicadas em comparação com o ano anterior. Esta situação não significou no entanto uma variação equivalente no volume de negócios.

A concentração de obras manteve uma normal tendência de acumulação na zona metropolitana de Lisboa, o que em termos logísticos possibilita maior flexibilidade dos meios internos.

Nas novas áreas de atividade, a empresa conseguiu a alteração de um contexto de participação enquanto subempreiteiro para uma realidade de empreiteiro geral, fazendo a gestão de contrato diretamente com o Dono da Obra.

Esta forma de relacionamento é muito importante, pois aproxima o centro de decisão dotando-a de uma maior visibilidade e simultaneamente elimina a dependência da realidade financeira dos empreiteiros gerais.

Os níveis de ocupação em 2015 foram satisfatórios, não obstante os trabalhos executados se revelarem de valores mais reduzidos, que de alguma forma não se adaptam à estrutura e capacidade instalada da Empresa.

Atualmente o Alvará é composto por 39 subcategorias, pulverizadas por quatro das cinco categorias existentes. No respeito à atividade de empreiteiro geral ou construtor geral mantém-se a classe detida, de forma a possibilitar a prestação

de um serviço “chave na mão”, mais abrangente e com maior probabilidade de sucesso.

Nas atividades desenvolvidas, a Empresa assume a aposta na sustentabilidade, dando cumprimento escrupuloso às normas de qualidade, ambiente e segurança envolvidas na preparação e execução dos trabalhos, em observância de todas as ações que minimizem impactos negativos e garantam consequentemente uma melhoria ambiental.

Reflexo da atual realidade de mercado, a empresa tem em curso um processo de reestruturação, o qual terá continuidade em 2016, efetuando os ajustamentos necessários para desenvolver a sua atividade operacional. No final do ano 2015 o quadro de pessoal era composto por 25 colaboradores, decrescendo em 5 o seu quadro de pessoal.

No Estaleiro Geral também existiram alterações no sentido de melhorar alguns processos, reduzir gastos e assim obter um comportamento mais eficiente de articulação com as diversas frentes de trabalho, programando e executando atempadamente as pequenas reparações e das operações de manutenção, necessárias para manter operacionais os equipamentos da empresa.

Ao nível das equipas de remoção de amianto, regista-se a manutenção de duas que têm demonstrado evolução em termos técnicos no que respeita à montagem das novas coberturas. Mantêm-se o incentivo à polivalência de todos os colaboradores da empresa pois só assim se poderá assegurar o maior número de postos de trabalho.

Foi disponibilizado um serviço de projeto e aconselhamento de soluções técnicas que se está a experimentar em clientes alvo, em particular dentro do Grupo.

Com esta situação a Empresa visa fazer aposta na formação e valorização profissional dos seus colaboradores, internalizando trabalhos que de outra forma seriam executados por parceiros externos.

Em 2015 promoveu-se o estabelecimento de parcerias para aumentar a competitividade e simultaneamente conferir a confiança na prestação em trabalhos futuros.

O organograma aprovado, dotou os departamentos de autonomia e responsabilidade perante as decisões operacionais tomadas.

Existiu uma alteração temporária de funções na área da qualidade, ambiente e segurança, em resultado de um período de licença de maternidade.

No que respeita à área da Formação desenvolveram-se ações no âmbito da Segurança Contra Incêndios, do Suporte Básico de Vida e também uma ação destinada a obter o Passaporte de Segurança.

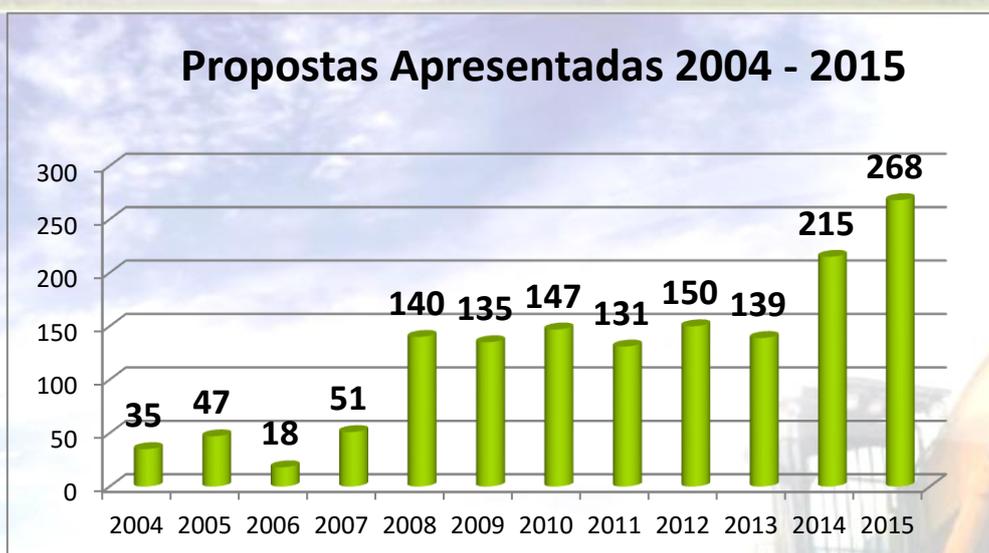
IV. ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO ANO DE 2015

1. Área Comercial

No decurso de 2015 foram elaboradas 268 propostas, tendo o departamento comercial recebido um total de 829 pedidos de consulta. Incrementou-se o número de propostas em aproximadamente 25% face ao ano anterior.

Foram adjudicadas cerca de 20% do total de propostas apresentadas.

Não foram apresentadas propostas a cerca de 69% das consultas recebidas, em virtude das mesmas corresponderem a concursos que foram anulados ou suspensos, se localizarem fora da área geográfica de atuação preferencial da empresa ou não observarem fatores que potenciasssem a distinção em termos de equipamentos específicos ou qualificação de mão-de-obra. Neste âmbito, a análise de oportunidade de trabalho/resultados não reveste atratividade.



O significativo número de consultas comerciais não espelha, em si mesmo, as dificuldades sentidas ao longo do ano. A análise e triagem das mesmas faz decrescer consideravelmente as propostas adequadas à atividade da empresa,

tendo por este fato a Ambisider alargado a sua atividade a novas áreas de atuação.

A área comercial funciona em colaboração com a área de produção no âmbito dos processos de elaboração de orçamentos, bem como a interação e acompanhamento de execução da obra.

A Área de Serviços Administrativos que incorpora um apoio ao nível dos aprovisionamentos está atualmente mais especializada em materiais ligados à construção civil, sendo no entanto imprescindível o envolvimento direto Direção de Obra na negociação e definição dos materiais a adquirir.

A Empresa está a criar uma base de dados com parceiros necessários ao fornecimento de materiais quer em fase de orçamentação quer em fase de obra, de forma a conseguir dar uma resposta em tempo útil às diversas solicitações em matéria de consulta ao mercado para obtenção de fichas técnicas, preços e prazos de entrega de materiais e equipamentos relacionados com o quotidiano da empresa, permitindo à área de produção executar um rigoroso controlo dos materiais e equipamentos utilizados.

A Direção Financeira colabora, significativa e eficientemente, com a Área Técnico e Comercial, nomeadamente com atualizações semestrais das tabelas de preços de recursos quer humanos quer dos equipamentos.

São apresentados resultados de obra nas reuniões de produção, para que os dados possam ser comparados pela Direção de Obra, promovendo assim o complemento de informação para a tomada de decisão operacional em cada momento.

No que concerne às adjudicações, a Ambisider manteve alguma dispersão geográfica das suas obras a nível nacional, embora com uma vincada concentração na área metropolitana de Lisboa.

A Ambisider colocou ainda o seu “know-how” na vertente de projeto.

Para além da normal elaboração de diversos projetos de demolição, planos de gestão de resíduos, planos de segurança e saúde e planos de remoção de amianto para diversas obras, a Empresa promove agora execução de projetos adaptados à realidade de cada cliente, ajustando em cada momento e de forma personalizada, a vontade de investimento do cliente ao aconselhamento e proposta das melhores soluções técnicas que servem os objetivos do promotor.

A situação do mercado imobiliário, aliado à crise existente no sector da construção, continua a confirmar as expectativas de um aumento das obras de requalificação e reabilitação de imóveis inseridos em centros urbanos, tendência esta que já se vem verificando há algum tempo.

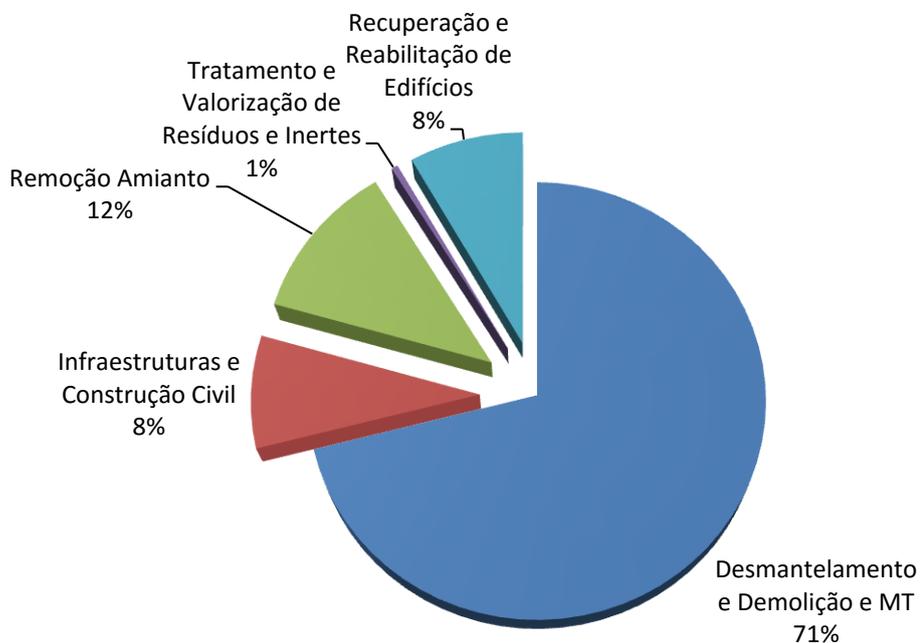
As obras de reabilitação, intimamente ligadas à demolição de interiores e manutenção das antigas fachadas, refletem a aposta da Ambisider, nas quais tem de ocupar um espaço mais abrangente, responsabilizando-se pela execução de um maior leque de atividades.

Estas obras exigem uma componente de mão de obra considerável que a Ambisider tem dificuldade de gerir em termos de tesouraria quando os clientes não cumprem prazos de pagamento curtos.

Paralelamente, a empresa tem ativamente respondido nas plataformas de contratação pública a obras de montantes mais elevados e com prazos de execução mais alargados, que possam assegurar alguma estabilidade e que constituam um passo decisivo para a integração dos novos projetos, que possam justificar o investimento da Ambisider em concorrer a obras desta natureza.

Classificação das Consultas Recebidas	Propostas
Desmantelamento e Demolição e MT	71%
Infraestruturas e Construção Civil	8%
Remoção Amianto	12%
Tratamento e Valorização de Resíduos e Inertes	0,5%
Recuperação e Reabilitação de Edifícios	8%

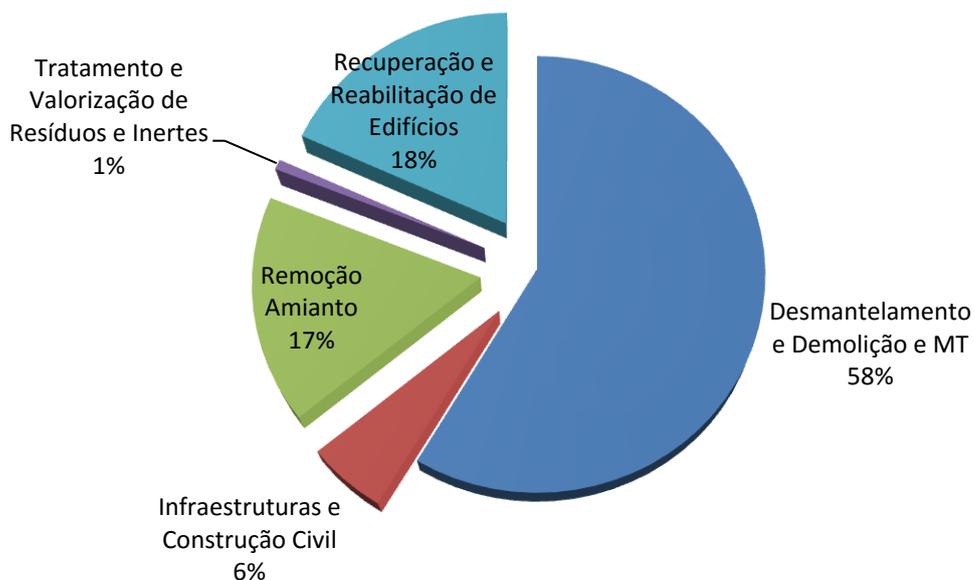
Classificação das Consultas Recebidas



A Ambisider mantém uma preponderância de consultas recebidas dentro da área de Desmantelamento e Demolição, não obstante muitas delas não revestirem particular interesse comercial.

Classificação das Propostas Elaboradas	Propostas
Desmantelamento e Demolição e MT	59%
Infraestruturas e Construção Civil	6%
Remoção Amianto	17%
Tratamento e Valorização de Resíduos e Inertes	0,7%
Recuperação e Reabilitação de Edifícios	18%

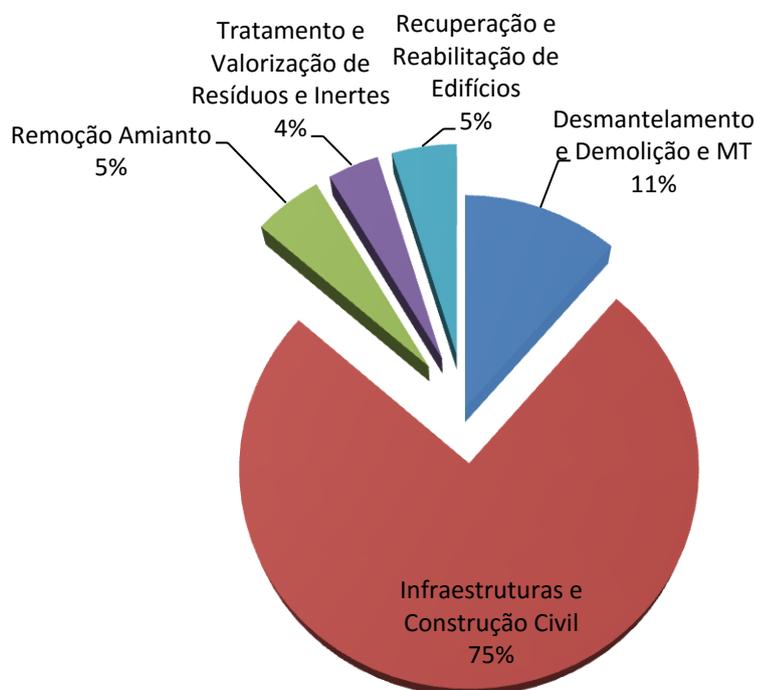
Classificação das Propostas Elaboradas



De uma forma perfeitamente natural, a Empresa responde maioritariamente a obras de Desmantelamento e Demolição.

Valor Médio por Proposta	Propostas (Valor em €)
Desmantelamento e Demolição e MT	48 299
Infraestruturas e Construção Civil	319 187
Remoção Amianto	21 644
Tratamento e Valorização de Resíduos e Inertes	15 990
Recuperação e Reabilitação de Edifícios	20 202

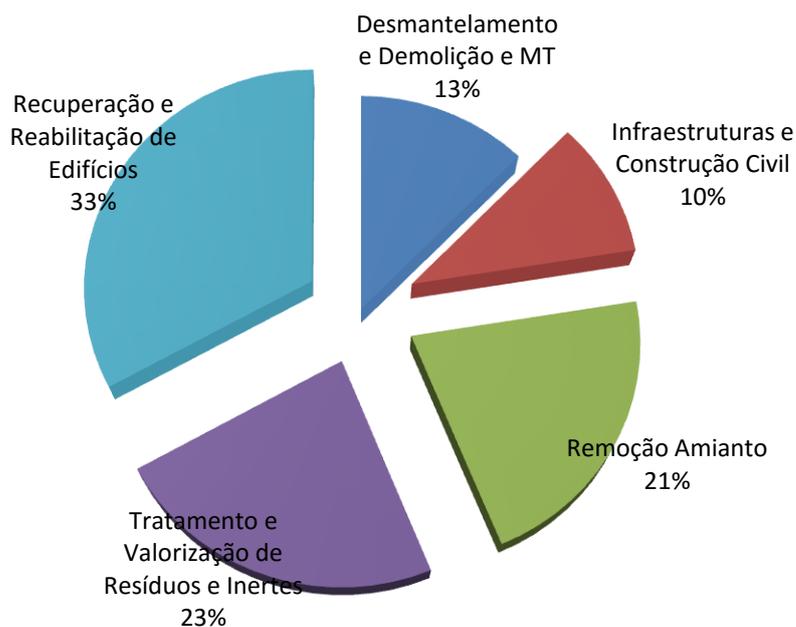
Valor Médio por Proposta



Não obstante grande percentagem das propostas elaboradas respeitar à atividade das demolições, quando observado o valor médio de proposta, verifica-se que o seu valor unitário é substancialmente superior no caso da resposta às obras de infraestruturas.

Taxa de Sucesso das Propostas Elaboradas	Propostas
Desmantelamento e Demolição e MT	27%
Infraestruturas e Construção Civil	22%
Remoção Amianto	46%
Tratamento e Valorização de Resíduos e Inertes	50%
Recuperação e Reabilitação de Edifícios	71%

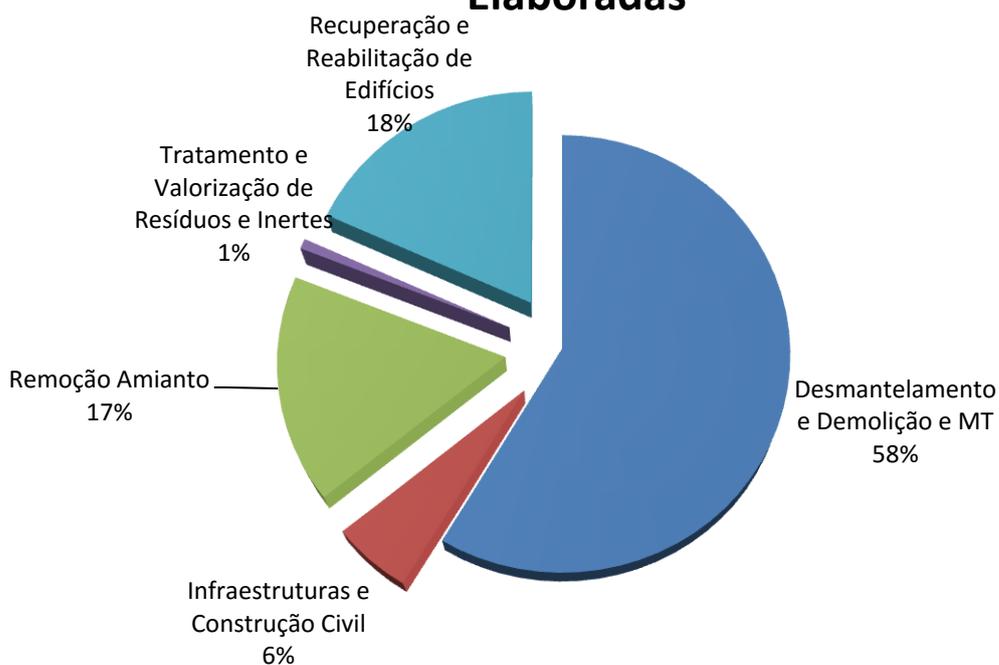
Taxa de Sucesso das Propostas Elaboradas



Quando analisada a taxa de sucesso de resposta, verificamos que, em 2015, a mais favorável foi obtida na área de Recuperação e Reabilitação de Edifícios, seguida da atividade de Tratamento e Valorização de Resíduos e Inertes e dos trabalhos de Remoção de Amianto.

Distribuição face ao Total de Propostas Elaboradas	Propostas
Desmantelamento e Demolição e MT	19%
Infraestruturas e Construção Civil	2%
Remoção Amianto	5%
Tratamento e Valorização de Resíduos e Inertes	0,2%
Recuperação e Reabilitação de Edifícios	6%

Distribuição face ao Total de Propostas Elaboradas



Tendo em consideração o total de propostas elaboradas, a Área de Desmantelamento e Demolição assume a liderança do número de propostas colocadas no mercado, seguida da Recuperação e Reabilitação de Edifícios e Remoção de Amianto.

O valor global das propostas elaboradas no ano de 2015 ascendeu a 14,4 milhões de euros.

Este valor é superior apresenta uma taxa de crescimento de 50% face a igual período homólogo, refletindo o empenho em colocar mais propostas no mercado.

A Empresa utiliza todos os meios disponíveis para a pesquisa, elaboração, apresentação e envio das suas propostas aos clientes.

Para além dos meios de comunicação tradicionais, a Ambisider encontra-se presente em três plataformas de contratação pública, que a empresa considera estratégicas para atingir o seu mercado alvo que passa pelo relacionamento com os municípios, organismos públicos, e empresas ligadas ao ramo das águas e das infraestruturas de redes de água, esgotos e drenagens.

2. Área Produção

As obras nas quais a Ambisider registou intervenção em 2015, estão identificadas por período de atividade no fluxograma seguinte.

Ambisider - Recuperações Ambientais, SA

Fluxograma de Actividades - Ano 2015

Descrição	Fluxograma de Actividades - Ano 2015											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
OT 1553 - Remoção de cobertura em fibrocimento no Regimento de Cavalaria N.º 3 - Estremoz												
OT 1552 - Execução de Cobertura do Edifício 524, no Parque Empresarial de Estarreja											X	X
OT 1551 - Fornecimento e montagem de proteções anti-pombo - Parque Empresarial do Barreiro											X	X
OT 1550 - Operação das instalações de Bombagem - Parque Empresarial do Barreiro											X	X
OT 1549 - Demolição BlueBiz – Parque Empresarial Setúbal											X	X
OT 1548 - Demolição de instalações e gestão de resíduos da Central Termoelétrica de Sines										X	X	X
OT 1547 - Processamento e Britagem de Material Inerte em Parque										X	X	X
OT 1546 - Intervenção de urgência na Escola Básica do Lavradio										X		
OT 1545 - Construção de Nova Gare Marítima Terminal de Cruzeiros - Lisboa										X	X	X
OT 1544 - Trabalhos de Limpeza, Manutenção e Conservação - Parque Empresarial de Estarreja												
OT 1543 - Trabalhos de Limpeza, Manutenção e Conservação - Parque Empresarial do Seixal											X	
OT 1542 - Trabalhos de Limpeza, Manutenção e Conservação - Parque Empresarial do Barreiro										X	X	X
OT 1541 - Serviço de Limpeza Final de Obra - Chalet Faial - Cascais										X		
OT 1540 - Desmantelamento, recolha e transporte de resíduos do Posto de Secionamento de Carenque											X	X
OT 1539 - Aquisição de Lote de Sucata Equipamentos do Ativo Imobilizado da Air Liquide - Arruda dos Vinhos											X	
OT 1538 - Empreitada de remodelação Armazém 106.10 - Pinturas-Pavimento-Microcimento - Parque Barreiro									X	X	X	X
OT 1537 - Limpeza de caleiras - Parque Empresarial do Barreiro									X	X	X	
OT 1536 - Limpeza do Piso 1 em Mezzanini do Ed. 225 - Parque Empresarial do Barreiro									X	X		
OT 1535 - Remoção de cobertura em fibrocimento – Calçada do Galvão n.º 151 – Ajuda									X			
OT 1534 - Remodelação do Armazém 10 - Quimiparque Barreiro									X	X	X	

Ambisider - Recuperações Ambientais, SA

Fluxograma de Actividades - Ano 2015

Descrição	Fluxograma de Actividades - Ano 2015											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
OT 1533 - Empreitada de Demolições da Escola Frei Gonçalo de Azevedo - São Domingos de Rana								X	X	X	X	
OT 1532 - Armazém E-Commerce - Lumiar - SONAE MC – Elaboração do PRMA e remoção de cobertura	X								X	X		
OT 1531 - Trabalhos de remodelação no gabinete 129 – Edifício Baía do Tejo - Seixal						X	X					
OT 1530 - Execução de sobre-elevação e revestimento a lioz – Edifício Baía do Tejo - Seixal						X						
OT 1529 - Remoção de tubagem de abastecimento de rede de água potável contendo amianto - CASCAIS					X							
OT 1528 - Apoio técnico, fornecimentos e montagens diversas								X	X	X	X	
OT 1527 - Empreitada de Piscina Municipal do Barreiro - Reabilitação da Cobertura - Barreiro						X	X	X	X	X		
OT 1526 - Remoção de resíduos depositados na Zona Central do Território da Ex Siderurgia Nacional						X	X	X	X	X	X	
OT 1525 - Remodelação de piso na Rua Angelina Vidal - Lisboa					X				X	X	X	
OT 1524 - Decapagem, Remoção de brita no terreno entre Rua 12, 12A e 35 - Quimiparque Barreiro					X		X					
OT 1523 - Empreitada Substituição de Cobertura do Pavilhão 1 do Nicola - Barreiro	X					X		X	X	X	X	
OT 1522 - Execução de Infraestruturas para ligação de fibra ótica entre o Ed .135 e o Furo 5 - Quimiparque Barreiro					X							
OT 1521 - Empreitada Substituição de Cobertura do Telheiro da Escola Básica n.º 5 do Barreiro						X	X					
OT 1520 - Remoção de Fibrocimento no Edifício Marisol - Almada					X							
OT 1519 - Trabalhos diversos no hall do Edifício da Baía do Tejo - Seixal					X	X						
OT 1518 - Demolição e Movimentação de Terras da loja ALDI do Infantado – Loures				X	X							
OT 1517 - Maciços para mastros das bandeiras - Quimiparque Barreiro				X								
OT 1516 - Remoção de cobertura em fibrocimento junto ao Largo do Rato - Lisboa							X					
OT 1515 - Remoção de fibrocimento na cobertura da Rua 42B - Quimiparque Barreiro					X	X						
OT 1514 - Reparação de Rotura na canalização de água do PTMA				X								

Ambisider - Recuperações Ambientais, SA

Fluxograma de Actividades - Ano 2015

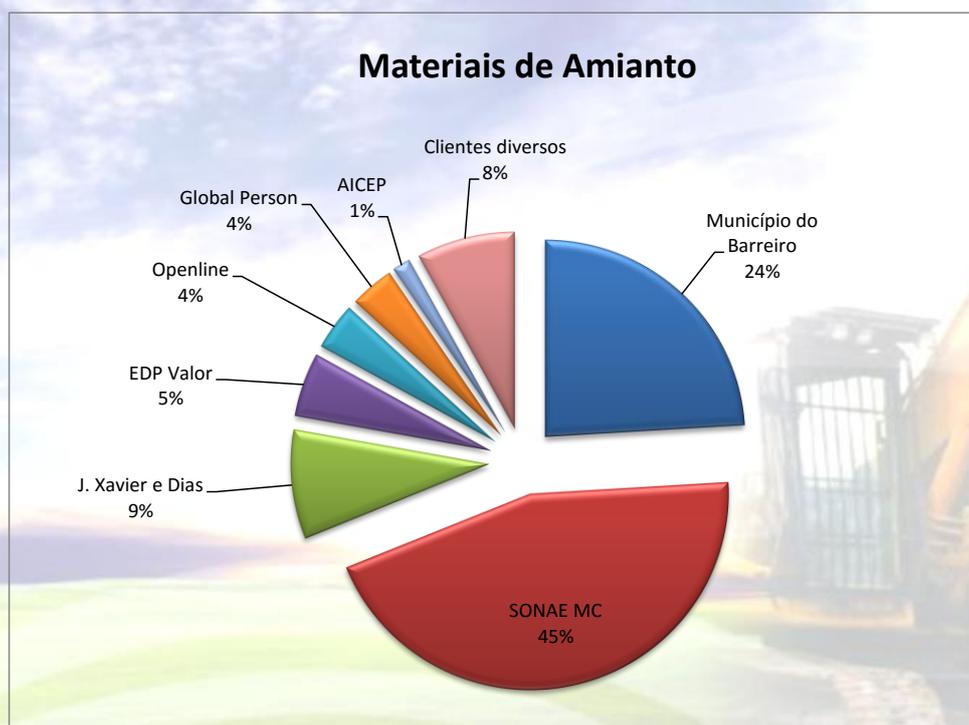
Descrição	Fluxograma de Actividades - Ano 2015											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
OT 1513 - Movimentação de mistura de brita e cinza - Quimiparque Barreiro				X								
OT 1512 - Remoção de teto falso, estrutura de suporte e réguas de iluminação - Ed- 152 - Quimiparque Barreiro				X	X							
OT 1511 - Reabilitação de fachadas, painéis de entradas dos armazéns na Rua 42 A, incluindo reabilitação interior dos espaços - Quimiparque Barreiro				X	X		X		X			
OT 1510 - Execução de Rede de Distribuição de Água de Rega - Quimiparque Estarreja						X	X	X	X	X	X	
OT 1509 - Demolição de rampa no Edifício 150/176 Junto ao Museu - Quimiparque Barreiro				X								
OT 1508 - Empreitada de "Substituição de cobertura do telheiro da escola EB1 da Telha" - Barreiro				X								
OT 1507 - Limpeza e Remoção de amianto na Nestlé em Monsanto - Lisboa			X	X	X	X						
OT 1506 - Desmantelamento, demolição e remoção de amianto de edifício Rua dos Caetanos N.º 22 - Lisboa		X	X	X	X	X	X		X			
OT 1505 - Execução de Vedação em painéis metálicos – Barreiro		X										
OT 1504 - Demolição da loja LIDL do Lavradio – Barreiro			X	X								
OT 1503 - Remoção de condutas em fibrocimento na Estação Elevatória de Grândola												
OT 1502 - Desmantelamento e demolição do edifício sito na Rua Padre António Vieira N26 em Lisboa	X	X										
OT 1501 - Desmantelamento e demolição no antigo edifício dos CTT na Praça Dom Luís em Lisboa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
OT 1435 - Demolição de Edifício na Av. da Liberdade n.º 238	X											
OT 1433 - Remoção de Fibrocimento e Demolição de vários edifícios em Parque Industrial - Setúbal		X					X					
OT 1432 - Limpeza desmantelamento demolição Convento do Salvador - Lisboa	X	X	X	X	X		X					
OT 1431 - Diversos trabalhos de construção civil na Herdade de Vale dos Reis - Alcácer do Sal	X	X	X	X	X	X	X		X			
OT 1423 - Crivagem de cinzas de pirite - Quimiparque - Barreiro			X	X	X	X						
OT 1326 - Corte Lage e Dem. Vão Ed CMB BT OT1326						X						
OT 1312 - Limpeza de Linhas de Água em herdades da Lazer e Floresta - Alcácer do Sal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

A Ambisider, conseguiu obter um volume de obras adjudicadas 47% acima do ano anterior, embora este dado não tenha observado um correspondente impacto no Volume de Negócios que cresceu apenas 3%.

Registou-se ainda a contribuição de algumas obras de carater plurianual.

A empresa terminou o ano de 2015 deixando o seu nome ligado a empreitadas de diferente cariz e com alguma visibilidade, quer na remoção e substituição de coberturas, na demolição e também nas infraestruturas onde além da execução colocou o seu nome entre as propostas primeiras classificadas nalguns concursos públicos.

Na área da remoção de materiais com amianto as equipas de especialistas da Ambisider removeram e substituíram, cerca de 12.500m² de coberturas em telha de fibrocimento, trabalhando exclusivamente fora do grupo, grande parte em instalações industriais.



São exemplos de obras emblemáticas que passaram a figurar no curriculum da Ambisider desde 2015, a Operação das instalações de Bombagem de água doce e salgada no Parque Empresarial do Barreiro, a Demolição de instalações e gestão de resíduos da Central Termoelétrica de Sines, os trabalhos de demolição para a Construção de Nova Gare Marítima para o Terminal de Cruzeiros em Lisboa, o Desmantelamento, recolha e transporte de resíduos do Posto de Secionamento de Carenque, os trabalhos de reabilitação de edifícios em Lisboa e em especial no Parque Empresarial do Barreiro.

Ao nível das Infraestruturas salientam-se a Execução de Infraestruturas para ligação de fibra ótica entre o Edifício 135 e o Furo 5 na Quimiparque Barreiro, a Execução de Rede de Distribuição de Água de Rega no Parque Empresarial de Estarreja.

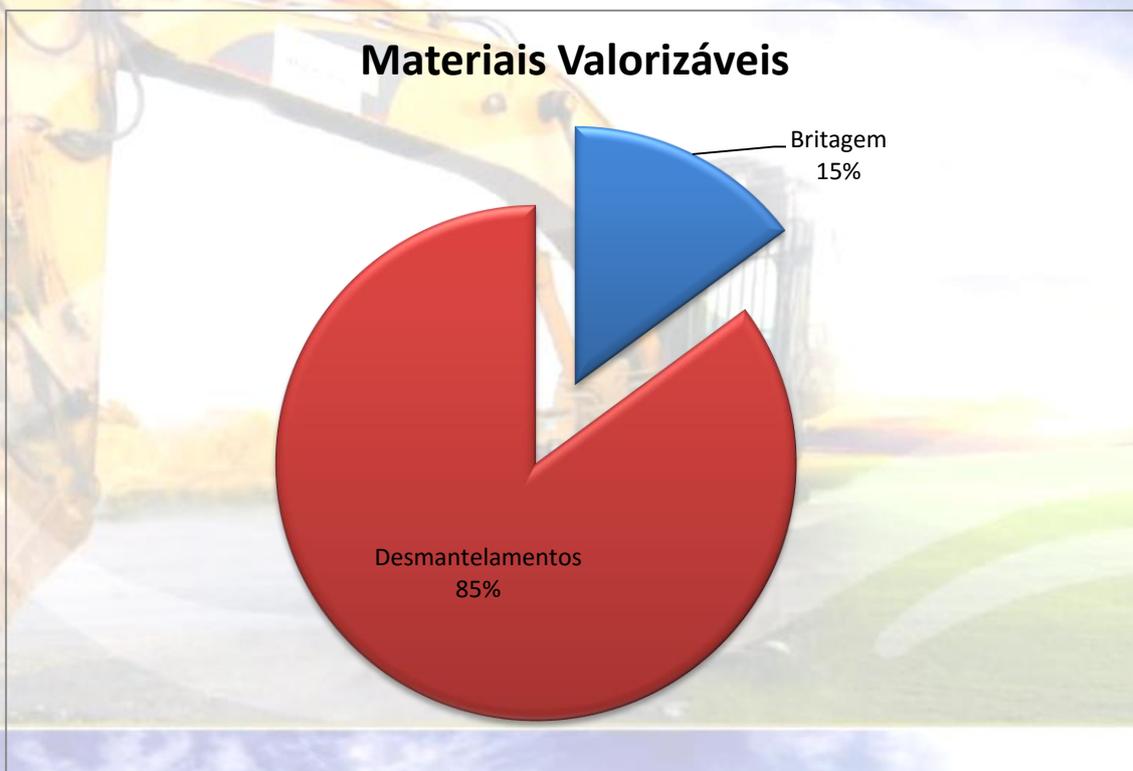
No plano de gestão ambiental, a Ambisider colaborou na execução Remoção de resíduos depositados na Zona Central do Território da Ex Siderurgia Nacional.

Na vertente de remoção de amianto e reposição de coberturas metálicas, destacam-se a Empreitada de Reabilitação da Cobertura da Piscina Municipal do Barreiro, do Pavilhão Nicola e Escola EB1 também no Barreiro e o Armazém E-Commerce no Lumiar em Lisboa para a SONAE MC.

A Ambisider executou também trabalhos de limpeza florestal e de linhas de água de herdades na zona Sul do país, trabalhos estes muito relevantes em termos de valor e continuidade.

Já no campo da reintegração e reutilização de material inerte, salienta-se a implementação de um Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, além da prática da reutilização e reciclagem após a execução da respetiva britagem dos materiais nas obras onde participa.

Desta área resultou um volume de materiais valorizáveis comercializados em 2015, que atingiu as 317 toneladas, representando um decréscimo considerável face ao ano anterior.



Em matéria ambiental, foram removidos diversos resíduos industriais com perigosidade considerável, não se registando qualquer anomalia na gestão deste tipo de resíduos.

3. Qualidade, Ambiente e Segurança

3.1. Qualidade

A empresa encontra-se, internamente, em Fase Final para a Auditoria de 1ª Fase de Concessão, visando a certificação de acordo com as normas NP EN ISO 14001:2012, NP EN ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007.

O âmbito da certificação é específica para as atividades de "Demolição e Desmantelamento na Construção Civil, Movimentos de Terras, Arranjos

Exteriores, Saneamento, Redes de Águas e outras infraestruturas na Construção Civil”.

Missão

A Ambisider tem como missão, melhorar continuamente o seu desempenho, de forma a satisfazer os seus Clientes, Colaboradores e Acionistas, garantindo o aproveitamento e reutilização de materiais, preservando o Ambiente, bem como assegurando as condições de Higiene e Segurança no Trabalho.

Visão

Como referência no mercado das Demolições, Desmantelamento e Remoção de Amianto, a Ambisider pretende ainda potenciar a diversificação das áreas de negócio, através das parcerias com os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionista e Comunidade.

Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A Ambisider, como empresa a atuar no mercado das recuperações ambientais, tem consciência do impacte da sua atividade na comunidade e como tal compromete-se a melhorar continuamente a qualidade do serviço que presta por forma a satisfazer os seus Clientes, a gerar valor para o seu Acionista e a contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

As linhas de orientação referentes à Política da Ambisider, iniciadas em 2014 e sustentadas em 2015, resumem-se:

- ✓ Na **Dedicação ao Cliente** de forma a garantir uma integral satisfação das suas necessidades e preocupações, e se possível exceder as suas expectativas;

- ✓ No Assumir da **Responsabilidade Técnica** na elaboração dos seus projetos de desmantelamento, demolição e remoção de amianto;
- ✓ Na **Minimização e Prevenção de Impactes Ambientais**, Lesões e Afeções da saúde, sensibilizando os seus colaboradores, com recurso às melhores e mais fiáveis práticas, otimizando os recursos disponíveis, evidenciando o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos;
- ✓ Em Proporcionar desenvolvimento dos seus Colaboradores apostando na **Formação e Condições de Trabalho**, garantindo o empenho no crescimento profissional e pessoal;
- ✓ Na **Orientação para os Resultados** assumindo compromissos e diligência na fixação de objetivos ambiciosos;
- ✓ No Compromisso de promover e incentivar a **Melhoria Contínua**, de forma a garantir elevados níveis de desempenho dos nossos serviços, com vista a superar as expectativas dos Clientes e outras partes interessadas.

Durante o ano de 2015, e após as alterações anunciadas, foram concluídos os processos pertencentes ao SGIQAS e o mapa de interação de processos.

Com a alteração em 2014 do organograma, na inserção e utilização de novos modelos, procedimentos e atualização dos existentes no SGIQAS, 2015 foi o ano que permitiu a conclusão interna da totalidade do processo SGIQAS.

Procedeu-se à análise anual contínua dos requisitos legais específicos aplicáveis à Ambisider e, de igual forma, ao acompanhamento dos questionários de avaliação da satisfação dos clientes enviados no final das obras que decorreram durante o ano de 2015.

Relativamente ao processo de certificação do SGIQAS, está prevista para o ano de 2016, a realização da auditoria interna, no entanto, este processo encontra-se dependente do acompanhamento no âmbito da auditoria interna do Grupo,

no qual poderá ainda sugerir alguma melhoria passível de enquadrar no sistema de gestão da qualidade.

Salienta-se que o grau de conclusão do sistema e sua decisão será validada previamente com o Acionista.

3.2. Ambiente

As preocupações ligadas ao Ambiente constituem um cuidado acrescido de toda a equipa nas diferentes áreas da Empresa.

A preocupação dos profissionais e a responsabilidade ambiental e social da Ambisider já não passa por conduzir o entulho e o resto dos materiais a vazadouro, mas sim pensar como é que se pode recuperar, reutilizar e reciclar, aquilo que são os materiais resultantes do processo de demolição.

Consideramos extremamente vantajoso que fosse obrigatória a incorporação de uma percentagem mínima de produtos reciclados na construção, bem como a criação de um programa sério de reciclagem que envolvesse as empresas, a sensibilização e informação, a penalização por parte de mecanismos legais e que, simultaneamente, premiassem atitudes ambientalmente corretas.

A empresa, nesta área, visa assegurar a implementação dos requisitos ambientais e das medidas de minimização de impactes ambientais através da atempada definição de Funções, Responsabilidades e Procedimentos, ao nível das diversas fases de obra.

A implementação em obra de um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) para o acompanhamento das Empreitadas é cada vez mais relevante.

Para aferir o nível global de desempenho ambiental de uma empreitada é realizada uma avaliação a cada um dos intervenientes com participação no

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e portanto já sujeitos a observação e avaliação no âmbito das ações de Fiscalização e Acompanhamento Ambiental previstas no mesmo.

A política ambiental da empresa visa executar a obra, cumprindo sempre os requisitos legais e as medidas de minimização de impactos ambientais previstos no caderno de encargos e no PPGRCD.

Para este efeito é definido o interlocutor responsável relativo a questões do ambiente perante a Fiscalização da obra, bem como são analisadas e cumpridas todas as medidas corretivas de ambiente relativas a não conformidades, transmitidas pela fiscalização e empreiteiro geral em obra.

A avaliação de Desempenho Ambiental é um processo que se desenvolve no decorrer da obra, tendo como principal função incentivar as empresas para o desenvolvimento das ações necessárias para atingir o melhor nível de desempenho possível.

No âmbito do acompanhamento ambiental das diversas obras executadas pela Ambisider, durante o ano de 2015, foram preparados os respetivos Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição e os Relatórios de Acompanhamento Ambiental, alguns com maior detalhe em virtude da sua dimensão e complexidade.

É ainda de salientar a realização contínua de ações de formação e sensibilização ambiental, envolvendo todos os trabalhadores afetos às diversas obras.

Relativamente às operações de desmantelamento e demolição em obra, salienta-se que 92,7% dos resíduos produzidos pela Ambisider no ano de 2015 foram suscetíveis de operações de valorização, tais como a reciclagem, refinação, troca de resíduos e armazenamento temporário para valorização.

Comparando estas percentagens com as obtidas no ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 1,2% nas operações de valorização de resíduos. A variação verificada, pouco expressiva, é o reflexo da contração de mercado no que respeita ao tipo e número de obras que produziram resíduos. A reciclagem dos resíduos inertes tem um grande peso no total dos resíduos valorizáveis (90,8%).

No que se refere às operações de eliminação foram encaminhados 1,7% dos resíduos produzidos para aterro, inceneração em terra e ainda armazenamento temporário para eliminação.

Dos resíduos enviados para eliminação, em 2015 não têm expressão os encaminhados para armazenamento temporário para eliminação.

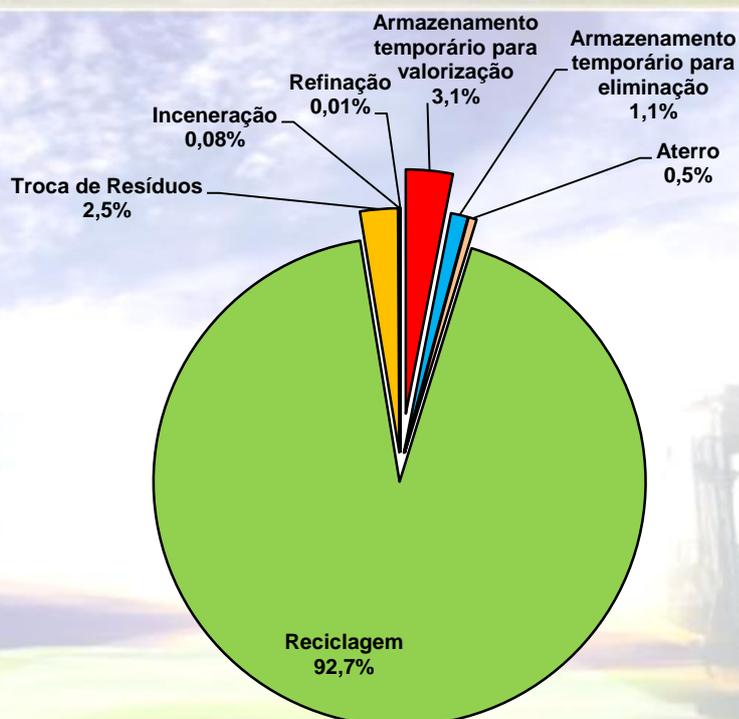
Atualmente, e cumulativamente ao ano de 2014, regista-se, com agrado, um aumento da responsabilidade ambiental de quem executa as obras, designadamente no que respeita à operação de utilização de RCD's em obra, tal como previsto no DL 46/2008 de 12/03 e DL 73/2011, de 17 de Junho. Como exemplo, temos a utilização em obra de resíduos inertes resultantes de várias obras de demolição no Parque Empresarial do Barreiro e o encaminhamento de material inerte existente em parque para algumas das obras da Ambisider e também obras pertencentes a outras empresas.

Diversos exemplos da aplicação prática da legislação sucedem-se nas obras executadas, sejam elas de maior ou menor dimensão. A Ambisider consegue promover, através do seu tratamento e manuseamento, a reutilização de materiais na área de implantação das obras.

Apresenta-se seguidamente uma análise gráfica com as quantidades de resíduos gerados e encaminhados para armazenamento, deposição em aterro, tratamento físico-químico, reciclagem, refinação e utilização de resíduos.

Operação	Quantidade (ton)	Percentagem (%)
Armazenamento temporário para valorização	536,3	3,07%
Armazenamento temporário para eliminação	196,0	1,12%
Aterro	93,2	0,53%
Reciclagem	16 188,1	92,71%
Troca de Resíduos	432,5	2,48%
Inceneração em Terra	13,8	0,08%
Refinação	1,7	0,01%
TOTAL	17 461,57	100%

Destino Final dos Resíduos produzidos pela Ambisider em 2015



3.3. Segurança

Para além de ser uma prioridade na Ambisider, a Segurança representa um dos vetores fundamentais de atuação dada a complexidade envolvida numa obra de Desmantelamento/Demolição.

Assim, a missão da Ambisider tem-se pautado pela prevenção dos riscos profissionais em obra, informando, formando e sensibilizando, mas também responsabilizando os intervenientes, pois só com empenho e dedicação de todos se consegue prevenir e evitar acidentes.

Para ser alcançado o Objetivo principal - Zero Acidentes, quer os nossos trabalhadores quer os nossos prestadores de serviços têm de interiorizar que não se trata de um mero objetivo estatístico, mas de algo que passa pelo respeito pela pessoa, pela família e pela sociedade. Por isso a segurança é, e continuará a ser, um valor de referência em todas as obras em que tenhamos intervenção.

A aposta na segurança é facilmente comprovada com o investimento anual realizado na Ambisider, que se tem situado sistematicamente em aproximadamente 1% do volume de negócios.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Investimento em Material e Equipamentos de Segurança	17 676	23 560	22 902	12 031	9 762	15 080	11 016	8 724
% sobre Volume de Negócios	0,5%	0,6%	0,6%	0,4%	0,4%	0,7%	0,6%	0,5%

Em todas as propostas apresentadas é destacado o papel relevante da Segurança, assim como, em todas as obras realizadas, o acompanhamento em obra é permanente, contribuindo para que a Ambisider tenha no seu historial um registo com poucos acidentes de trabalho.

Não obstante a formação calendarizada, através do plano estratégico e operacional para cada Obra em curso, bem como o planeamento dos trabalhos associados a uma aplicação eficaz de metodologias de identificação de perigos, avaliação e controlo dos riscos, é necessária uma observação constante para localizar situações merecedoras de reparo para que atitudes ocorridas, menos recomendadas, não produzam situações de potencial acidente.

A atuação da Equipa de Segurança é pois fundamental no decorrer das obras, para garantir as condições de Saúde, Higiene e Segurança dos trabalhadores, promovendo portanto uma formação contínua e a divulgação de informação sobre riscos profissionais decorrentes da Obra e da atividade em si e desenvolvendo o espírito de prevenção e zelo pelo cumprimento das obrigações em matéria de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

Todas as semanas é efetuado o teste de alcoolémia aos trabalhadores da Ambisider e também aos trabalhadores externos.

Relativamente aos trabalhos de remoção de amianto, foi publicada no início do ano a Portaria n.º 40/2014 de 17 de Fevereiro, que estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana.

4. Equipamentos

O Estaleiro Geral da empresa continua a desenvolver a sua atividade visando uma rápida e eficiente resposta aquando das avarias dos equipamentos internos. Desempenha igualmente a função de coordenação logística no acompanhamento às frentes de obra.

Foram promovidas algumas alterações em 2015 ao nível da organização do "lay-out" do Estaleiro Geral de forma a torná-lo mais funcional e mais

adaptado às novas vertentes de atuação da empresa, em que é necessário aprovisionar alguns materiais.

Foi definido o enquadramento logístico, enquadrado na implementação do sistema de qualidade, ambiente e segurança, de forma a incorporar e afetar zonas, de acordo com o padrão de qualidade definido para esta área da empresa.

Analisando as fichas de avaliação individual para cada ativo que contém para além dos dados de identificação de cada equipamento informação no que respeita às ferramentas que equipa, o histórico de reparações realizadas, de horas trabalhadas e outras, conclui-se que existem alguns equipamentos para os quais se deveria operar uma renovação.

Esta situação ressalta na análise do volume de reparações que ultrapassa os 100 milhares de euros e representa aproximadamente 6% do volume de negócios, assumindo-se como custo mais relevante dentro dos gastos gerais.

Procedeu-se assim à manutenção do parque existente que assim viu melhorada a sua fiabilidade, não obstante o seu envelhecimento.

No que concerne aos meios mecânicos, as diferentes áreas da Empresa analisam regularmente a composição do atual parque de máquinas, com o objetivo de apresentarem sugestões de melhoria que normalmente implicam a troca de equipamentos e têm como suporte o estudo de ocupação futura de acordo com a estratégia da empresa e as condições de mercado atuais bem como as perspetivas futuras. Estas análises são geralmente realizadas em sede de reunião de produção.

Após diversas dificuldades em proceder a algumas regulações e afinações dos dois móveis de britagem, foi realizada uma intervenção que, não obstante se

encontrar ainda em fase experimental, não registou até à data qualquer problema.

A empresa possui um equipamento de soldadura versátil que possibilita um leque mais vasto de trabalhos de serralharia no âmbito da reparação e reforço de equipamentos e acessórios de desgaste.

O apoio à área de remoção de amianto potenciada pela carrinha com plataforma com alcance de 17 metros continua a revelar utilidade. Não obstante, seria bom complementar com uma plataforma elevatória de alcance intermédio caso surja para tal uma oportunidade.

A introdução do modelo de registo diário de utilização de máquinas, viaturas e camiões, tem possibilitado proporcionar ao estaleiro geral o acompanhamento mais efetivo e pormenorizado das necessidades de intervenção nos equipamentos.

A análise ao mapa global dos equipamentos indicia a necessidade de proceder a um ajustamento via renovação de alguns ativos, que registam já um número elevado de horas e para os quais se poderia reduzir dimensão. O Conselho de Administração tenta assegurar a estabilidade necessária compatível com as restrições ao investimento nas empresas integrantes do Setor Empresarial do Estado.

A frota de viaturas ligeiras do tipo comercial foi adquirida maioritariamente nos anos 2007 e 2009. Regista ainda um bom desempenho e um bom estado de conservação, tendo no entanto a Empresa consciência que as manutenções podem começar a subir fruto da antiguidade dos veículos.

Tendo em conta esta situação, a empresa já está a acompanhar o mercado e a tomar as diligências de avaliação perspetivando os atuais valores de mercado.

As viaturas são muito relevantes na atividade uma vez que proporcionam a otimização do transporte de diversas ferramentas e utensílios entre obras e assegurando o transporte de recursos humanos.

As viaturas mantêm igualmente um bom estado de conservação ao nível da sua decoração que integra o logotipo, contactos e site da empresa na internet, funcionando como veículo de marketing e publicidade.

No estaleiro geral manteve-se a orientação já implementada, consubstanciada na prioridade da manutenção preventiva efetuada com recursos humanos da empresa, essencialmente pelos próprios operadores dos equipamentos.

Uma manutenção preventiva realizada de forma eficaz origina diversos benefícios, dos quais se salientam a maior fiabilidade e um maior número de horas de operação dos equipamentos, bem como a redução dos custos de conservação.

O estaleiro geral dispõe de um veículo para apoio às diferentes obras, equipado e dotado dos materiais necessários para uma assistência no local que dá uma resposta em curto espaço de tempo, fazendo uma avaliação geral da avaria e diagnosticando o tempo de paragem estimado. Quando se afigura possível, a reparação é feita de imediato no local.

O funcionamento do estaleiro geral da empresa, no Siderparque, encontra-se dotado de excelentes condições para gestão de todos os materiais e ferramentas adequados à boa execução dos trabalhos em obra.

V. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O ano de 2015 manteve a tónica de anos anteriores onde as dificuldades no sector da construção civil foram evidentes a nível nacional. No entanto, graças a um enorme esforço foi possível reverter a tendência de redução de faturação, registada em anos anteriores, assinalando-se um ligeiro aumento no volume de negócios. Para além da execução de obras de demolição a empresa conseguiu realizar diversas empreitadas de construção civil, trabalhos de infraestruturas e obras relacionadas com remoção de amianto.

Não obstante o impacto positivo no volume de negócios, os trabalhos de construção civil implicam um esforço considerável na tesouraria da empresa, face à exigência de pagamento no curto prazo, maioritariamente até 60 dias dos materiais adquiridos.

Não podendo recorrer ao financiamento bancário para gestão de tesouraria, a empresa solicitou nalgumas empreitadas um recebimento antecipado, prática que já havia acontecido também no ano anterior. Salienta-se que esta alternativa não é fácil e a taxa de sucesso é bastante reduzida uma vez que o mercado nacional não está habituado a trabalhar desta forma, particularmente na construção civil.

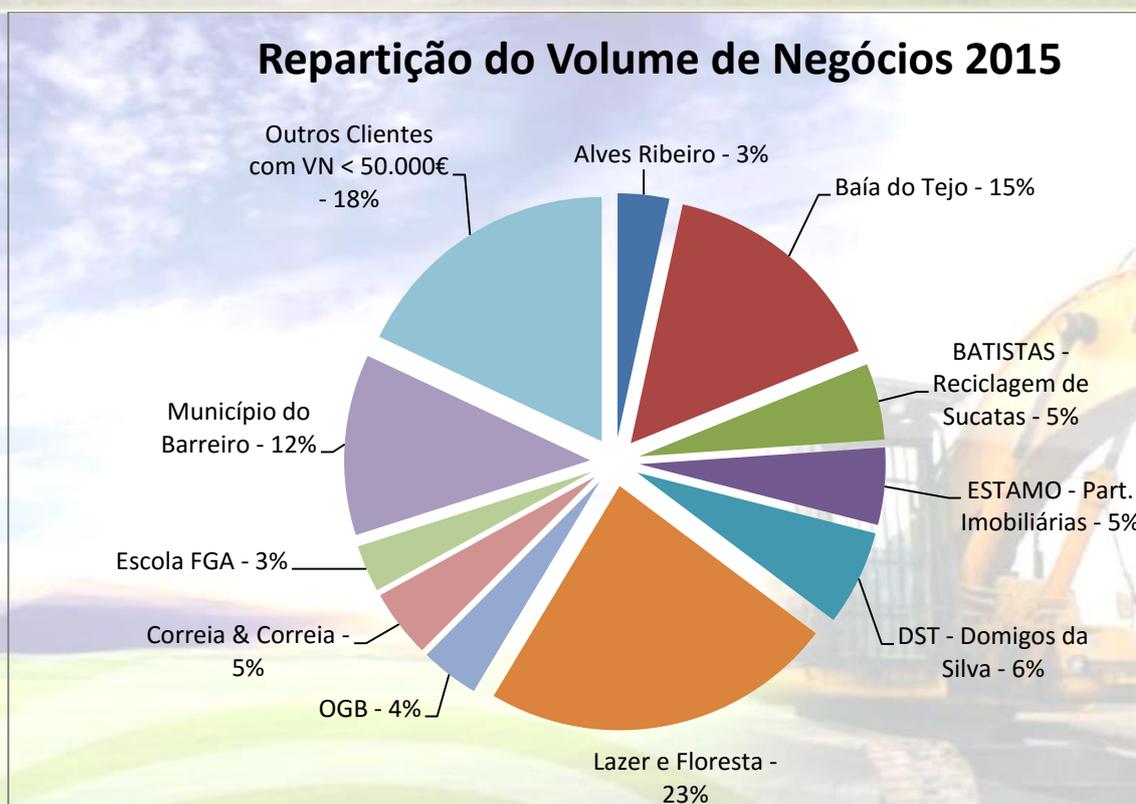
Foi assim necessário recorrer pontualmente ao Acionista para assim garantir a sustentabilidade financeira da empresa.

Para 2016 perspectiva-se uma manutenção deste quadro o que poderá acentuar as dificuldades da empresa face à impossibilidade de recurso a capitais alheios.

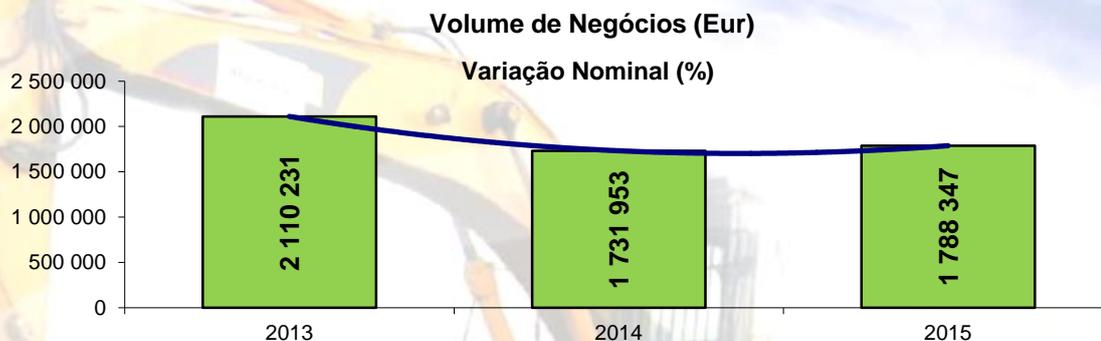
Apresentamos em seguida a análise dos principais indicadores económicos e financeiros da Empresa:

1. O volume de negócios em 2015 foi de 1,8 milhões de euros, resultante da faturação em Obras de Desmantelamento, Demolição, Trabalhos de Construção Civil, Reabilitação, Infraestruturas e Remoção de Amianto e também da valorização de materiais resultantes de atividades de desmantelamentos e do processo de reciclagem de escombros. Esta última atividade representou cerca de 10% da faturação. Destaca-se ainda a execução de empreitadas de construção civil na vertente de substituição de coberturas e conservação de edifícios;

A faturação de trabalhos para o Acionista teve uma expressão de 15% do Volume de Negócios, sendo inferior ao ano anterior. Manteve-se a execução de trabalhos de limpeza florestal e de linhas água em Alcácer do Sal que, com alguns trabalhos de construção civil na herdade Vale dos Reis, representaram 23% do total. Destaque ainda para os 12% de faturação para os trabalhos de construção civil desenvolvidos para o Município do Barreiro.



Relativamente ao histórico de 2014, regista-se uma correção em alta de aproximadamente 3,3% do valor faturado, invertendo-se a tendência de redução registada de anos anteriores.



Em 2015, a empresa contou com uma média de onze obras em execução simultânea no primeiro semestre, tendo observado um acréscimo de seis no segundo semestre para uma média anual de catorze. Face ao aumento relativo a 2014, verificou-se no entanto uma redução em termos médios do valor das empreitadas realizadas. O nível de subcontratação viu o valor aumentar significativamente em relação ao ano anterior, designadamente no que concerne à aquisição de materiais para aplicação em obra, não deixando a empresa de aproveitar os equipamentos e pessoal próprio na concretização dos trabalhos em curso.

O Resultado Líquido Negativo obtido pelo segundo ano consecutivo coloca a empresa numa situação delicada e que requer atenção.

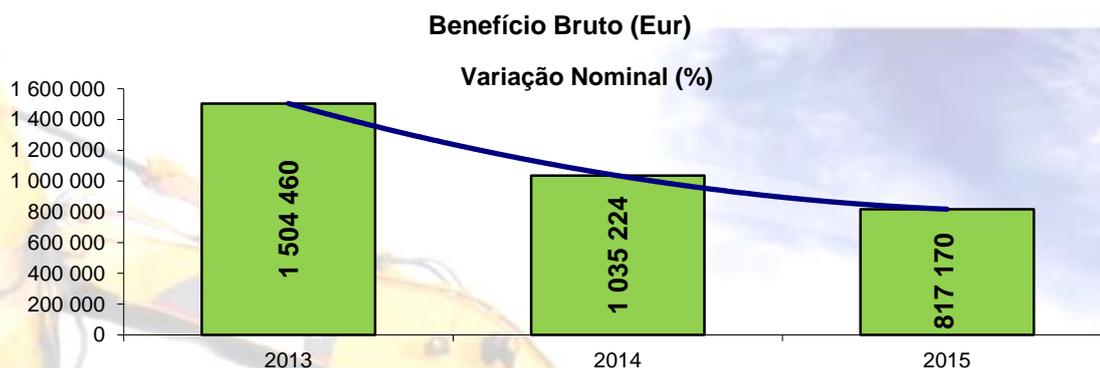
Em termos globais, os indicadores de liquidez, autonomia financeira, alavancagem financeira, económicos, de rendibilidade e de funcionamento, foram afetados pelo resultado negativo do exercício e registam uma quebra relevante, coincidente com as dificuldades do sector de atividade onde a empresa se insere.

A Ambisider mantém a estratégia de expansão da sua área de negócio, que já se verifica atualmente, numa perspetiva de evolução e de continuidade, avaliando a todo o momento novas oportunidades de negócio.

2. O sistema de Planeamento e Controlo de Gestão implementado continua a desempenhar a sua função constituindo de forma autêntica uma ferramenta primordial na análise da atividade e no processo de tomada de decisão e à implementação da estratégia da Empresa. Os resultados das obras em que a Empresa desenvolve a sua atividade são divulgados frequentemente e analisados em sede de reunião de produção.
3. O sector da Construção Civil conseguiu em 2015 manter a produção face a 2014 o mesmo sucedendo na Ambisider que conseguiu em 2015 até aumentar ligeiramente o volume de negócios pese embora o Resultado Líquido Negativo apurado do período.

A conjuntura recessiva que já no ano anterior atingiu a Empresa de uma forma significativa, verificou-se ainda em 2015, explicando em parte o Resultado Líquido Negativo apurado do período, o reconhecimento e reforço de imparidades de dívidas de clientes.

O Benefício Bruto registou uma variação negativa de 27% relativamente ao histórico. Conforme já foi referida, a redução verificada neste indicador deve-se em grande parte ao aumento dos subcontratos em 2015.



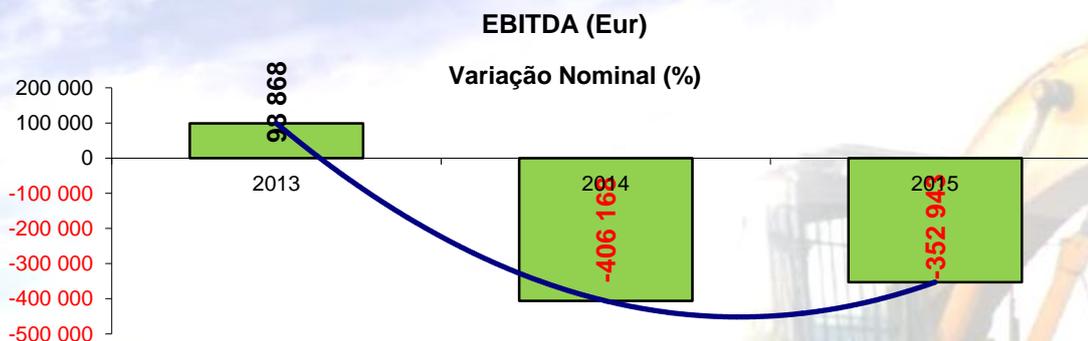
O índice de subcontratação situou-se nos 34,1% do Volume de Negócios, sendo superior ao registado no período homólogo.

Ao nível dos Gastos com pessoal verificou-se neste exercício um decréscimo relativamente ao ano anterior de 24%. Tal facto resulta essencialmente dos acordos de rescisão contratual com alguns trabalhadores e da ausência de horas extraordinárias.

Assim, os gastos com pessoal em 2015 diminuíram 240 milhares de euros, representando 42% do volume de negócios.

O EBITDA do negócio foi negativo em 353 milhares de euros, crescendo face ao período homólogo e invertendo a tendência de descida.

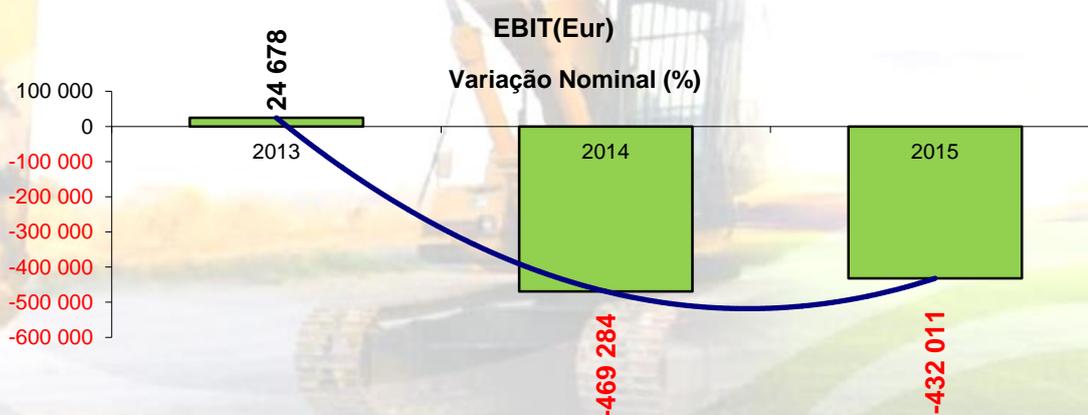
Em consequência, a margem EBITDA foi de -19,7%.



Manteve-se em 2015, em virtude da reduzida soma de horas de laboração com equipamentos, a utilização das taxas mínimas de depreciação,

espelhando assim de forma apropriada o desgaste nos equipamentos ocorrido durante o ano.

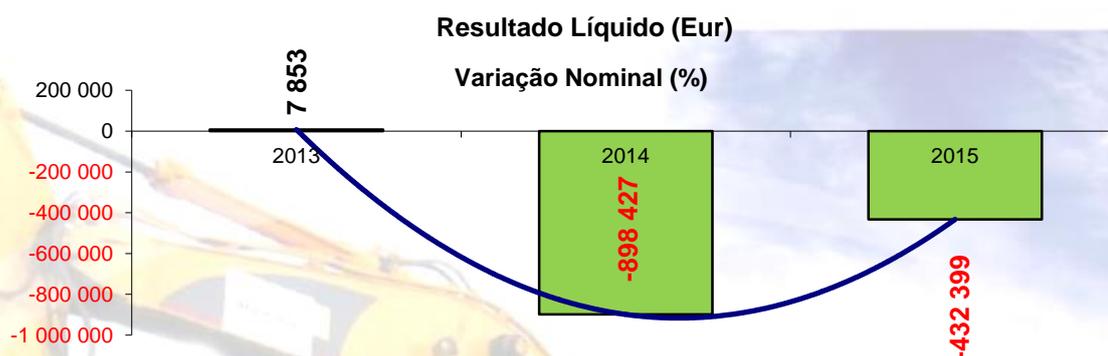
Pela exposição dos elementos acima referenciados foi registada também uma inversão no EBIT, sendo este indicador negativo em 432 milhares de euros, crescendo face ao ano anterior 8%, 37 milhares de euros.



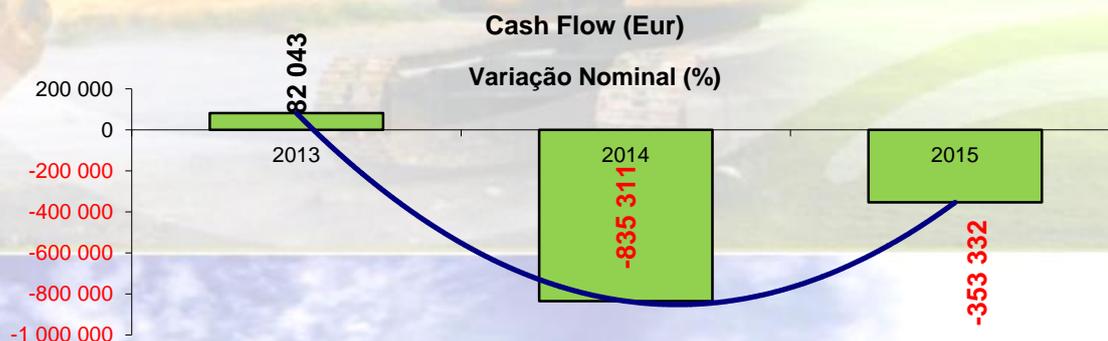
Tal como em anos anteriores, os gastos de financiamento registaram uma descida face a 2014, fixando-se nos 8 milhares de euros em virtude da existência de apenas um contrato de leaseback que tem o seu término em 2017 e do valor associado ao contrato de suprimentos com o Acionista.

Registou-se um valor reduzido com gastos relacionados com operações de confirming com clientes.

O Resultado Líquido do exercício de 2015 é negativo no montante de 433 milhares de euros, melhorando em relação ao ano anterior em virtude do menor contributo das imparidades com dívida a receber de clientes.



O Cash Flow cresce significativamente face ao período homólogo, situando-se nos 353 milhares de euros negativos.



4. Reportando à análise económica e financeira da Ambisider, os aspetos a destacar são os seguintes:

No que respeita à liquidez, os indicadores de liquidez geral, de liquidez reduzida e de liquidez imediata observou-se uma diminuição relevante. A empresa apresenta um rácio de liquidez positivo, contudo o rácio de liquidez imediata requer especial atenção.

Os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade diminuíram face ao ano anterior em cerca de 50%. Os graus de cobertura do imobilizado, quer por capitais permanentes quer por capitais próprios reduziram-se, ligeiramente

apresentando no entanto níveis satisfatórios face ao desempenho no ramo de atividade de atuação da empresa.

Economicamente, a margem bruta é positiva e assume um valor relevante, registando inclusive um acréscimo resultado do aumento de faturação.

Em função do resultado líquido apurado, o VAB assume o valor positivo de 400 milhares de euros.

Verificou-se em 2015 um aumento da taxa de endividamento em função do aumento das dívidas a fornecedores.

Destaca-se ainda a existência de uma dívida ao Acionista, a título de suprimentos no montante de 675 milhares de euros, resultante em parte de uma opção mais favorável na realização de uma operação de investimento de renovação de equipamentos levada a cabo em 2011 e que foi reforçada para fazer face às necessidades de tesouraria da Ambisider e à impossibilidade de endividamento de âmbito bancário.

A produtividade do trabalho registou um decréscimo face a 2014 na ordem dos 13% e a produtividade do imobilizado decresceu 18%, em função da necessária revalorização de equipamento efetuada em 2014.

Refletindo o modo sustentável e de consolidação do equilíbrio financeiro que tem pautado a gestão da Empresa, o Fundo de Maneio sendo positivo, é inferior ao período homólogo situando-se na ordem dos 614 milhares de euros.

Ao nível do Balanço, o ativo da empresa ascende a 2,1 milhões de euros, registando uma diminuição de 4% relativamente a 2014.

mil euros

Situação Patrimonial	2013	2014	2015
Activo Fixo Tangível	396	784	657
Existências	1 093	884	692
Clientes e outros activos operacionais	811	424	594
Disponibilidades e outros activos	218	79	136
Total do Activo Líquido	2 518	2 171	2 078
Capital social	400	400	400
Prestações suplementares	1 076	1 076	1 076
Reservas legais	55	55	55
Reservas e resultados transitados	6	356	-574
Resultados líquidos	8	-898	-432
Total do Capital Próprio	1 545	989	525
Forn., Estados e outros passivos operacionais	430	409	835
Accionistas	0	0	0
Leasing's e passivo remunerado	543	774	718
Total do Passivo	973	1 183	1 553
Total do Capital Próprio e Passivo	2 518	2 171	2 078

No valor de existências encontra-se reconhecida a valorização associada à sucata de varão de betão, resultante do processo de reciclagem do betão em bruto bem como dos gastos inerentes à operação de britagem. Os inventários escriturados correspondem ao valor atribuído ao varão de ferro que virá a ser extraído do betão em bruto, não britado, proveniente dos trabalhos de demolição efetuados pela Sociedade e que se encontra depositado em parque de propriedade do acionista Baia do Tejo, S.A., que se encontra afeto à Ambisider.

O passivo regista um acréscimo de 31% (370 milhares de euros), situando-se agora em 1,6 milhões de euros.

Os capitais próprios ascendem a 525 milhares de euros, representando uma diminuição do capital no montante de 464 milhares de euros face ao ano anterior.

VI. PERSPETIVAS PARA 2016

A Ambisider encontra-se inserida no setor da construção civil, no qual persiste o cenário de crise.

A reflexão estratégica para o ano 2016 teve em conta o relatório de medidas a implementar apresentado ao Acionista Baía do Tejo ainda em 2015, no que respeita à definição de objetivos bem como aos constrangimentos identificados à implementação de políticas de reestruturação da empresa tendo em vista a estimulação da atividade.

A Empresa encontra-se em fase de implementação de um sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança, cujo objetivo consiste na certificação de acordo com as normas ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

A Ambisider desenvolveu e alargou o âmbito de serviços prestados e a Empresa capacitou-se através da implementação de novas classes de Alvará.

No entanto, os constrangimentos impostos a uma Empresa do SEE que desenvolve a sua atividade nesta área designadamente ao nível das dificuldades no acesso ao crédito, na dificuldade de reestruturar recursos humanos, nas dificuldades de realizar trabalhos dentro do Grupo, entre outras, limitam de forma relevante o desenvolvimento da atividade da empresa e simultaneamente tornam relativamente mais cara a operação realizada, comparativamente com os seus concorrentes.

A Ambisider empenhou-se em responder a procedimentos dentro das plataformas informáticas, designadamente a VortalGov, a Gatewitt e SaphetyGov. No entanto, só poderá ser mais competitiva em procedimentos que não se limitem a avaliar as propostas só pelo fator mais baixo preço.

Uma forma de integração poderá ser pensada para a Empresa pelo seu Acionista ou outra solução que permita absorver as mais-valias da Ambisider nas suas áreas de atuação e simultaneamente possa revestir no plano da responsabilidade social.

No plano comercial vão surgir novos desafios uma vez que a apresentação a concurso se torna mais exigente no plano técnico e de orçamentação, onde têm surgido algumas dificuldades que não se compatibilizam com a formação de alguns colaboradores.

Salienta-se que, na área de infraestruturas, a Ambisider conseguiu posicionar-se no seio das empresas que habitualmente concorrem a este tipo de trabalhos na zona centro e sul, pelo que se prevê um crescimento neste domínio.

Também aqui, o desafio nesta fase passa por gerir a consulta, analisar propostas e encomendar materiais com os quais até aqui a Ambisider não trabalhava, tudo isto sem possibilidade de recorrer a capitais alheios.

Pese embora as contrariedades e as contingências que de alguma forma condicionam uma Empresa neste ramo de atividade, o Orçamento e Plano de atividades para o ano 2016 têm subjacente a preocupação dos atuais órgãos de gestão com uma recuperação económica da empresa que permita dar resposta às expetativas do Acionista nas vertentes de trabalhos solicitados em diversas áreas ligadas à gestão de parques empresariais, manter a responsabilidade social que a empresa tem inserida na malha empresarial do Concelho do Seixal e também preservar a responsabilidade ambiental que desde sempre pautou a sua atuação.

No Orçamento 2016 está também prevista a implementação de metodologias que visam dar resposta à pretensão manifestada no âmbito da Auditoria Interna da Parpública no que respeita à verificação, avaliação e rotação dos inventários.

Para o cumprimento das metas estabelecidas é essencial a manutenção do apoio prestado pelo Acionista Baía do Tejo bem como a manutenção e possível alargamento da parceria com empresas do Grupo Parpública.

A Ambisider no seu orçamento 2016 assegura o cumprimento de forma consciente da regulamentação dos preços de transferência, que tem por base o princípio de plena concorrência, ou seja, as condições acordadas entre duas partes relacionadas devem ser idênticas às que seriam estabelecidas entre entidades independentes, em operações semelhantes.

No ordenamento jurídico nacional, os preços de transferência surgem regulados no artigo 63.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC) que começa por enunciar o princípio de plena concorrência, clarificando o que se entende por "Relações especiais" entre entidades relacionadas. A aplicação dos métodos de determinação dos preços de transferência, a natureza da documentação exigida e a informação relevante são matéria mais específica que surge regulada na Portaria 1446-C/2001, de 21 de Dezembro.

A Ambisider, na sua forma de trabalhar em todas as suas áreas operacionais possui documentação suficiente que atesta de forma cabal que os preços praticados com clientes diversos, com formas jurídicas distintas e que atuam em diferentes setores de atividade, são sensivelmente iguais aos praticados com empresas do Grupo, designadamente com o seu Acionista Único Baía do Tejo S.A. com a qual existe uma relação de domínio.

Representa também um fator decisivo a colaboração de todos os trabalhadores, num compromisso de participação ativa num projeto que através do alargamento da área de atuação da empresa, proporciona uma valorização pessoal e profissional dos intervenientes, visando manter o número máximo possível de postos de trabalho.

Tendo em conta a diversificação de áreas de negócio, na qual o ano 2015 materializou a aquisição de conhecimentos e experiência relevantes, a Ambisider perspetiva um incremento do volume de negócios em 2016 que se poderá fixar no montante de 2,1 milhões de euros.

Enquanto potencial prestador de serviços, o fortalecimento das relações comerciais intragrupo é agora encarado com otimismo pois na sua vertente operacional a empresa apresenta agora um conjunto de soluções capazes de proporcionar um leque de serviços dentro da área da construção civil mais abrangente, englobando a quase totalidade de solicitações de trabalho das empresas do Grupo Parública nesta área de atividade.

O Conselho de Administração está convicto de que, o despertar de necessidades em algumas empresas do Grupo aliada à boa resposta técnica dada pela Ambisider pode cimentar laços e aumentar o volume de negócios.

O Conselho de Administração tem em conta o plano de processamento e britagem de material inerte apresentado pela Ambisider em 2015, pretendendo desta forma criar valor acrescentado na venda do material processado bem como ir ao encontro da oportunidade de melhoria / Recomendação da AAI (Área de Auditoria Interna) relativamente ao apuramento do valor dos Inventários.

A nível global, o orçamento aponta para um volume de negócios maior ou igual a 36% dentro do grupo, até 54% para fora do grupo preferencialmente no mercado nacional e 10% em trabalhos para a própria empresa.

A repartição do volume de negócios prevista para o ano 2016 é a seguinte:

- ✓ Limpeza de linhas de água e limpeza florestal em herdades do Grupo - 11%

- ✓ Obras de Construção Civil / Reabilitação no Grupo – 12%
- ✓ Demolições, Trabalhos de Construção Civil, Gestão de Resíduos, Remoção de Amianto, Limpezas Diversas e Serviços Técnicos específicos no Grupo - 14%
- ✓ Obras de Desmantelamento e Demolição – 18%
- ✓ Obras de Infraestruturas - 17%
- ✓ Obras de Construção Civil / Reabilitação - 19%
- ✓ Unidade de Reciclagem de Betão Ambisider – 10%

Qualquer alteração que possa surgir face à previsão orçamental, deverá numa primeira instância revestir um incremento de trabalho dentro do Grupo.

Está prevista a continuidade de reestruturação da empresa, tentando adaptar os Recursos Humanos à realidade e conjuntura atual em função do volume de atividade e condições de mercado. A Ambisider conta atualmente com 25 colaboradores.

A empresa tem de prosseguir com o ajustamento nas seguintes vertentes:

- ✓ adequação do n.º de colaboradores à atual realidade e volume de trabalho;
- ✓ adequação do corpo técnico em matéria de Recursos Humanos de forma a possibilitar a prossecução da estratégia;
- ✓ adequação do parque de equipamentos à estratégia prosseguida, com definição exata do limite de atuação do Estaleiro Geral;
- ✓ proceder à implementação operacional de funcionamento do seu corpo técnico.

A aposta na formação mantém-se, tendo por objetivo adaptar trabalhadores para a execução de novas atividades, oportunidades e desafios.

Não obstante esta possibilidade, o elevado grau de especialização exigido no desempenho de determinadas atividades aliado ao fator tempo que a empresa não consegue dispor numa situação normal de concorrência de mercado em que trabalha, implica uma atuação mais rápida e eficaz só possível com recurso à substituição direta.

Estando inibida de proceder ao recrutamento de forma direta, a Ambisider despoletou um Processo de Recrutamento de Recursos Humanos nos termos da alínea b) do n.º 3 o artigo 58.º da Lei 82B de 31/12/2014, tendo agora um despacho favorável para a contratação de quatro novos colaboradores por dispensa de outros quatro.

O Plano de Investimento previsto para 2016 consagra essencialmente a necessidade de se proceder a uma renovação/substituição de alguns equipamentos considerados essenciais à prossecução da estratégia de diversificação e à competitividade da empresa.

A aposta na renovação do parque de equipamentos tem sido condicionada essencialmente por fatores de limitação de endividamento imposta a empresas integrantes do Setor Empresarial do Estado.

A Empresa tem de realizar uma gestão dos seus equipamentos, de forma a salvaguardar a impossibilidade de renovação, que nesta fase está vedada às empresas do SEE.

Esta situação tem refletido para a Ambisider, enquanto empresa cuja atividade depende significativamente do bom funcionamento do seu parque de equipamentos, um acréscimo do gasto em conservação e reparação, acompanhado de custos de paragem mais elevados que representam um acréscimo de gastos diretos na execução dos trabalhos.

Mantém-se a aposta na versatilidade dos equipamentos, tendo em linha de conta a diversificação das áreas de negócios.

No que respeita à Tesouraria e Fundo de Maneio Necessário, Capitais Alheios e Suprimentos, a prossecução da estratégia exige recursos financeiros que representam um nível de investimento considerável para o qual a Empresa revela não possuir total capacidade de autofinanciamento.

Em caso de impossibilidade legal de contratação de financiamento externo para a atividade operacional, a fonte de financiamento na modalidade de suprimentos pode revelar-se como uma solução de viabilidade.

No que respeita às obras de construção civil, reabilitação e infraestruturas, estas representam no seu conjunto um volume de negócios prospetivado de 1,3 milhões de euros para o ano 2016.

Com um investimento em fundo de maneio superior a 586 milhares de euros, o equilíbrio financeiro só será alcançável criando linhas de financiamento, sendo este diretamente realizado junto de instituições financeiras ou através de suprimentos.

Tendo por base os pressupostos orçamentais, a conta de exploração para o ano 2016 apresenta um resultado líquido positivo e uma margem EBITDA de 7,1%.

O cash flow do negócio liberta 142 milhares de euros, aproximadamente 6,7% do volume de negócios.

Independentemente do contexto em que a empresa venha a desenvolver a sua atividade no futuro, é convicção do Conselho de Administração que, com a assimilação da estratégia prosseguida, serão criados os alicerces de sustentabilidade económica e financeira para manutenção da sua atividade.

É essencial no entanto que todos os técnicos partilhem e ambicionem o fator de mudança, que conterà em si próprio a manutenção de um reconhecimento da Empresa no plano técnico, ambiental e de segurança.

VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que, do Resultado Líquido do Exercício (negativo) no montante de 432.399,46 euros (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e nove euros e quarenta e seis cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

VIII. REFERÊNCIAS FINAIS

Ao concluir-se mais um ano de vida da Empresa, o Conselho de Administração agradece ao seu Acionista único todo o apoio e confiança depositada, e manifesta, igualmente, a todos os que ao longo deste ano nos honraram com a sua confiança e colaboração – Trabalhadores, Clientes, Fornecedores, Entidades da Administração Pública, Entidades Bancárias e restantes Órgãos Sociais – o seu sincero agradecimento.

Aldeia de Paio Pires, 15 de Março de 2016

O Conselho de Administração,



Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito – Presidente



Filipe Alexandre de Matos Correia Marques – Vogal



Miguel Ângelo Bogalho de Araújo - Vogal

ANEXO I

Cumprimento das obrigações legais nos termos Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3
de Outubro (RJSPE)

Cumprimento das obrigações legais

Objetivos de Gestão

A estratégia definida para o triénio focou essencialmente três grandes vetores, sendo o primeiro a manutenção de uma posição relevante no mercado das demolições, o segundo a concretização de uma oportunidade em matéria de internacionalização e o terceiro avançar na área de construção civil de forma a complementar a atividade de demolição com trabalhos de reabilitação e conservação e criar novas áreas de atividade designadamente na área das infraestruturas, oferecendo por um lado um produto e um serviço mais completo ao cliente mas também um leque de oferta mais diversificada englobando novos trabalhos de construção civil. O foco principal foi o de satisfazer necessidades identificadas no Setor Estado, quer ao nível de trabalhos na área do amianto, ao nível dos trabalhos de construção civil ligados à manutenção e conservação, bem como ao nível da renovação de infraestruturas de redes de águas e esgotos, potenciando assim sinergias dentro do Grupo.

De uma forma global a Ambisider conseguiu concretizar os objetivos estratégicos, não obstante algumas dificuldades que têm existido quer relacionadas com a crise que se instalou no mercado da construção civil bem como com alguma dificuldade de articulação no relacionamento com os seus clientes alvo.

Risco financeiro

No que respeita ao endividamento, a Empresa cumpriu os limites legais estabelecidos.

Os encargos financeiros suportados nos últimos cinco anos resultam de locações financeiras, contratos de factoring, confirming bancário e suprimentos.

A taxa média de financiamento neste período foi de 4,22%.

Und.: Eur

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos Financeiros (€)	18 743,33	11 172,15	13 892,18	10 453,97	7 733,51
Taxa Média de Financiamento (%)	6,56%	5,41%	5,86%	2,02%	1,22%

Em termos de passivo remunerado, a evolução 2014 - 2015 foi a seguinte:

Und.: Eur

Passivo Remunerado (€)	2014	2015	Var. absol.	Var. %
Passivo não corrente	438 150,68	599 452,05	161 301,37	198%
Financiamentos obtidos	438 150,68	599 452,05	161 301,37	198%
Passivo corrente	78 748,07	32 885,09	-45 862,98	-12%
Financiamentos obtidos	78 748,07	32 885,09	-45 862,98	-12%
Total Passivo Remunerado	516 898,75	632 337,14	279 784,86	118%

Prazo médio de pagamentos

Numa empresa com a área de negócio da Ambisider, o prazo médio de pagamentos encontra-se diretamente relacionado com o prazo médio de recebimentos e como tal do sucesso obtido no esforço de cobrança.

A tesouraria requer uma gestão diária e os saldos de financeiros são sempre muito reduzidos.

A Empresa tem conseguido ao longo dos anos manter uma relação de excelência com os seus fornecedores, mantendo uma relação franca e honesta, investindo assim numa base de confiança mútua e operacionalmente muito eficiente.

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2015	2014	Var. (%) 2014/2013
PMP a Fornecedores (dias)	195	141	39%

Mapa da posição a 31/12/2015 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio

Und.: Eur

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas Vencidas - Art. 1º DL 65-A/2011, de 17/Maio			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição Bens e Serviços	344 469,62	41 343,43	20 671,72	73 890,59	24 630,20
Aquisição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	344 469,62	41 343,43	20 671,72	73 890,59	24 630,20

Relação com o Acionista

A Ambisider detém um Acionista único com quem mantém uma relação de grande proximidade, sendo o Presidente não executivo da Ambisider, administrador executivo na Baía do Tejo. Assim, todas as recomendações são prestadas pelo Acionista e as respetivas diligências implementadas pela Ambisider.

Aplicação do artigo n.º 32 do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado no Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro

Os administradores da Ambisider não têm nem nunca tiveram atribuído qualquer cartão de crédito.

Não são igualmente reembolsadas pela empresa despesas de representação pessoal dos administradores.

Contratação Pública

Em virtude da atividade operacional da Empresa, não se aplicam na magnitude as disposições relativas à contratação pública.

Redução de gastos operacionais e gastos com pessoal

No quadro infra encontram-se apuradas as rubricas de gastos operacionais, gastos com pessoal e volume de negócios.

Plano de Redução de Custos

Und.: Eur

PRC	Meta	2015 Exec.	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %	Cumprimento
								2014/2013		2014/2010		
(1) CMVMC (m€)		162,86	164,12	217,21	519,12	598,59	286,97	-53,09	-24%	-122,86	-43%	
(2) PSE (m€)		1.029,33	773,25	973,39	1.111,43	1.495,44	2.768,00	-200,15	-21%	-1.994,76	-72%	
(3) Gastos com o pessoal (m€)		750,39	991,00	877,08	714,67	962,26	1.178,41	113,91	13%	-187,41	-16%	
(4) Gastos Operacionais = (1+2+3)		1.942,58	1.928,36	2.067,68	2.345,21	3.056,30	4.233,39					
(5) Volume de Negócios (m€)		1.788,35	1.731,95	2.110,23	2.654,07	3.239,21	3.952,36	-378,28	-18%	-2.220,41	-56%	X
(6) Peso dos Gastos no VN (4/5)			1,11	0,98	0,88	0,94	1,07					
Lei OE 2015 - Artigo 61 n.º 3												
Deslocações/Estadas	Em linha com 2014	15,75	40,69	37,69	9,87	17,76	51,28	3,00	8%	-10,58	-21%	
Ajudas de custo	Em linha com 2014	0,42	67,49	27,42	5,68	10,78	68,16	40,06	146%	-0,67	-1%	
Comunicações	Em linha com 2014	8,80	10,24	9,44	10,68	15,55	22,23	0,80	8%	-11,99	-54%	
Número de RH		27	32	37	38	39	44	-5,00	-14%	n.a.	n.a.	
N.º Efectivos		20	23	27	26	25	25,00	-4,00	-15%	n.a.	n.a.	
N.º Cargos de Direcção		n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
N.º Efectivos/Cargos Direcção		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Viaturas												
N.º de Viaturas	Menor que 2014	29	30	30	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0%	n.a.	n.a.	
Gastos com Viaturas		91,30	104,06	138,50	n.a.	n.a.	n.a.	-34,44	-25%	n.a.	n.a.	

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Não existe na Ambisider nesta matéria nada a registar.

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não existe na Ambisider nesta matéria nada a registar.



APÊNDICE I

Remunerações

Remunerações

Junto se anexam alguns mapas relacionados com os Órgãos sociais confirmando que a:

Mesa da AG

- Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos da Lei 83-C OE2014.

Conselho de Administração

- Não atribuição de prémios de gestão, nos termos da Lei 83-C OE2014.
- Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos da Lei 83-C OE2014, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%, nos termos do art.º 12 da Lei 12-A/2010.

Fiscalização

- Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do art.º 27 da Lei 83-C OE2014.

Não existe na Ambisider a figura do Auditor Externo.

Aos restantes trabalhadores foi igualmente aplicada a redução remuneratória, em conformidade com a Lei 83-C OE2014.

Mesa da Assembleia Geral

Und.: Eur

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
2014-2016	Presidente	Dr. José António Monteiro Barreiro	500,00	500,00	40,00	460,00
2014-2016	Secretária	Dra. Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem	350,00	350,00	28,00	322,00

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma	Data	Identificar Entidade	Pagadora (O/D)
2014/2016	Presidente	Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	AG	14.07.2014	n.a.	n.a.
2014/2016	Vogal	Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	AG	14.07.2014	n.a.	n.a.
2014/2016	Vogal	Eng. Miguel Ângelo Bogalho de Araújo	AG	14.07.2014	n.a.	n.a.

Conselho de Administração

Nome	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Miguel Ângelo Bogalho de Araújo	n.a.	n.a.	n.a.

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	C	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	Sim	C	3 201,08	1 280,43
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	Sim	C	3 201,08	1 280,43

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12/A 2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução Anos Anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	66 613,21	315,38	-2 975,00	-3 485,72	n.a.	60 467,87
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	n.a.	66 613,21	339,92	-2 975,00	-3 485,72	n.a.	60 492,41

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	Benefícios Sociais							
	Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes de Trabalho	Redução Lei 12/A 2010
	Valor/Dia	Montante Pago/Ano	Identificar	Valor				
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	n.a.	Seg. Social (23,75%)	14 361,13	n.a.	n.a.	2651,23	n.a.
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	n.a.	n.a.	Seg. Social (23,75%)	14 366,96	n.a.	n.a.	2651,23	n.a.

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	Gastos com Comunicação Móvel		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	268,64	n.a.
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	n.a.	247,63	n.a.

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura Atribuída [S/N]	Celebração do Contrato [S/N]	Valor de referência da Viatura	Modalidade	Ano de Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal €	Gasto Anual com Rendas €	N.º de Prestações Contratuais Remanescentes
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	S	S	3 504,20	Aquisição	2003	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	S	S	3 776,86	Aquisição	2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	Plafond Mensal	Gastos anuais associados com Viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	2 865,05	966,85	3 953,17	204,01	n.a.
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	n.a.	2 387,82	756,85	885,06	204,02	n.a.

Conselho de Administração

Und.: Eur

Nome	Gastos anuais associados a deslocações em serviço					Gasto total com viagens
	Deslocação em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Und.: Eur

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Remuneração (€)	
		Nome	Número	Doc	Data	Contratada	N.º de Mandatos exercidos na Sociedade
2014/2016	Fiscal Único Efectivo	Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida	691	AG	14.07.2014	Valor mínimo fixado pela OROC	4
2014/2016	Fiscal Único Suplente	Dra. Carla Margarida Vicente Godinho	1560	AG	14.07.2014	n.a.	1

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Und.: Eur

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida	7 800,00	624,00	7 176,00
Dra. Carla Margarida Vicente Godinho	n.a.	n.a.	n.a.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao Ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão					
Cumprir o Orçamento anual		X		-20%	Quebra no Volume de Negócios
Cumprir o Orçamento da gastos gerais anual		X		-18%	Conservação e Reparação
Cumprir o Orçamento da gastos com pessoal anual	X			7%	
Manutenção de Rácios base para capacidade financeira em Concursos Públicos	X			90%	Falta apenas em alguns o EBITDA
Fortalecimento das classes de Alvará detida para Concursos Públicos	X			100%	Alvará de acordo com a estratégia definida
Gestão do Risco Financeiro					
Límites de Crescimento do Endividamento	X			67,00%	AF
Evolução do PMP a fornecedores	X			143%	Redução do endividamento bancário
Divulgação dos atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			55	Atraso no recebimento de clientes
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Recomendação 1			X	n.a.	
Recomendação 2			X	n.a.	
Etc.			X	n.a.	
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei 83-C/2013	X			n.a.	
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			12 921,44	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013			X		
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			3 926,95	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	X			n.a.	
Artigo 32º do EGP					
Utilizações de cartões de crédito	X			n.a.	
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			n.a.	
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa			X	n.a.	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	n.a.	
Contratos submetidos ao visto prévio do TC			X	n.a.	
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação 1			X	n.a.	
Recomendação 2			X	n.a.	
Parque Automóvel					
N.º de viaturas				26	
Gastos com viaturas				65 210,92	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61º da Lei 83-C/2013)					
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei 83-C/2013)				15%	
N.º de trabalhadores				-17%	
N.º de cargos dirigentes				n.a.	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei 83-C/2013)					
Disponibilidades centralizadas no IGCP				n.a.	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado				n.a.	



APÊNDICE II

EPNF

Divulgação de informação no sítio da internet

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos			
Caracterização da Empresa	S	25-11-2014	
Função de Tutela e Accionista	S	25-11-2014	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos Sociais	S	25-11-2014	
Estatuto remuneratório fixado	S	25-11-2014	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	25-11-2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do C.A.	S	25-11-2014	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais			
Esforço Financeiro Público	n.a.		
Ficha Síntese	S	25-11-2014	
Informação Financeira histórica e actual	S	31-12-2015	
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	25-11-2014	
Transações Relevantes c/ entidades relacionadas	S	25-11-2014	
Outras transacções	n.a.		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	25-11-2014	
Social	S	25-11-2014	
Ambiental	S	25-11-2014	
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	25-11-2014	
Código de ética	S	25-11-2014	

BALANÇO INDIVIDUAL
 Dez-15

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	6	655.961,55	784.004,65
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....			
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Participações financeiras - outros métodos.....			
Accionistas/sócios.....			
Outros activos financeiros.....		654,01	312,96
Activos por impostos diferidos.....			
		656.615,56	784.317,61
Activo corrente:			
Inventários.....	10	691.713,83	884.221,46
Activos biológicos.....			
Clientes.....	5	494.738,91	340.801,24
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....	20	98.943,45	83.292,67
Accionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....	21	102.367,10	28.007,50
Diferimentos.....	22	2.633,86	2.020,45
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	4,13	30.563,02	48.693,00
		1.420.960,17	1.387.036,32
Total do Activo		2.077.575,73	2.171.353,93

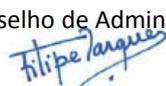
Página 1 de 2

O Conselho de Administração



(Paulo Gamito - Presidente)

O Conselho de Administração



(Filipe Marques -Vogal)

O Conselho de Administração



(Miguel Araújo -Vogal)

O Técnico Oficial de Contas



(Rui Pinto)

BALANÇO INDIVIDUAL

Dez-15

Montantes expressos em EURO

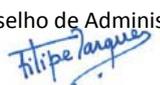
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	18	400.000,00	400.000,00
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....	18	1.075.925,00	1.075.925,00
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....	18	55.256,38	55.256,38
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....	18	(846.662,45)	13.401,30
Ajustamentos em activos financeiros.....			
Excedentes de revalorização.....	16	272.576,80	342.540,25
Outras variações no capital próprio.....			
		957.095,73	1.887.122,93
Resultado líquido do período.....	18	(432.399,46)	(898.427,20)
		524.696,27	988.695,73
Interesses minoritários.....			
Total do capital próprio	18	524.696,27	988.695,73
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	12		11.000,00
Financiamentos obtidos.....	7	683.574,72	532.883,61
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....	15,16,21	62.106,10	68.291,25
Outras contas a pagar.....			
		745.680,82	612.174,86
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	5	638.247,09	361.726,50
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	19	21.330,23	24.527,75
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....	7	34.529,64	33.105,84
Outras contas a pagar.....	15,16,21	113.091,68	151.123,25
Diferimentos.....			
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		807.198,64	570.483,34
Total do passivo		1.552.879,46	1.182.658,20
Total do Capital Próprio e do Passivo		2.077.575,73	2.171.353,93

Página 2 de 2

O Conselho de Administração O Conselho de Administração O Conselho de Administração O Técnico Oficial de Contas



 (Paulo Gamito - Presidente)



 (Filipe Marques -Vogal)



 (Miguel Araújo -Vogal)



 (Rui Pinto)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Dez-15

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	11	1.788.346,71	1.731.953,36
Subsídios à exploração.....			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....	10	-192.811,69	-208.727,59
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	10	-162.863,86	-164.116,54
Fornecimentos e serviços externos.....	23	-1.029.328,32	-773.245,96
Gastos com o pessoal.....	19	-750.388,44	-990.995,05
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	9	-18.664,35	-417.530,39
Provisões (aumentos/reduções).....	12	11.000,00	14.000,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		42.525,99	40.518,09
Outros gastos e perdas.....		-29.759,30	-41.554,12
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-341.943,26	-809.698,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	6	-90.067,34	-77.116,20
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-432.010,60	-886.814,40
Juros e rendimentos similares obtidos.....			382,82
Juros e gastos similares suportados.....	8	-7.733,51	-10.453,97
Resultado antes de impostos		-439.744,11	-896.885,55
Imposto sobre o rendimento do período.....	15, 16	7.344,65	-1.541,65
Resultado líquido do período		-432.399,46	-898.427,20
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

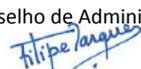
* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O Conselho de Administração



(Paulo Gamito - Presidente)

O Conselho de Administração



(Filipe Marques -Vogal)

O Conselho de Administração



(Miguel Araújo -Vogal)

O Técnico Oficial de Contas



(Rui Pinto)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Dez-15

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		1.788.346,71	1.731.953,36
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados		-772.467,43	-486.965,36
Resultado Bruto		1.015.879,28	1.244.988,00
Outros Rendimentos.....		0,00	0,00
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-1.170.113,19	-1.441.392,19
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-277.776,69	-690.410,21
		-1.447.889,88	-2.131.802,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-432.010,60	-886.814,40
Gastos de Financiamento (Líquidos).....		-7.733,51	-10.071,15
Resultado antes de impostos		-439.744,11	-896.885,55
Imposto sobre o rendimento do período.....		7.344,65	-1.541,65
Resultado líquido do período		-432.399,46	-898.427,20
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			

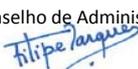
* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O Conselho de Administração



(Paulo Gamito - Presidente)

O Conselho de Administração



(Filipe Marques -Vogal)

O Conselho de Administração



(Miguel Araújo -Vogal)

O Técnico Oficial de Contas



(Rui Pinto)

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

 Dez-15
 (Método Directo)

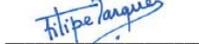
Montantes expressos em EURO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		1.626.831,98	1.831.973,67
Pagamentos a Fornecedores		(1.069.616,80)	(1.038.530,06)
Pagamentos ao Pessoal		(748.785,52)	(946.464,39)
Caixa gerada pelas operações		(191.570,34)	(153.020,79)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		(500,00)	
Outros recebimentos/pagamentos		(14.036,29)	(16.314,03)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(206.106,63)	(169.334,82)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		49.200,00	24.000,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		49.200,00	24.000,00
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		185.000,00	280.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos			(40.000,00)
Amortizações de contratos de Locação Financeira		(44.216,57)	(104.123,85)
Juros e gastos similares		(2.006,78)	(1.557,79)
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		138.776,65	134.318,36
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(18.129,98)	(11.016,46)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		48.693,00	59.709,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4,13	30.563,02	48.693,00

O Conselho de Administração


 (Paulo Gamito - Presidente)

O Conselho de Administração


 (Filipe Marques -Vogal)

O Conselho de Administração


 (Miguel Araújo -Vogal)

O Técnico Oficial de Contas


 (Rui Pinto)

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio 2014 e 2015

Dez-15

Montantes expressos em EURO

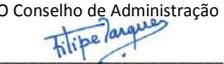
Descrição	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Acções Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Activos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital	Resultado Líquido do Exercício			Total
Saldo em 1 Janeiro 2014		400.000,00	0,00	1.075.925,00	0,00	54.863,74	0,00	5.941,10	0,00	0,00	0,00	7.852,84	1.544.582,68		1.544.582,68
Alterações no Período															
Primeira Adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de Políticas Contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												433.595,25			
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	18											-91.055,00			
Ajustamentos por impostos diferidos	16														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio (2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	342.540,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)												-898.427,20			
Resultado Integral (4=2+3)												-898.427,20	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações do prémio de emissão															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações (5)		0	0	0	0	392,64	0	7.460,20	0	0	0	-7.852,84	0	0	0
Saldo em 31 Dezembro 2014 (6=1+2+3+5)		400.000,00	0,00	1.075.925,00	0,00	55.256,38	0,00	13.401,30	0,00	342.540,25	0,00	-898.427,20	988.695,73		988.695,73
Saldo em 1 Janeiro 2015 (1)		400.000,00	0,00	1.075.925,00	0,00	55.256,38	0,00	13.401,30	0,00	342.540,25	0,00	-898.427,20	988.695,73		988.695,73
Alterações no Período															
Primeira Adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de Políticas Contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	18							48.561,33				-88.561,33			
Ajustamentos por impostos diferidos	16							-10.197,88				18.597,88			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio (2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.363,45	0,00	-69.963,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período (3)												-432.399,46			
Resultado Integral (4=2+3)												-432.399,46	0,00	0,00	0,00
Operações com detentores de capital no período															
Realizações de capital															
Realizações do prémio de emissão															
Distribuições															
Entradas para coberturas de perdas															
Outras operações (5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-898.427,20	0,00	0,00	0,00	898.427,20	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 Dezembro 2015 (6=1+2+3+5)	18	400.000,00	0,00	1.075.925,00	0,00	55.256,38	0,00	-846.662,45	0,00	272.576,80	0,00	-432.399,46	524.696,27		524.696,27

O Conselho de Administração



 (Paulo Gamito - Presidente)

O Conselho de Administração



 (Filipe Marques -Vogal)

O Conselho de Administração



 (Miguel Araújo-Vogal)

O Técnico Oficial de Contas



 (Rui Pinto)

Anexo às Demonstrações Financeiras

EXERCÍCIO DE 2015 e 2014

1. Nota Introdutória

A Ambisider - Recuperações Ambientais SA (Empresa), com o NIF 505181096, constituída em 06.Dezembro.2000 tem sede em Paio Pires na Av. da Siderurgia Nacional nº1, Ed. SN e tem como actividade principal a Demolição e Terraplanagens. Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Seixal sob o nº 5898, com um capital social de 400.000 euros. A Empresa tem como único acionista a sociedade Baía do Tejo sediada no Barreiro.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euros, salvo se expressamente referido em contrário.

2. Bases de apresentação – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Ambisider são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos de modo a que estas estejam de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística cf. Decreto-Lei n.º 158/2009. Todas as contas de balanço e de demonstração financeiras são comparáveis com o exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

A) Activos fixos tangíveis

Os Activos fixos tangíveis são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição. As depreciações dos Activos fixos tangíveis são calculadas de acordo com as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/09 de 14 de Setembro.

Em 2015, em face do nível de actividade de laboração foram utilizadas as taxas mínimas previstas naquele Decreto Regulamentar, espelhando assim de forma apropriada o desgaste nos equipamentos ocorrido durante o ano.

O processo de depreciação inicia-se aquando do controlo do Activo pela Empresa para o qual se esperam que fluam benefícios económicos futuros.

No quadro abaixo são visíveis as vidas úteis para os diversos itens do Ativo, conforme classe de Ativo:

		Percentagem de Depreciação									
		16,67%	12,50%	10,00%	8,33%	7,14%	6,25%	5,00%	4,17%	3,33%	2,50%
SNC	Vida Útil Ativo (Anos)	6	8	10	12	14	16	20	24	30	40
432	Edifícios e outras construções										√
433	Equipamento básico			√	√		√			√	
434	Equipamento de transporte		√	√	√						
435	Equipamento administrativo	√		√			√				
437	Outros Activos Fixos Tangíveis	√	√	√		√	√		√		

De modo a refletir de forma apropriada o valor económico da empresa foi realizado um processo de avaliação do Ativo Fixo Tangível, Classes de Equipamento Básico e Equipamento de transporte no final de 2014, utilizando valores de mercado para realizar tal tarefa.

B) Contratos de locação financeira

Os Activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o gasto do activo é registado no Activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é contabilizada no passivo e os juros registados como gastos do exercício. As depreciações são calculadas de acordo com o descrito na alínea acima.

C) Inventários

Os inventários são valorizadas da seguinte forma:

- d1) Matérias Primas: Custo histórico;
- d2) Obras em curso: Custos Incorridos conforme metodologia da NCRF 19 e a Circular 8/2010.
- d3) Subprodutos, desperdícios e resíduos: O valor unitário considerado para o betão em bruto (betão não britado) resulta da valorização a preços de mercado da brita proveniente desse betão adicionado da valorização do varão de betão, deduzido do custo de britagem estimado.

D) Rédito

Reconhecimento de custos e proveitos em obras de duração normal (inferior a três meses)

Nos contratos de prestação de serviços de duração normal entre um e três meses a Empresa reconhece os proveitos e custos à medida que se faturam ou incorrem, respetivamente.

Reconhecimento de custos e proveitos em obras de duração Plurianual

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados, são contabilizadas nas sub-rubricas "Produção não faturada" ou "Faturação antecipada", incluídas nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes".

E) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

4. Fluxos de Caixa

Todos os saldos de Caixa encontram-se disponíveis para utilização.

A desagregação das valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

Und.:Eur

Descrição	Saldos	
	2015	2014
CAIXA	1.362,88	1.389,27
Cx Rui Pinto - Série 1	487,50	549,50
Cx Francisco Pinto (Estaleiro Geral) - Série 4	176,80	291,93
Cx Virgilio Carvalho - Série 9		27,28
Cx Filipe Guerreiro - Série 10		60,76
Cx Ot 1312	22,02	24,90
Cx Alfredo Lima - Série 13	125,85	88,74
Cx Pedro Lamy - Série 14	68,56	346,16
Cx Ricardo Lameiras - Série 15	9,64	
Cx António Brito - Série 16	288,94	
Cx Marco Mendes - Série 17	183,57	
DEPÓSITOS À ORDEM	29.200,14	47.303,73
Caixa Geral de Depósitos	1.097,28	1.232,48
Millennium BCP	8.217,22	11.709,99
Banco Português de Investimento	18.466,99	32.852,28
Montepio Geral - Caixa Económica	1.418,65	1.508,98
TOTAL DA CLASSE	30.563,02	48.693,00

Os valores inscritos na rubrica de caixa representam um fundo de maneiio para fazer face a despesas em Obra, Área Administrativa e Estaleiro Geral.

A caixa Série 1 tem incluindo valores em US Dólares que foram alvo de ajustamento cf. nota 13 do presente anexo.

5. Partes Relacionadas

5.1. A Ambisider mantém uma relação comercial, ao nível de cliente e fornecedor com a sua acionista única Baía do Tejo.

5.2. As remunerações dos órgãos sociais colocadas à disposição e sujeitas a tributação em 2015 foi a seguinte:

	und:eur	
	2015	2014
Mesa Assembleia Geral	782,00	1.598,00
Conselho administração	119.244,62	88.095,84
Fiscal Único	7.176,00	7.020,00
Total	127.202,62	96.713,84
Valor actuarial da responsabilidade por pensões	0,00	0,00

5.3. Relativamente às transacções entre a Baía do Tejo e a Ambisider, a Baía do Tejo presta à Ambisider serviços de arrendamento de espaços. Registam-se igualmente gastos partilhados como a comparticipação ao nível dos consumos de comunicação fixa e limpeza das salas na sede e segurança ao nível do Estaleiro.

No decurso de 2015 a Baía do Tejo adjudicou as seguintes empreitadas à Ambisider:

- a) OT 1505 Execução de Vedação em painéis metálicos – Barreiro;
- b) OT 1509 Demolição de rampa no Edifício 150/176 Junto ao Museu - Quimiparque Barreiro;
- c) OT 1510 Execução de Rede de Distribuição de Água de Rega - Quimiparque Estarreja;
- d) OT 1511 Reabilitação de fachadas, painéis de entradas dos armazéns na Rua 42 A, incluindo reabilitação interior dos espaços - Quimiparque Barreiro;
- e) OT 1512 Remoção de teto falso, estrutura de suporte e régua de iluminação - Ed- 152 - Quimiparque Barreiro;
- f) OT 1513 Movimentação de mistura de brita e cinza - Quimiparque Barreiro;
- g) OT 1517 Maciços para mastros das bandeiras - Quimiparque Barreiro;
- h) OT 1519 Trabalhos diversos no hall do Edifício da Baía do Tejo – Seixal;
- i) OT 1522 Execução Infraestruturas para ligação de fibra ótica entre o Ed .135 e o Furo 5 - Quimiparque Barreiro;
- j) OT 1524 Decapagem, Remoção de brita no terreno entre Rua 12, 12A e 35 - Quimiparque Barreiro;
- k) OT 1530 Execução de sobre-elevação e revestimento a lioz – Edifício Baía do Tejo – Seixal;
- l) OT 1531 Trabalhos de remodelação no gabinete 129 – Edifício Baía do Tejo – Seixal;
- m) OT 1534 Remodelação do Armazém 10 - Quimiparque Barreiro;
- n) OT 1536 -Limpeza do Piso 1 em Mezzanini do Ed. 225 - Parque Empresarial do Barreiro;
- o) OT 1537 Limpeza de caleiras - Parque Empresarial do Barreiro;
- p) OT 1538 Empreitada de remodelação Armazém 106.10 – Pinturas – Pavimento Microcimento - Parque Barreiro;
- q) OT 1542 Trabalhos de Limpeza, Manutenção e Conservação - Parque Empresarial do Barreiro;
- r) OT 1543 Trabalhos de Limpeza, Manutenção e Conservação - Parque Empresarial do Seixal;
- s) OT 1544 Trabalhos de Limpeza, Manutenção e Conservação - Parque Empresarial de Estarreja;

- t) OT 1550 Operação das instalações de Bombagem - Parque Empresarial do Barreiro;
- u) OT 1551 Fornecimento e montagem de proteções anti-pombo - Parque Empresarial do Barreiro;
- v) OT 1552 Execução de Cobertura do Edifício 524, no Parque Empresarial de Estarreja;

5.4. O volume de faturação da Baía do Tejo à Ambisider em 2014 foi de 69.832,00 euros, sendo o valor pendente em 31-Dez-15 de 75,76 euros. O volume de faturação da Ambisider à Baía do Tejo em 2015 foi de 276.324,42 euros, sendo o valor pendente em 31-Dez-14 de 64.077,78 euros.

6. Activos fixos tangíveis

Divulgação

Os Activos fixos tangíveis são originalmente contabilizados pelo respetivo valor histórico de aquisição. As depreciações dos Ativos fixos tangíveis são calculadas de acordo com as taxas constantes no Decreto Regulamentar 25/09 de 14 de Setembro.

Em 2015, em face do nível de actividade de laboração foram utilizadas as taxas mínimas previstas naquele Decreto Regulamentar, espelhando assim de forma apropriada o desgaste nos equipamentos ocorrido durante o ano.

O processo de depreciação inicia-se aquando do controlo do Ativo pela Empresa para o qual se esperam que fluam benefícios económicos futuros.

De modo a refletir de forma apropriada o valor económico da empresa foi realizado um processo de avaliação do Ativo Fixo Tangível, Classes de Equipamento Básico e Equipamento de transporte no final de 2014, utilizando valores de mercado para realizar tal tarefa.

Apesar de serem equipamentos de desgaste, a manutenção preventiva, a conservação e reparação e o bom uso dado aos mesmos tem permitido mante-los operacionais por mais anos do que a vida útil fiscalmente definida. Para além disso, no caso dos equipamentos tais como as escavadoras, empilhadores, britadores e outras, são bens cujo justo valor, utilizando o valor de mercado, se encontra acima daquele que actualmente se encontra escriturado nas contas da empresa, que se tem pautado unicamente por critérios de base fiscal.

Nos Bens pertencentes à Classe de Equipamento Básico obtivemos cotação junto de diversas entidades, nomeadamente fornecedores de equipamento, empresas de reparação de equipamento e potenciais interessados na sua aquisição.

No que concerne à Classe de Equipamento de transporte foi possível através de sites da especialidade obter cotações para viaturas em condições similares ou muito aproximadas, bem como em empresas de venda do sector.

Movimentos na quantia Escriturada Líquida do Activo Fixo Tangível

Und.:EUR

Ativos Fixos Tangíveis	Ano	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros Activos Fixos Tangíveis	Saldo Final
Ativo Líquido 31.12.2014		0,00	45.218,17	562.432,46	113.975,00	4.185,89	0,00	58.193,13	784.004,65
Saldo Inicial	2014	0,00	50.445,76	3.772.176,59	507.527,97	53.893,34	0,00	84.046,89	4.468.090,55
Aquisições	2015							2.024,24	2.024,24
Transferências para PI									0,00
Alienações				-364.699,99					-364.699,99
Abates									0,00
Reav.									0,00
Outras variações									0,00
Saldo Final Activo Bruto	2015	0,00	50.445,76	3.407.476,60	507.527,97	53.893,34	0,00	86.071,13	4.105.414,80
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas:	2014	0,00	5.227,59	3.209.744,13	393.552,97	49.707,45	0,00	25.853,76	3.684.085,90
Depreciações do Exercício	2015		1.261,15	70.586,12	14.246,86	1.071,53		2.901,68	90.067,34
Perdas por Imparidade do Exercício									0,00
Reversões de perdas por Imparidade									0,00
Transferências para PI									0,00
Alienações				-324.699,99					-324.699,99
Abates									0,00
Outras variações									0,00
Saldo Final Depreciações	2015	0,00	6.488,74	2.955.630,26	407.799,83	50.778,98	0,00	28.755,44	3.449.453,25
Ativo Líquido 31.12.2015		0,00	43.957,02	451.846,34	99.728,14	3.114,36	0,00	57.315,69	655.961,55

7. Locações Operacionais - Locatário

Futuros Pagamentos Mínimos Und.:Eur

		Custo Aquisição	2015			2014		
			Até 1 Ano	Entre 1 e 5 Anos	Total	Até 1 Ano	Entre 1 e 5 Anos	Total
2513731	MG - CT 529.44.000031-1	132.001,80	34.529,64	8.574,72	43.104,36	33.105,84	42.883,61	75.989,45
	TOTAIS	552.001,80	34.529,64	8.574,72	43.104,36	33.105,84	42.883,61	75.989,45

8. Juros e Gastos Similares Suportados

Und.:EUR

Juros e Gastos Similares Suportados	2015	2014
Juros de Mora e Compensatórios	354,91	0,00
Juros de Leasing's	3.009,31	5.828,86
Despesas e Comissões Bancárias		266,46
Multas e Penalidades		
Juros Adiantamento Factoring	168,15	
Juros de Suprimentos	3.613,32	4.358,65
Outros Gastos e Perdas de Financiamento	587,82	
Total	7.733,51	10.453,97

9. Imparidades de dívidas a receber

Und.:EUR

Dívidas Cobrança Duvidosa	Saldo Inicial 31/12/2014	Aumento	Redução	Saldo Final 31/12/2015
Relativos a Processos de Insolvência e PERE's	538.842,16		-6.237,26	532.604,90
Reclamadas Judicialmente				0,00
Em mora:				0,00
Há mais de seis meses e até doze meses				0,00
Há mais de doze meses e até dezoito meses				0,00
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses				0,00
Há mais de vinte e quatro meses	23.856,72	24.901,61		48.758,33
Total	562.698,88	24.901,61	-6.237,26	581.363,23

Em 2015, em face da antiguidade de diversos processos créditos, a Ambisider decidiu relevar as seguintes imparidades relacionadas com dívidas dos seus clientes:

Und.: Eur

Cliente	Valor Ajustado
TGA	-6.237,26
Voltas da Lua	450,00
Terraplano	175,00
Santos & Pulquério	16.000,00
Lisantigo	6.886,61
Soliseng	1.390,00
TOTAL	18.664,35

10. Inventários

10.1 Variação da Produção

Und.:Eur

Subprodutos	2015	2014
Existências finais	682.014,63	874.826,32
Regularização de existências		
Existências iniciais	874.826,32	1.083.553,91
Aumento/Redução no ex.	-192.811,69	-208.727,59

Os inventários escriturados correspondem ao valor atribuído ao varão de ferro que virá a ser extraído do betão em bruto, não britado, proveniente dos trabalhos de demolição efetuados pela Sociedade e que se encontra depositado em parque de propriedade do acionista Baia do Tejo, S.A., que se encontra afeto à Ambisider.

A sua valorização foi efetuada com base numa estimativa de que o teor médio de varão de ferro existente no betão em bruto é de 2,59%.

A Ambisider iniciou em 2015 um Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, tendo sido definida uma nova malha de amostragem e refinado o levantamento topográfico por forma a identificar e quantificar com maior precisão quer os materiais depositados em parque,

definidos com base nas diferentes tipologias do inerte existente, bem como o rendimento e apuramento de materiais resultantes do processo de britagem e esmagamento.

A valorização de cada tonelada de varão de ferro foi efetuada com base no valor médio das propostas na última venda de varão efetuada em 2015, deduzida dos custos estimados de britagem.

Os custos estimados de britagem foram apurados com base no número de horas / máquina necessários para efetuar a britagem do betão em bruto, considerando um nível de produtividade de 60 toneladas / hora.

Por razões de prudência, em 2015 não foi atribuída qualquer valorização à brita que resultará do processo de britagem, por se entender que o custo de transporte é um fator determinante na formação do preço de venda, estando por isso a valorização do stock muito dependente das localizações finais da brita a produzir.

O quadro seguinte evidencia a valorização efetuada:

Valorização de Existências em 31-DEZ-2015

Unid.:Eur

	2015			2014		
	Betão não Britado	Varão de Ferro (2,59%)	Brita (97,41%)	Betão não Britado	Varão de Ferro (3,312%)	Brita (96,687%)
M3	94.184,01			87.855,00		
Baridade: 1m3/1Ton	1,75			1,75		
Ton	164.822,02	4.268,89	160.553,13	153.746,25	5.093,24	148.653,01
Preço p/ Ton		206,33			225,00	
		880.814,36			1.145.978,80	
Custo Britagem						
Total Horas		2.761,11			2.795,39	
Preço/Hora		72,00			97,00	
Total		198.799,73			271.152,48	
Valor Final		682.014,63			874.826,32	
Var Produção		-192.811,69			-208.727,59	

No entendimento do Conselho de Administração, o varão de ferro, depois de concretizada a operação de britagem, será vendido com facilidade. Contudo, reconhece-se que o valor final de 682.014 euros atribuído ao varão de ferro contempla em si mesmo alguma incerteza, decorrente não só da evolução futura do preço da tonelada do varão, o qual em 2015 registou uma quebra de cerca de 8%, como também da quantidade exata de varão que virá a resultar do processo de britagem do betão em bruto.

Adicionalmente, o potencial de realização destes inventários está ainda dependente da capacidade de britagem da Ambisider, a qual depende, em grande parte, da disponibilidade de meios humanos e de equipamentos, muito dependente do volume de obras que venham a ser solicitadas no futuro à Sociedade.

Muito embora o volume de britagem de betão bruto tenha sido pouco expressiva entre 2013 e 2015, com a implementação em 2015 do Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, que funciona nos mesmos moldes e exigência técnica que uma obra realizada no exterior, é entendimento do Conselho de Administração que a Ambisider, em 2016, que da atividade de britagem, resultará um maior volume de varão de ferro disponível para venda, contribuindo assim para o aumento do nível de realização dos inventários, por via da respetiva venda.

10.2. Custo da Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Und.:Eur

Matérias-primas	2015	2014
Existências Iniciais	9.395,13	9.298,91
Compras	134.766,92	164.212,76
Regularizações de existências		
Existências finais	9.699,19	9.395,13
Gastos no exercício	134.462,86	164.116,54

A matéria-prima utilizada pela empresa é o gasóleo. A empresa possui um depósito tanque, para recepcionar as entregas e gerir o abastecimento às máquinas e às viaturas que fazem parte da frota da empresa. Foi igualmente adquirido gasóleo directamente para a Obra OT 1512 em Alcácer do Sal. Durante o ano de 2015 o valor unitário foi conhecendo flutuações sendo que a cotação no final do ano desceu significativamente com a baixa da cotação do crude nos mercados internacionais. Os gastos com o gasóleo desceram 18% correspondentes a um consumo de 141 mil litros.

Und.:Eur

Mercadorias	2015	2014
Existências Iniciais	0,00	0,00
Compras	28.401,00	0,00
Regularizações de existências		
Existências finais	0,00	0,00
Gastos no exercício	28.401,00	0,00

Em 2015 foi adquirido um lote de material valorizável cuja venda ocorreu durante o próprio exercício. Em 2014 não foram adquiridas mercadorias.

11. Rédito

As vendas e prestações de serviços dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

Und.:Eur

	Actividades	Vendas Mercado Interno	Serviços Mercado Interno	Subtotal Mercado Interno	Vendas Mercado Externo	Serviços Mercado Externo	Subtotal Mercado Externo	Total
2015	CAE 43110	181.139,77	1.607.206,94	1.788.346,71	0,00	0,00	0,00	1.788.346,71
2014		139.840,92	1.315.490,60	1.455.331,52	0,00	276.621,84	276.621,84	1.731.953,36

12. Movimentos das Provisões

Und.:EUR

Provisões	Saldo Inicial 31/12/2014	Aumento	Redução	Saldo Final 31/12/2015
Impostos				0,00
Garantias a Clientes				0,00
Processos Judiciais em Curso	11.000,00		-11.000,00	0,00
Acid. Trabalho e Doenças Prof.				0,00
Materias Ambientais				0,00
Contratos Onerosos				0,00
Reestruturação				0,00
Outras Provisões				0,00
Total	11.000,00	0,00	-11.000,00	0,00

No âmbito da inspeção geral do ambiente, existia uma provisão no montante de 25.000,00 euros referente a cerca de 75% do valor do cumulo jurídico fixado referentes ao processo de contra-ordenação CO/002042/10 de 13/09/2010 derivado de não conformidades detetadas na área de armanejamento temporário de resíduos, entretanto regularizadas. Tendo a regularização da coima ocorrido em novembro, o valor da provisão estinguiu-se também neste mês.

13. Alterações na Taxa de Câmbio

Mapa de Diferenças de Câmbio **2015** Cotação 31-Dezembro-2015 1,0887

Tipo	Nome	Conta SNC	Saldo Contabilidade	Moeda Original (USD)	Cotação 31/12/15	Diferença
Caixa	Caixa Administrativa - Rui Pinto	1101	219,55	266,55	244,83	25,28

A realização da Obra OT 1314 – Dem. Ed. MAGAP (Guayaquil-Ecuador) originou a necessidade de recorrer a dólares para executar e contabilizar algumas operações. No final do ano o saldo da caixa Série 1 foi ajustado conforme o câmbio a 31-Dez-15 do dólar face ao euro (inf. Banco Portugal)

14. Acontecimentos após data do Balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Ambisider em 29 de Fevereiro 2015.

Não se registam outros factos subsequentes à data de balanço, susceptíveis de afectar as demonstrações financeiras ou merecedoras de divulgação autónoma.

15. Impostos sobre o Rendimento

Apuramento Imposto		und.:eur	
	2015	2014	
Lucro Tributável/Prejuízo Fiscal	-379.312,66	-883.784,29	
Imposto à Taxa Normal	0,00	0,00	
Taxa 12,5%		0,00	
Taxa 25%	0,00	0,00	
Dupla Tributação Internacional	0,00	0,00	
Pagamento Especial por conta	0,00	0,00	
Retenção na Fonte	0,00	0,00	
Pagamento por Conta	0,00	-4.336,00	
Derrama	0,00	0,00	
Tributações Autónomas	2.853,23	1.541,65	
Imposto a Liquidar	2.853,23	0,00	
Imposto a Receber	0,00	2.890,11	
Imposto Estimado	2.853,23	1.541,65	

À data do Balanço registam-se prejuízos fiscais reportáveis no valor de 1.263.096,95 euros.

16. Impostos Diferidos

A revalorização de AFT realizada em 2014, comportou um montante de 433.595,25 euros, tendo sido reconhecidos 91.055,00 euros a título de passivo por impostos diferidos.

A evolução em 2015 foi a seguinte:

		Und.:Eur
Revalorização	Ano	
Saldo Inicial	2014	433.595,25
Revalorizações	2015	0,00
Alienações e Abates	2015	-40.000,00
Realização do Excedente	2015	-48.561,33
Saldo Final	2015	345.033,92
Impostos Diferidos		
Saldo Inicial	2014	91.055,00
Revalorizações	2015	0,00
Alienações e Abates	2015	-8.400,00
Realização do Excedente	2015	-10.197,88
Saldo Final	2015	72.457,12
Excedentes de Revalorização	2015	272.576,80

Und.:Eur

Passivo por Impostos Diferidos	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Passivo por imposto diferido na revalorização	10.351,02	62.106,10	72.457,12	22.763,75	68.291,25	91.055,00

17. Matérias Ambientais

A Ambisider conta com um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, que contempla entre outras situações uma RC por agressão ao ambiente, medidas urgentes e medidas de minimização e responsabilidade administrativa ambiental.

O Decreto-Lei 147/2008 que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Diretiva 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa.

De acordo com este Decreto-Lei, com efeitos a 01 de Agosto de 2008, os operadores industriais passaram a ser responsáveis, não apenas pelos custos de limpeza decorrentes de poluição causados pelas suas instalações, mas também pelos danos causados aos recursos naturais, habitats e espécies, incluindo os custos para repor o ambiente e demais condições naturais, no seu estado inicial, anterior ao dano ocorrido.

De salientar também que o Art.º 3º deste Decreto-Lei, relativo à responsabilidade das pessoas coletivas, estabelece que quando a atividade lesiva seja imputável a uma pessoa coletiva, as obrigações previstas nesse Decreto-Lei incidem solidariamente sobre os respetivos diretores, gerentes ou administradores da empresa.

O diploma prevê no seu artigo 22º que os operadores que exerçam as atividades ocupacionais enumeradas no Anexo III constituam obrigatoriamente uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida. De salientar que relativamente a estes operadores existe responsabilidade objetiva, ou seja, há responsabilidade independentemente de culpa.

As garantias financeiras poderão constituir-se através da subscrição de apólices de seguro, da obtenção de garantias bancárias, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito.

Salientamos que, refere o art.º 34 do DL, a garantia financeira obrigatória é exigível a partir de 01 de Janeiro de 2010.

18. Instrumentos Financeiros – Instrumentos de Capital Próprio

Durante o exercício não houve qualquer alteração do capital social.

No final do exercício, o capital social está representado por 80.000 ações nominativas de valor nominal unitário de cinco euros e encontra-se integralmente realizado.

A Ambisider SA tem desde 2006 um accionista único sendo detida em 100% pela Baía do Tejo, SA, que por sua vez é detida 100% pela Parpública.

A diminuição de capital em €463.999,46 está relacionado com o apuramento de um resultado líquido negativo no montante de 432.399,46 tendo ocorrido igualmente a alienação de um equipamento revalorizado. O Capital Próprio ascende a €524.696,27 no final do exercício.

Assim,

- a) A variação negativa do resultado líquido é explicada pelo apuramento de um resultado líquido negativo;
- b) A variação negativa ao nível do resultado transitado decorre da incorporação via aplicação de resultados, do prejuízo apurado no exercício 2014, no montante de €898.427,20 acrescido da realização do excedente de revalorização no montante de 38.363,45 euros;
- c) A variação ocorrida nos excedentes de revalorização resulta da alienação de equipamento revalorizado e das depreciações do exercício de equipamento revalorizado;
- d) Não existe variação nas reservas legais;
- e) Não existe variação na conta de prestações suplementares que ascendem a €1.075.925,00 Este montante teve origem na deliberação unânime dos accionistas em 31-DEZ-2005 relativa à transformação do empréstimo do accionista SNESGES, SA, agora Baía do Tejo, SA, em prestação suplementar de capital no montante de €543.425,00 e do empréstimo adquirido pela SNESGES, SA, agora Baía do Tejo, SA, à Enginor no montante de €532.500,00 no âmbito da alteração da estrutura accionista da Empresa.

19. Emprego

Gastos com Pessoal	Und.:Eur	
	2015	2014
Remunerações dos Órgãos Sociais	120.808,62	91.291,84
Remunerações do Pessoal	480.207,33	708.201,19
Encargos sobre remunerações	123.913,30	151.055,23
Seg. Acidentes Trabalho	20.648,70	33.364,54
Outros Gastos com Pessoal	4.810,49	7.082,25
Total	750.388,44	990.995,05

Durante o exercício a Empresa teve ao seu serviço, em média, 27 empregados, tendo terminado o ano com 25 colaboradores.

Não existem saldos a receber do pessoal. O valor dos saldos a pagar ao pessoal, relativamente a férias e encargos sociais que se vencem para pagamento em 2016, ascende a €82.748,46.

20. Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	Saldos		Saldos	
	2015		2014	
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	77.613,22		58.764,92	
Imposto sobre o rendimento	49.844,98		55.088,32	
Pagamento por Conta				
Pagamento por Conta				
Pagamento por Conta - Pag. Especial por Conta	4.611,77		4.111,77	
Juros Bancários - Retenção na Fonte				
Rendimentos Estrangeiro - Retenção na Fonte	48.086,44		48.086,44	
Imposto Estimado				
Apuramento IRC		2.853,23	2.890,11	
RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS		7.815,47		8.136,33
Trabalho dependente		7.018,00		7.658,00
Trabalho independente		64,98		
Retenção Judicial		732,49		478,33
IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	49.098,47		28.204,35	
IVA - Reembolsos pedidos	49.098,47		28.204,35	
Contribuições para a segurança social		13.473,77		16.366,43
Fundo de Compensação		40,99		24,99
	98.943,45	21.330,23	83.292,67	24.527,75

Os impostos activos referem-se a valores retidos na fonte no estrangeiro, a reembolsos de IVA por liquidar por parte do Estado bem como ao Apuramento IRC de 2014.

Os impostos passivos dizem respeito às retenções em sede de IRS e TSU a pagamento no período de imposto seguinte.

21. Outras Contas a Receber e a Pagar

Und.: Eur

Descrição	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Saldos		Saldos	
	2015		2014	
OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		72.830,68		211.407,00
Fornecedores de Investimentos				
URMI SA				20.000,00
FEREXCEL		99,25		
BARÃO & COSTA		353,01		
ACRÉSCIMO DE RENDIMENTOS				
Acréscimo de Facturação - Obras em Curso	102.367,10		27.788,57	
OUTROS DEVEDORES				
ACRÉSCIMO DE GASTOS		102.270,14		128.009,50
Remunerações a Liquidar		82.748,46		103.053,17
Comunicação		582,08		599,22
Outros		18.939,60		24.357,11
IMPOSTOS DIFERIDOS		72.457,12		91.055,00
Passivos por impostos diferidos		72.457,12		91.055,00
OUTROS CREDORES		0,00		350,00
Maria Deolinda Cacho Monteiro				350,00
Pessoal		18,26	218,93	
Sindicato				
	102.367,10	175.197,78	28.007,50	239.414,50

22. Diferimentos Ativos e Passivos

Und.: Eur

Descrição	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Saldos		Saldos	
	2015		2014	
DIFERIMENTOS				
GASTOS A RECONHECER				
Ecopass Air Liquide			263,33	
Outros		2.633,86	1.757,12	
RENDIMENTOS A RECONHECER				
		2.633,86	2.020,45	0,00

Em 2015, os diferimentos estão relacionados com os Seguros Automóvel Frota, Seguros Máquinas Casco e Responsabilidade Civil Ambiental, na parte correspondente a gastos de 2016.

23. Fornecimentos e Serviços Externos

Und.: Eur

Fornecimentos e Serviços Externos	2015	2014
Subcontratos	609.603,57	322.848,82
Gastos Gerais + Impostos		
Trabalhos Especializados	46.362,04	41.430,28
Publicidade e Propaganda	464,00	210,00
Vigilância e Segurança	22.195,92	14.040,37
Honorários	600,00	600,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação e Reparação	101.913,82	126.914,49
Ferramentas e Utensílios	16.426,82	20.943,18
Livros e doc. Técnica	14,06	35,85
Material de Escritório	10.178,02	9.744,82
Artigos para Oferta	0,00	0,00
Electricidade	3.039,67	3.729,61
Combustíveis	6.505,12	4.869,64
Material de Construção Civil	1.629,25	1.242,26
Água	2.104,01	2.052,02
Outros Fluidos	8.653,02	10.772,84
Deslocações e Estadas	15.747,31	40.693,52
Transporte de Pessoal	0,00	0,00
Transporte de Mercadorias	0,00	0,00
Rendas e Alugueres	91.489,13	53.724,02
Comunicação	8.804,59	10.239,14
Seguros	17.893,62	21.516,93
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e Notariado	1.013,28	5.965,59
Limpeza, Higiene e Conforto	3.445,66	4.519,19
Outros FSE´s	1.275,31	2.404,79
Taxas	0,00	0,00
Rendas de Espaço	59.970,10	74.748,60
TOTAL FSE	1.029.328,32	773.245,96

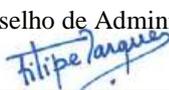
O valor de Fornecimentos e Serviços Externos em 2015 apresenta um valor superior ao registado no período homólogo, explicado pelo aumento nas rubricas de subcontratos e rendas e alugueres, situação fortemente relacionada com o tipo de Obras realizadas em 2015, com um cariz marcadamente de reabilitação.

O Conselho de Administração



(Paulo Gamito - Presidente)

O Conselho de Administração



(Filipe Marques -Vogal)

O Conselho de Administração



(Miguel Araújo -Vogal)

O Técnico Oficial de Contas



(Rui Pinto)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de Balanço de 2.077.576 euros e um total de Capital Próprio de 524.696 euros, incluindo um Resultado Líquido Negativo de 432.399 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ENFASE

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o saldo de Inventários evidenciado em balanço, no montante de 691.714 euros, incluir 682.015 euros apurados com base na valorização de uma estimativa de que o teor médio de varão de ferro existente no betão em bruto, não britado, que se encontra depositado em parque propriedade do acionista único, e que é proveniente de trabalhos de demolição realizados pela Ambisider, poderá ascender a 2,59%. Em 2014 foi assumida uma estimativa de 3,312%.

Tal como detalhado na nota 10 do Anexo, existem algumas condicionantes associadas à realização deste ativo bem como diversas incertezas subjacentes à valorização do referido varão de betão, a principal das quais se prende com o teor médio de varão de ferro existente no betão não britado, a qual só será esclarecida quando o Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, iniciado em 2015 e que se prolongará pelos próximos anos, estiver numa fase mais avançada de desenvolvimento.

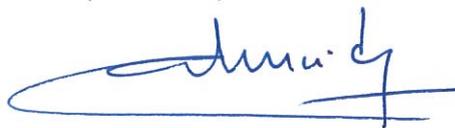
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período

Lisboa, 14 de março de 2016

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Ao longo do exercício de 2015 procedemos ao acompanhamento dos negócios da Sociedade, à verificação do cumprimento das disposições legais e estatutárias, bem como à verificação da regularidade e adequação dos registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte.

Sempre que a situação o justificou, contactámos ainda com o Conselho de Administração e com outros responsáveis da Sociedade, onde abordámos os assuntos mais relevantes decorrentes das análises desenvolvidas, tendo solicitado, e obtido, os esclarecimentos considerados relevantes.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão e a sua conformidade com as exigências decorrentes da legislação aplicável, bem como com os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido nos nºs. 2 e 3 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem reservas mas com uma ênfase, onde se alerta para as incertezas subjacentes ao critério de valorimetria adotado para a valorização do varão de ferro existente no betão em bruto, ainda não britado, existente em parque.

Como nos compete, e sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela Sociedade, os quais são descritos no Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados.

O Relatório de Gestão apresenta uma análise detalhada da atividade desenvolvida pela Sociedade, dando cumprimento às disposições aplicáveis.

O Relatório contempla, em anexo, a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma ajustada às características da Sociedade os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração contempla a transferência para Resultados Transitados do resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de 432.399,46 euros, respeitando assim as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que se encontra em condições de ser aprovada pelos Senhores Acionistas.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

De acordo com o exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**:

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Outras matérias

No âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das Instruções sobre o processo de prestação de contas de 2015 que transmitiu aos Conselhos de Administração das empresas públicas, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A., deu pleno cumprimento à execução das orientações relativas à política de remunerações para 2015, incluindo a manutenção parcial das reduções salariais ocorridas nos anos anteriores.

Nos termos do nº 2 do artigo 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do nº 1 daquela disposição legal, e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal, tendo em consideração as especificidades da Sociedade.

Lisboa, 14 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Ao longo do exercício de 2015 procedemos ao acompanhamento dos negócios da Sociedade, à verificação do cumprimento das disposições legais e estatutárias, bem como à verificação da regularidade e adequação dos registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte.

Sempre que a situação o justificou, contactámos ainda com o Conselho de Administração e com outros responsáveis da Sociedade, onde abordámos os assuntos mais relevantes decorrentes das análises desenvolvidas, tendo solicitado, e obtido, os esclarecimentos considerados relevantes.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão e a sua conformidade com as exigências decorrentes da legislação aplicável, bem como com os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido nos nºs. 2 e 3 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem reservas mas com uma ênfase, onde se alerta para as incertezas subjacentes ao critério de valorimetria adotado para a valorização do varão de ferro existente no betão em bruto, ainda não britado, existente em parque.

Como nos compete, e sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela Sociedade, os quais são descritos no Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados.

O Relatório de Gestão apresenta uma análise detalhada da atividade desenvolvida pela Sociedade, dando cumprimento às disposições aplicáveis.

O Relatório contempla, em anexo, a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma ajustada às características da Sociedade os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração contempla a transferência para Resultados Transitados do resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de 432.399,46 euros, respeitando assim as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que se encontra em condições de ser aprovada pelos Senhores Acionistas.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

De acordo com o exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**:

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Outras matérias

No âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das Instruções sobre o processo de prestação de contas de 2015 que transmitiu aos Conselhos de Administração das empresas públicas, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A., deu pleno cumprimento à execução das orientações relativas à política de remunerações para 2015, incluindo a manutenção parcial das reduções salariais ocorridas nos anos anteriores.

Nos termos do nº 2 do artigo 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do nº 1 daquela disposição legal, e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal, tendo em consideração as especificidades da Sociedade.

Lisboa, 14 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de Balanço de 2.077.576 euros e um total de Capital Próprio de 524.696 euros, incluindo um Resultado Líquido Negativo de 432.399 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ENFASE

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o saldo de Inventários evidenciado em balanço, no montante de 691.714 euros, incluir 682.015 euros apurados com base na valorização de uma estimativa de que o teor médio de varão de ferro existente no betão em bruto, não britado, que se encontra depositado em parque propriedade do acionista único, e que é proveniente de trabalhos de demolição realizados pela Ambisider, poderá ascender a 2,59%. Em 2014 foi assumida uma estimativa de 3,312%.

Tal como detalhado na nota 10 do Anexo, existem algumas condicionantes associadas à realização deste ativo bem como diversas incertezas subjacentes à valorização do referido varão de betão, a principal das quais se prende com o teor médio de varão de ferro existente no betão não britado, a qual só será esclarecida quando o Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, iniciado em 2015 e que se prolongará pelos próximos anos, estiver numa fase mais avançada de desenvolvimento.

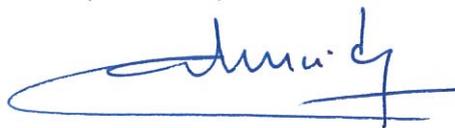
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período

Lisboa, 14 de março de 2016

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

Relatório
de Governo
Societário

2015

Ambisider –
Recuperações
Ambientais,
S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de *Administração* de 25 de *Mai*o de 2016

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	2
III.	Estrutura de capital	7
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	8
V.	Órgãos Sociais e Comissões	8
	A. Assembleia Geral	8
	B. Administração e Supervisão	9
	C. Fiscalização	16
	D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	22
	E. Auditor Externo	23
VI.	Organização Interna	24
	A. Estatutos e Comunicações	24
	B. Controlo interno e gestão de riscos	25
	C. Regulamentos e Códigos	29
	D. Deveres especiais de informação	30
	E. Sítio da Internet	31
	F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	32
VII.	Remunerações	32
	A. Competência para a Determinação	32
	B. Comissão de Fixação de Remunerações	33
	C. Estrutura das Remunerações	33
	D. Divulgação das Remunerações	34
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	35
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económicos, social e ambiental	36
X.	Avaliação do Governo Societário	40
XI.	Anexos do RGS	42

I. Síntese (Sumário Executivo)

O presente Relatório visa dar cumprimento ao disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece no seu número um que as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do diploma.

A elaboração do Relatório do Governo Societário da Ambisider segue o modelo de apresentação, estrutura e conteúdo de informação recomendado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) para o ano 2015.

Face ao ano anterior, salientam-se as seguintes informações:

Cumpriu-se em 2015 o segundo ano de mandato dos órgãos sociais eleitos pelo Acionista na Assembleia Geral de 14.07.2014 para o triénio 2014-2016.

Na prossecução da sua missão e dada a instabilidade patente no setor onde a Ambisider desenvolve a sua atividade, a empresa promove reuniões de reflexão estratégica do negócio com o seu Acionista por forma a responder da melhor forma e ir ao encontro dos objetivos estratégicos propostos.

A empresa rege-se pelas normas do Setor Público Empresarial, nos termos de Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos seus próprios Estatutos, estando a sua atividade regulamentada por diversos diplomas legais e por regulamentos internos.

Em 2015, a Empresa tentou sistematizar alguma informação de contas individuais na plataforma SIRIEF uma vez que efetua o reporte diretamente para o seu acionista único numa perspetiva de consolidação de contas.

Por último, salientamos que do Relatório do Governo Societário apresentado fazem parte integrante os seguintes anexos:

- Ata da reunião do órgão de administração em que foi deliberada a aprovação do RGS 2015.
- Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- Declarações a que se referem os artigos 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014.

O Relatório do Governo Societário da Ambisider e seus anexos será facultado de forma desmaterializada no SIRIEF.

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. **Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade**

A Ambisider tem como missão, melhorar continuamente o seu desempenho, promovendo a introdução de novas áreas de atividade de forma a assegurar a sua sustentabilidade, satisfazendo os seus Clientes, Colaboradores e Acionistas, incorporando materiais sustentáveis e garantindo o aproveitamento e reutilização de materiais, preservando o Ambiente, bem como assegurando as condições de Higiene e Segurança no Trabalho.

Satisfazer necessidades identificadas no Setor Estado, quer ao nível de trabalhos na área do amianto, ao nível dos trabalhos de construção civil ligados à manutenção e conservação, bem como ao nível da renovação de infraestruturas de redes de águas e esgotos, potenciando assim sinergias dentro do Grupo Económico em que se encontra inserida.

Posicionar a Ambisider no mercado das infraestruturas e num nicho da reabilitação, mantendo as áreas das demolições e da remoção de materiais com amianto, dando especial atenção ao aproveitamento e reutilização de materiais, procedendo à triagem, seleção e

valorização dos resíduos de construção e demolição gerados nas diferentes obras em que participa.

Potenciar a diversificação das áreas de negócio, tais como, as infraestruturas e a descontaminação de solos e o reforço da implantação no mercado das demolições e da reabilitação de edifícios, realizando e coordenando atividades de construção civil, adotando, para tal, formas e critérios adequados a sustentar o crescimento e diminuição do risco.

Dinamizar uma participação em feiras e campanhas internacionais, se possível aproveitando o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, Portugal 2020, de modo a estudar, avaliar e ponderar uma eventual possibilidade de internacionalização da empresa, exportando numa primeira fase o “know-how” adquirido na sua área de atividade e avaliando, a todo o momento, a constituição de possíveis parcerias.

Como Visão, a Ambisider tendo como referência no mercado das Demolições, Desmantelamento e Remoção de Amianto, pretende ainda potenciar a diversificação das áreas de negócio, através das parcerias com os seus Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionista e Comunidade.

A Ambisider tem por objetivo garantir um volume de trabalho compatível com a estrutura operacional da empresa, a nível nacional ou internacional, de forma a manter níveis de ocupação e rentabilidade elevados dos recursos humanos e meios de equipamento, cumprindo as exigências a nível ambiental exaradas nas diretivas comunitárias e contribuindo para o bem-estar social nas regiões onde desenvolve os seus trabalhos.

O Conselho de Administração da Ambisider pauta a sua atuação e forma de gestão com os seguintes princípios:

- Cumprimento dos princípios de divulgação transparente de informação;*
- Adoção das melhores práticas de gestão de acordo com os princípios de bom governo das empresas públicas;*
- Uma gestão em que os princípios éticos e deontológicos tratam com equidade todos os stakeholders da empresa;*
- Prevenção de todas as situações de corrupção e potenciais conflitos de interesses;*
- Melhores práticas de gestão de recursos humanos e de promoção da igualdade de género;*
- Cultura organizacional pautada por valores de responsabilidade social e ambiental;*

A Empresa está ainda empenhada em implementar e manter os mais altos padrões éticos, procedimentos e controlo de forma a evitar eventuais riscos de fraude e corrupção e a cumprir com a legislação e os códigos de conduta apropriados.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida

Política de Qualidade, Ambiente e Segurança

A Empresa encontra-se em fase de implementação de um sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança, cujo objetivo consiste na preparação para a certificação de acordo com as normas ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.

Políticas da Empresa e Cultura de Valores

A Ambisider, como empresa a atuar no mercado das recuperações ambientais, tem consciência do impacto da sua atividade na comunidade e como tal compromete-se a melhorar continuamente a qualidade do serviço que presta por forma a satisfazer os seus Clientes, a gerar valor para o seu Acionista e a contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

As linhas de orientação referentes à Política da Ambisider, são as seguintes:

- Dedicção ao Cliente de forma a garantir uma integral satisfação das suas necessidades e preocupações, e se possível exceder as suas expectativas;*

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

- *Assumindo Responsabilidade Técnica na elaboração dos seus projetos de infraestruturas, reabilitação, desmantelamento, demolição e remoção de amianto;*
- *Minimização e Prevenção de Impactes Ambientais, Lesões e Afeções da saúde, sensibilizando os seus colaboradores, com recurso às melhores e mais fiáveis práticas, otimizando os recursos disponíveis, evidenciando o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos;*
- *Proporcionar desenvolvimento dos seus Colaboradores apostando na Formação e Condições de Trabalho, garantindo o empenho no crescimento profissional e pessoal;*
- *Orientação para os resultados assumindo compromissos e diligência na fixação de objetivos ambiciosos;*
- *Compromisso de promover e incentivar a Melhoria Contínua, de forma a garantir elevados níveis de desempenho dos nossos serviços, com vista a superar as expectativas dos Clientes e outras partes interessadas.*

Responsabilidade

A Ambisider possui elevados critérios no planeamento e precisão dos seus projetos de infraestruturas, reabilitação, desmantelamento, demolição e remoção de amianto. Cada projeto envolve uma equipa multidisciplinar de especialistas nas áreas da engenharia com experiência em cálculos de estruturas e dimensionamento de redes, dedicados à prestação de serviços de gestão e assessoria em áreas afins da demolição, reabilitação e construção civil, com recurso às melhores e mais fiáveis práticas para os objetivos alvos.

Espírito de Equipa

Comunicar, partilhar, informar, assumir parcerias em busca das melhores soluções.

Aposta no desenvolvimento dos Colaboradores – Aposta na Formação e empenho no crescimento profissional e pessoal da “Equipa”.

Orientação para os resultados – Compromisso e diligência na fixação de objetivos ambiciosos mas realizáveis e que constituam mais-valia na motivação dos colaboradores.

Igualdade de Género – Promover políticas internas que assumam a igualdade de género como compromisso da organização e que permitam a conciliação da vida profissional com a vida familiar.

No âmbito da estratégia definida, a Ambisider assume na vertente internacional uma posição de encontrar parceiros de maior dimensão com quem possa estabelecer parcerias e numa fase inicial colocar o seu “know-How” ao serviço dos projetos a desenvolver nas áreas geográficas previamente selecionadas.

No plano nacional a Empresa tenta estabelecer protocolos e parcerias de colaboração, se possível em articulação com outras empresas do Grupo onde se encontra inserida, podendo desta forma revestir uma importante mais-valia em projetos levados a cabo por empresas integrantes do SEE, dadas as suas diferentes áreas de atividade operacional desenvolvidas e a experiência e conhecimento acumulados ao longo dos anos em trabalhos ligados ao desmantelamento, demolição, reabilitação, remoção de amianto.

Agora também na área de infraestruturas, a Empresa está a investir na qualidade e qualificação de colaboradores, fazendo deste projeto um objetivo estratégico na sua atividade.

Os objetivos estratégicos qualitativos têm sido cumpridos de forma empenhada e satisfatória. No que respeita aos objetivos quantitativos em termos orçamentais e financeiros têm sido cumpridos na parte que depende exclusivamente da Empresa, isto é, em matéria de gastos operacionais.

Fruto da crise que se encontra instalada no setor de atividade em que a Ambisider se insere, os objetivos relacionados e com dependência direta do volume de negócios, têm-se revelado difíceis de atingir, fato que em grande parte encontra explicação no aproveitamento que a Ambisider tem desenhado nos seus planos de negócio dentro do Grupo económico em que se encontra inserida e não tem conseguido alcançar.

Sinais de retoma no setor da construção civil bem como o alcançar de algumas parcerias estratégicas no seio do Grupo onde se encontra inserida, são os vetores chave para a prossecução dos objetivos almejados.

a) *Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;*

O Conselho de Administração teve como principais desafios estratégicos para o triénio 2014-2016 a contenção da tendência degressiva inerente ao setor de atividade onde está inserida, através de um processo de reestruturação de recursos humanos com redução de efetivos. Promoção da motivação e valorização interna de colaboradores que permitam o desenvolvimento de novas áreas de atividade, designadamente ao nível de trabalhos de infraestruturas de redes de água e esgotos e também ao nível da reabilitação de património construído, essencialmente na junção do fornecimento e montagem de coberturas ao trabalho de remoção de materiais com amianto já desenvolvido bem como ao nível da reabilitação de edifícios no que respeita aos seus trabalhos gerais com exceção das especialidades onde serão apresentados parceiros para a sua execução.

Especialização da empresa em trabalhos de limpeza florestal e de linhas de água, tratamento de taludes, criação de acessos, passagens hidráulicas e preservação de espécies caracterizadas como ativos biológicos de onde provêm rendimentos para os seus proprietários, tarefa esta essencialmente vocacionada para dar continuidade com maior grau de especialização a empresas dentro do Grupo.

A aposta na angariação de clientes através da utilização das plataformas eletrónicas de contratação, utilizadas essencialmente para apresentação de concursos públicos, tendo por objetivo classificar a empresa com bons resultados em termos técnicos e simultaneamente incrementar o volume de negócios gerando contatos mais próximos com as entidades adjudicatárias.

Controlo dos gastos gerais da empresa, com tendência para a sua redução anual.

Implementação de um sistema de revalorização da classe de equipamento básico e de transporte do ativo fixo tangível em virtude da aproximação do seu final de vida útil fiscal, pese embora se preveja em continuidade a geração de benefícios económicos futuros por parte desses equipamentos.

Manutenção ou alargamento das classes de alvará de construção detidas pela Empresa junto do IMPIC bem como do Alvará de Gestão de Resíduos junto do Ministério da Economia.

Objetivos qualitativos

- Promoção da motivação e valorização interna de colaboradores;*
- Desenvolvimento de novas áreas de atividade (infraestruturas de redes de água e esgotos e reabilitação de património construído);*
- Especialização da empresa em trabalhos de limpeza florestal e de linhas de água, tratamento de taludes, criação de acessos, passagens hidráulicas e preservação de espécies caracterizadas como ativos biológicos de onde provêm rendimentos para os seus proprietários;*
- Obtenção de bons resultados em termos técnicos;*
- Implementação de um sistema de revalorização da classe de equipamento básico e de transporte do ativo fixo tangível;*
- Preparação da Empresa para Certificação no sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança*

Objetivos quantitativos

Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo / Fonte	Objetivo Anual
Reestruturação de recursos humanos	Quadros de Pessoal	$[(Trabalhadores_N - Trabalhadores_{N-1}) / Trabalhadores_{N-1}]$	Redução de 5%
Utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública utilizadas essencialmente para apresentação de concursos públicos	Registo de propostas	Σ de propostas anual	≥ 12
Obtenção de bons resultados em termos técnicos	Avaliação da Proposta Técnica	Pontuação técnica obtida na classificação final do Relatório do Júri	Classificação média nos 3 primeiros lugares do concurso
Redução dos gastos gerais da empresa	Caderno de Gestão YTD	$[(Gastos\ Gerais_N - Gastos\ Gerais_{N-1}) / Gastos\ Gerais_{N-1}]$	$\geq -8\%$
Manutenção dos Alvarás de Atividade	Alvará de Construção Civil e Alvará de Gestão de Resíduos	IMPIC e Ministério da Economia	$Ano_{N+1} \geq Ano_N$
Fixação do limiar de Margem Bruta de Vendas	Margem Bruta das Vendas	$(Margem\ Bruta_N / Volume\ de\ Negócios_N)$	$\geq 85\%$

- b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Os administradores não possuem contrato de gestão. Não obstante, os objetivos são avaliados pelo Acionista e o reporte de informação pela Ambisider é elaborado com periodicidade mensal.

O ROC elabora o exame às contas da empresa, de acordo com as normas técnicas e as diretrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os indicadores são analisados anualmente e classificados de acordo com a seguinte ponderação: Objetivo não cumprido, objetivo cumprido, objetivo superado.

Relativamente aos objetivos qualitativos para o mandato 2014-2016, o Conselho de Administração considera que os resultados são positivos.

O percurso a realizar é evolutivo e tendencialmente melhora e aperfeiçoa-se com o decurso de execução de novas obras.

Tem sido feito um esforço relevante para a conquista de novos trabalhos, com especial ênfase dentro do Grupo mas também a nível de entidades públicas através das diversas plataformas de contratação.

A empresa tem procurado estabelecer parcerias em termos de concurso, quer ao nível de clientes do setor privado quer público.

Foi revista neste mandato a estratégia comercial do mandato anterior, na expectativa de inversão de uma tendência recessiva neste setor de atividade. Os frutos desta estratégia estão já refletidos na tipologia de obras executadas. No entanto, não obstante a empresa ter uma capacidade de produção superior, as obras angariadas caracterizam-se por valores de adjudicação unitários por obra relativamente baixos, o que provoca alguma instabilidade numa empresa que cumpre de forma rigorosa e escrupulosamente as melhores práticas no seu segmento de mercado.

O processo de revalorização decorreu com sucesso no primeiro ano de mandato e marcou o início de contabilização de impostos diferidos. Todo o processo foi acompanhado pelo Revisor Oficial de Contas.

No que respeita aos objetivos quantitativos, os mesmos foram atingidos.

3. Indicação dos fatores-chave de que dependem os resultados da entidade.

Em termos financeiros os resultados da empresa dependem do equilíbrio entre a capacidade de geração de receitas e os custos fixos necessários à manutenção da atividade, sem colocar em risco a qualidade da prestação de serviços disponibilizada aos clientes.

O equilíbrio é conseguido com a adjudicação de obras à empresa que possibilitem ultrapassar o ponto crítico das vendas e constituir uma margem de segurança.

Em termos de concurso e propostas colocadas no mercado a Ambisider tem conseguido colocar propostas que, numa conjuntura económica normal, viabilizariam o seu pleno emprego e o alcançar das metas financeiras necessárias à estabilidade da empresa.

Sendo um fator exógeno, a conjuntura económica vivida no contexto da construção civil tem um peso muito relevante na atividade e produtividade da empresa e, conseqüentemente, nos seus resultados.

Na ótica de trabalho dentro do Grupo Económico em que está inserida, a Ambisider considera que detém uma capacidade que satisfaz plenamente a quase totalidade das solicitações que lhe possam ser cometidas, pelo que pode executar trabalhos dentro das áreas de atuação e propor soluções de trabalho com qualidade. Esta opção reveste uma poupança dentro do Grupo uma vez que se trata de operações e transações que se anulam nas respetivas contas consolidadas.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (conforme ponto 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

A empresa não prossegue fins de interesse geral, regendo-se exclusivamente pelas orientações definidas pelo Acionista, o qual é tutelado pela Parpública, sendo esta tutelada diretamente pelo Ministério das Finanças.

III. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (Conforme n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

A 31 de Dezembro de 2015, o capital social da Ambisider era representado por 80.000 ações nominativas de valor nominal unitário de 5 euros, perfazendo o montante de 400.000,00 euros.

O capital social é detido em 100% pela Baía do Tejo, SA.

2. Limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações

Estatutariamente não existem limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

3. Existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições

Não se aplica uma vez que o Capital Social da Ambisider é detido 100% pela Baía do Tejo, que por sua vez é detida 100% pela Parpública.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. *Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) nos seus artigos 447.º e 448.º (conforme alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

A Empresa ou os seus Órgãos Sociais não detém quaisquer participações, direta ou indiretamente, noutras sociedades.

2. *Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (conforme alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

A Ambisider não adquiriu ou alienou no exercício participações sociais ou participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

3. *Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.*

Nem os membros dos órgãos de administração nem os membros do órgão de fiscalização são titulares de ações ou obrigações.

4. *Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.*

Não existem relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.

V. Órgãos Sociais e Comissões

Modelo de Governo (conforme n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

O modelo de governo adotado pela Ambisider é composto por um Conselho de Administração no qual os dois vogais exercem funções executivas e o presidente exerce funções não executivas, por um Fiscal Único constituído por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a quem incumbe não só a fiscalização assim como a certificação das contas anuais da empresa e a emissão de pareceres sobre os relatórios enviados ao Acionista e ainda pela Assembleia Geral.

A. Assembleia Geral

1. *Em 2015 a Assembleia Geral foi constituída da seguinte forma:*

- *Presidente - Dr. José António Barreiro*
- *Secretária - Dra. Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem*

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			Valor após Reduções (4) = (1) - (2) + (3)
				Bruto (1)	Reduções Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	
2014-2016	Presidente	Dr. José António Monteiro Barreiro	500,00	500,00	50,00	10,00	460,00
2014-2016	Secretária	Dra. Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem	350,00	350,00	35,00	7,00	322,00
TOTAL				850,00	85,00	17,00	782,00

A Acionista propôs e votou na Assembleia Geral de 14.07.2014 a eleição dos órgãos sociais para o triénio 2014-2016.

2. *Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.*

Não tem aplicabilidade em virtude de existir um Acionista Único.

B. Administração e Supervisão

1. *Identificação do modelo de governo adotado.*

O modelo de governo adotado pela Ambisider visa a transparência e a eficácia da sua gestão, tendo como um dos objetivos principais a segregação de funções entre os diversos órgãos sociais da empresa.

Conforme se encontra disposto no n.º1 do artigo 9º dos seus estatutos são órgãos da sociedade:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único (Sociedade ROC)

2. *Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração*

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral que, de entre os três Administradores, designa o Presidente.

Nos termos estatutários as vagas ou impedimentos que ocorram no conselho de administração poderão ser preenchidas por nomeação do próprio conselho (cooptação) até que em Assembleia Geral se proceda à competente eleição.

3. *Composição e identificação dos membros do Conselho de Administração*

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2014/2016	Presidente	Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	AG	14.07.2014	n.a.	n.a.
2014/2016	Vogal	Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	AG	14.07.2014	n.a.	n.a.
2014/2016	Vogal	Eng. Miguel Ângelo Bogalho de Araújo	AG	14.07.2014	n.a.	n.a.

A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por três membros, eleitos trienalmente. As competências deste órgão são estabelecidas na Secção II, artigo 17º dos estatutos.

4. *Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração¹ e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes² (conforme artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

O Conselho de Administração é composto por um Presidente não executivo e dois vogais executivos, um com pelouro ligado à área da produção e outro desenvolvendo as suas funções com pelouro na área administrativa, financeira e de controlo de gestão. A área comercial é repartida pelos três elementos do Conselho.

¹ Conforme decorre da aplicação do n.º 1 do artigo 278.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 407.º do CSC.

² A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na entidade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

Nome	Cargo	Distribuição de Pelouros	Área Funcional do Organograma	Limites Materiais	
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	Presidente Não Executivo	-	Comercial	A Sociedade obriga-se com duas assinaturas de quaisquer dois Administradores para qualquer montante, transação ou ato comercial praticado pela Sociedade	
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	Vogal Executivo	Administrativo, financeiro e de controlo de gestão			Administrativa e Financeira Recursos Humanos e Apoio Jurídico Comercial, Orçamentação e Planeamento Logística
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	Vogal Executivo	Produção			Dep. Produção e Gestão de Projeto Qualidade, Ambiente e Segurança Comercial, Orçamentação e Planeamento Logística

No que respeita aos membros do Conselho de Administração salienta-se que no caso da Ambisider, este órgão é composto apenas por três elementos, sendo dois vogais executivos, um dos quais tem vínculo com a Empresa.

As funções de presidente estão acometidas ao administrador não executivo, designado para representação do acionista único, que não auferir qualquer remuneração. Exercendo igualmente as funções de administrador na Baía do Tejo, S.A.

- Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração. Estão especificamente indicadas as atividades profissionais exercidas pelo menos nos últimos 5 anos (conforme alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito

Formação Académica

2011-2012 - *Doutorando em Administración de Empresas y Comércio Internacional - Universidade da Extremadura - Espanha.*

2011 - *Diplomado em Estudos Avanzados de Doctorado na área de Economia Aplicada. (Suficiência Investigadora).*

2006-7 - *Pós Graduação em Sistemas Integrados de Gestão da Qualidade, Segurança e Ambiente, ministrado pela TUV - Academy*

2000- *Pós Graduação em Economia Aplicada pela Universidade da Extremadura - Espanha.*

1992-1997 - *Licenciatura em Ciências do Desenvolvimento e Cooperação pela Universidade Moderna.*

Experiência Profissional

2006-2012 - *Empresário com participação em diversas Empresas nas áreas de Consultadoria de Negócios.*

2009-2012- *Vice-Presidente da Associação Lusófona para o Desenvolvimento do Conhecimento*

2005-2006- *Diretor Geral da TIMING - Formação e Consultadoria, S.A.*

2002-2005 - *Diretor do Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém, Centro de Gestão Direta do Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP. Funções de Gestão e Coordenação de uma equipa de 50 colaboradores.*

2001-2002 – *Coordenador Nacional do Departamento de Formação Profissional da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal - CNJ*

2000-2002- *Vice- Presidente da Associação de Empresários da Região de Ermidas-Sado-AERES*

1997-2002- *Consultor e Formador na área da Formação Profissional e Projetos de Investimento.*

Atividades Docentes e de Investigação

2006-2012 - *Docente e Consultor, Instituto Jean Piaget - Polo Universitário de Santo André e Almada.*

- *Docente das cadeiras de Gestão das Organizações, Conceção e Gestão da Formação e Gestão de Projetos.*

- *Docente na cadeira de Gestão das Organizações na Pós Graduação de Técnico Superior de Higiene e Segurança - Almada e Santo André*

- *Coordenador da Pós Graduação de Sistemas Integrados em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social em Santo André*

- *Coordenador do Curso de Nível IV- Gestão de Turismo*

- *Gestor de Projetos do Campus Universitário de Santo André*

2012 - *Docente na Universidade do Algarve na cadeira de Gestão das Organizações na Pós Graduação de Técnico Superior de Higiene e Segurança*

2011- *Trabajo de Investigación - CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa no âmbito da obtenção da Suficiência Investigadora na área de conhecimento de Economia Aplicada*

Filipe Alexandre de Matos Correia Marques

Formação Académica

2005 - Participação no projeto YMT.Pt – Young Managers Team Portugal, inspirado na iniciativa do WBCSD – World Business Council for Sustainable Development pelo Grupo Ecovave. Neste âmbito, foi realizado um estudo intitulado “Inovação Rumo ao Desenvolvimento Sustentável – Aferir a Perceção dos seus Principais Agentes Empresariais em Portugal”

2002 - Análise das Demonstrações Financeiras, ministrado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas no âmbito das ações de formação permanente

1998-2000 - Licenciatura em Economia pela FEUC - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

1993-1996 - Bacharelato em Contabilidade e Administração pelo ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Técnico Oficial de Contas com o n.º 31278

Desde 1993 – Formações Profissionais regulares de diverso âmbito ministradas pela Ordem dos Contabilistas Certificados, antes Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e antes Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

Experiência Profissional

Desde 2006 – Administrador da Ambisider - Recuperações Ambientais SA, com responsabilidade pela coordenação da Direção Administrativa Financeira, Recursos Humanos e Planeamento e Controlo de Gestão

2006-2010 – Diretor da Associação do Parque Industrial do Seixal

Desde 2004 - Diretor Administrativo e Financeiro na Ambisider-Recuperações Ambientais SA

2002-2004 - Técnico de Planeamento e Controlo de Gestão da SONAE Turismo – Gestão e Serviços, SA. Responsável pelo Planeamento e controlo de gestão dos negócios do Fitness, Golf e Diversões em Centros Comerciais. Reflexão estratégica dos negócios. Apuramento do valor do negócio pelo método VBM

2002 - Diretor Administrativo e Financeiro nas Cooperativas Agrícolas de Cantanhede e Unicentro. Responsável pela reorganização do negócio na área operacional e reorganização das áreas administrativa e financeira

2001 – Consultor na TEandM – Tecnologia e Engenharia de Materiais, S.A.
- Orientação a implementação de um programa de Software Integrado de Gestão (Infologia) na empresa TEandM – Tecnologia e Engenharia de Materiais, S.A. sediada em Coimbra, tendo promovido a formação considerada necessária aos colaboradores daquela empresa. Exercício de funções de consultor pontual em período posterior

1997-2001 - Chefia do Departamento de Contabilidade e Área Administrativa da sociedade Evaristo-Móveis Decorações, Lda, detentora de lojas Interforma, Divani&Divani e Cerne

1997 - Estágio profissional no âmbito do PRODEP II na empresa Evaristo-Móveis Decorações, Lda

- Estágio profissional no âmbito do PRODEP II - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal - Ação 5.2. - Formação Avançada no Ensino Superior, organizado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

1996- Estágio Curricular na empresa Barbosa Coimbra, SA – Cerâmica Estrela D’Alva no âmbito da “Contabilidade e Gestão de Empresas”

Miguel Ângelo Bogalho de Araújo

Formação Académica

2011 - Mestrado em Engenharia (Nível de Qualificação E2) pela Ordem dos Engenheiros

2007 - Curso de Gestão Avançada de Projetos pelo IST- Instituto Superior Técnico de Lisboa

2004 - Pós-Graduação em Direção de Empreendimentos e Administração de Contratos pela Universidade Lusófona

2001 - Pós-Graduação em Projetos de Gás Natural (Projetista de Redes de Gás Natural) Direção Geral de Geologia e Energia, Instituto Tecnológico de Gás (ITG)

1995-2000 - Licenciatura em Engenharia Civil, (Licenciatura 5 Anos - Pré-Bolonha) pela Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências e Tecnologia

Experiência Profissional

Desde 2014 - Membro Executivo do Conselho de Administração da Ambisider-Recuperações Ambientais S.A.

*2012-2014 - Marpe- Construções e Instalações Técnicas S.A
Responsável pelo Departamento Técnico, Orçamentação e Planeamento
Funções de Gestão de Projeto e Administração de Contratos, Gestão Orçamental e Controlo de Custos, Gestão de Mudança e Inovação*

*2006-2014 - MCV- Marpe Construções Cabo Verde S.A
Funções de Direção Técnica, Gestão de Projeto e Administração de Contratos*

*2007-2012 - Marpe- Construções e Instalações Técnicas S.A.
Responsável pelo Departamento de Urbanismo
Funções de Direção Técnica, Gestão de Projeto e Administração de Contratos*

*2002-2008 - Marpe- Construções e Instalações Técnicas S.A.
Responsável pelo Departamento Técnico, Orçamentação e Planeamento*

*2000-2008 - Marpe- Construções e Instalações Técnicas S.A.
Funções de Direção de Obra, Direção Técnica, Gestão de Projeto e Administração de Contratos*

6. *Declaração³ de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (conforme artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

Nos termos do artigo 52º do Decreto - Lei 133/2013, no início de cada mandato os membros do órgão da administração das empresas públicas declaram ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como a IGF, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflito de interesses.

As Declarações a que se refere o artigo 52º do Decreto - Lei 133/2013, encontram-se em anexo ao presente Relatório.

7. *Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com o Acionista.*

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com o Acionista.

8. *Mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.*

As competências dos diversos órgãos são as seguintes:

Assembleia Geral

A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e o contrato de Sociedade lhe atribuem competência.

Compete à Assembleia Geral, designadamente:

- a) Apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer do Fiscal Único ou Conselho Fiscal deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;*
- b) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;*
- c) Eleger os membros da mesa da Assembleia Geral, os Administradores e o Fiscal único ou Conselho Fiscal e designar, de entre os Administradores eleitos, o presidente do Conselho de Administração;*
- d) Deliberar sobre quaisquer alterações do contrato de sociedade; fusão, cisão, transformação e dissolução e eventual regresso à atividade;*
- e) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;*
- f) Deliberar sobre dispensa ou não de prestação de caução pelos Administradores;*
- g) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.*

Conselho de Administração

A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por três membros, eleitos trienalmente. As competências deste órgão são estabelecidas na Secção II, artigo 17º dos estatutos.

Compete ao Conselho de Administração, designadamente:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social;*

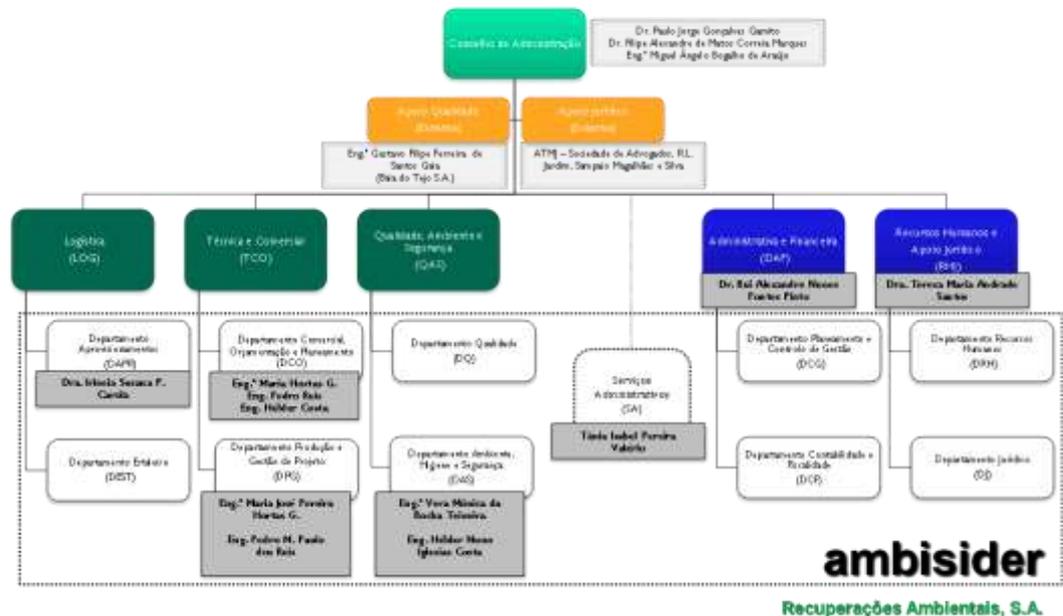
³ Tem-se por desejável ser adequadamente evidenciada a receção das declarações por parte dos destinatários.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

- b) Representar a Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo propor ações, desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- c) Elaborar os planos de atividade e financeiros periódicos;
- d) Negociar financiamentos para a sociedade;
- e) Estabelecer a organização técnico - administrativa da Sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e a sua remuneração;
- f) Constituir mandatários com poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

A Sociedade obriga-se com duas assinaturas de quaisquer dois Administradores para qualquer montante, transação ou ato comercial praticado pela Sociedade, conforme quadro de delegação de competências e limites materiais constante do ponto V.B.4. do presente relatório.

Organograma atual da empresa:



Fiscal Único

A fiscalização da sociedade compete a um Fiscal Único e um Suplente. As competências deste órgão são estabelecidas na Secção III, artigo 23º do Contrato da Sociedade. O Fiscal Único e o Suplente deverão ser Revisores Oficiais de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros deste órgão são eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

O Fiscal Único a quem compete a fiscalização da sociedade, a qual é exercida por uma sociedade revisora oficial de contas (Vitor Almeida & Associados SROC).

As competências do órgão de fiscalização são as que se encontram previstas genericamente na lei comercial, nos termos do artigo 60º do Decreto-Lei 133/2013 a ainda no artigo n.º 33º do referido diploma. Incumbe ainda ao Fiscal Único, para além de certificar as contas anuais da empresa, emitir pareceres sobre os relatórios trimestrais enviados ao acionista.

Nos termos do Contrato de Sociedade, são da competência órgão de fiscalização:

- a) *Examinar, sempre que julgue conveniente, a escrituração da Sociedade;*
- b) *Acompanhar o funcionamento das leis e dos estatutos que lhe são aplicáveis;*
- c) *Pedir convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos da lei;*
- d) *Emitir parecer acerca do balanço, do inventário e das contas anuais;*
- e) *Levar à consideração da Administração qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.*

9. *Funcionamento do Conselho de Administração:*

- a) *Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas⁴;*

O Conselho reúne informalmente todas as semanas e formalmente pelo menos uma vez por mês. No exercício de 2015 o Conselho reuniu formalmente onze vezes que contaram com a presença efetiva e simultânea dos três membros do Conselho de Administração. As deliberações mais relevantes estão refletidas no Relatório de Gestão do Exercício.

- b) *Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício:*

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções de Administração na Baía do Tejo e como tal não obteve remuneração direta na Empresa, pelo facto de se encontrar em regime de acumulação de funções.

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	Baía do Tejo, SA	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público – Grupo Parpública
	Ecodetra	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público – Grupo Parpública
	Fundo Margueira	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público – Grupo Parpública
Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	n.a.	n.a.
Miguel Ângelo Bogalho de Araújo	n.a.	n.a.	n.a.

- c) *Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;*

Em observância do disposto no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, em reunião de Assembleia Geral anual, o acionista avalia o desempenho dos administradores executivos, deliberando sobre a apreciação geral da administração e da fiscalização.

É aferido o grau de cumprimento anual dos objetivos fixados, os quais são identificados neste Relatório em II.2,a).

- d) *Comissões⁵ existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável.*

Não aplicável.

C. Fiscalização

1. *Identificação do órgão de fiscalização, composição, número de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro:*

⁴ A informação poderá ser apresentada sob a forma de um quadro.

⁵ Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

A fiscalização da sociedade compete a um Fiscal Único e um Suplente. As competências deste órgão são estabelecidas na Secção III, artigo 23º do Contrato da Sociedade. O Fiscal Único e o Suplente deverão ser Revisores Oficiais de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros deste órgão são eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

Ao longo do exercício o Fiscal Único procede ao acompanhamento dos negócios da Sociedade, à verificação do cumprimento das disposições legais e estatutárias, bem como à verificação da regularidade e adequação dos registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte.

Sempre que a situação o justifica, reúne com o Conselho de Administração e com outros responsáveis da Sociedade, onde são abordados os assuntos mais relevantes decorrentes das análises desenvolvidas, sendo prestados os esclarecimentos considerados relevantes.

Em 2015 os membros do Fiscal Único foram:

Efetivo - Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 191, representada por Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida, ROC n.º 691, Suplente – Dra. Carla Margarida Vicente Godinho., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 1560.

O Revisor Oficial de Contas exerce funções na Ambisider desde março de 2004, completando assim em 2015 doze anos de atividade.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Nome
			Forma	Data	
2014/2016	Fiscal Único Efetivo	Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida	AG	14.07.2014	Valor mínimo fixado pela OROC
2014/2016	Fiscal Único Suplente	Dra. Carla Margarida Vicente Godinho	AG	14.07.2014	n.a

A remuneração encontra-se fixada em Assembleia Geral da Ambisider, estando em conformidade com as determinações do Despacho n.º 764/SETF/2012 de 24/05 da Senhora SETF (conforme Cap. VII.A.1)

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

O Fiscal Único assegura a sua independência e isenção, na medida em que não se encontra nas circunstâncias previstas na a) do n.º 5 do artigo 414º do CSC, que eventualmente pudesse condicionar a sua isenção de análise ou decisão: a) ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade.

Relativamente à b) do n.º 5 do artigo 414º do CSC, o Fiscal Único assegura plenamente a sua independência e isenção, não representando qualquer interferência o fato de ter sido reeleito por mais de dois mandatos de forma contínua ou intercalada.

3. Elementos curriculares relevantes dos membros do órgão de fiscalização

Vítor Manuel Batista de Almeida

Formação Académica

1976-1981 - Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, com média final de 16 valores pelo ISCTE - Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

Experiência Profissional

Desde 1990 - Revisor Oficial de Contas na Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda., com sede em Lisboa com funções de Sócio gerente

Na qualidade de ROC desta Sociedade, é responsável pela coordenação e realização de trabalhos de Auditoria e Revisão Legal das Contas em diversas empresas do sector público e privado, designadamente entidades e empresas inseridas nos sectores hospitalar, construção civil e obras públicas e particulares, imobiliário, infraestruturas ferroviárias, educação, cultura e recreio, teatro, turismo, hotelaria, indústria química, indústria gráfica, logística, gestão de espaços comerciais e sociedades gestoras de participações sociais.

Emissão de Relatórios, Pareceres e Certificações Legais de Contas. É, igualmente, responsável pela gestão administrativa e financeira da Sociedade.

A sociedade tem ainda desenvolvido estudos e pareceres no âmbito do lançamento e renegociação de parcerias público privadas.

Desde 1991 - Docente no ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituição de ensino público

Coordenação da disciplina de Auditoria Financeira da licenciatura em Gestão de Empresas (ISCTE) e da disciplina de Auditoria no mestrado de Contabilidade

Foi Diretor do Mestrado Executivo em Auditoria e Revisão de Contas, assegurando igualmente a docência de diversos Módulos relacionados com a temática da Auditoria, Revisão de Contas, Consultoria e Controlo de Gestão em cursos de Mestrados de Continuidade, Mestrados Executivos e Programas para Executivos (INDEG).

Tem participado em diversas Ações de Formação e Seminários em entidades públicas e privadas nos domínios do Controlo Financeiro, Auditoria, Parcerias Público Privadas e técnicas de renegociação de contratos.

Desde 2006 - Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)

Membro do Conselho Diretivo da Ordem e Presidente do Júri de Exame e da Comissão de Inscrição. Integra ainda a Comissão Técnica das Entidades Não Financeiras.

Desde 2003 - Consultoria

Consultoria em representação do Ministério das Finanças no âmbito da preparação, lançamento, avaliação, renegociação e acompanhamento de Parcerias Público Privadas.

Atualmente é presidente das Equipas de Projeto que estão a estudar o lançamento das PPP da área da saúde, relativas ao futuro Hospital de Lisboa Oriental e ao CMFRS.

Atualmente integra ainda a Comissão de Renegociação de 16 parcerias do setor rodoviário, cujo processo está em fase de conclusão, com a concretização de encargos públicos futuros com estas parceiras em mais de seis mil milhões de euros, como tem sido anunciado publicamente. Neste processo assumiu a liderança da componente financeira da renegociação.

Integra ainda as Comissões de Renegociação das concessões portuárias dos portos de Leixões, Aveiro, Lisboa e Setúbal, que visam assegurar uma redução da fatura portuária, cujas negociações se encontram em curso.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

Está a assessorar o Governo Regional da Madeira nos processos de renegociação das concessões rodoviárias Via Expresso e Via Litoral, que se encontram em fase de conclusão do processo negocial, que irá colmatar com a redução dos encargos públicos futuros em cerca de 17%.

Integra igualmente as Comissões de Renegociação das concessões ferroviárias da Fertágus e Metro Sul do Tejo, bem como das concessões da Brisa e da Lusoponte, cujos processos se encontram pendentes.

No passado, participou no estudo e lançamento das concessões rodoviárias da Grande Lisboa, do Douro Litoral e do Túnel do Marão, tendo ainda integrado as respetivas Comissões de Avaliação das propostas apresentadas pelos respetivos concorrentes.

Desde 2004, tem participado nos diversos processos de análise de pedidos de reequilíbrio financeiro de concessões rodoviárias, bem como de processos de renegociação que foram desenvolvidos, sempre em representação do Estado.

Integrou a Comissão de Acompanhamento do Novo Aeroporto de Lisboa, entre 2008 e 2010.

Conferencista em Seminários e Cursos que abordam a temática da contratação pública através das Parcerias Público Privadas.

Exerceu igualmente consultoria junto do Governo de Angola no âmbito da reestruturação do Sector Empresarial Público angolano.

Participou num projeto de reestruturação da Inspeção Geral de Finanças de Angola, cofinanciado pelo Banco Mundial.

Coordenou um projeto financiado pelo Banco Mundial de consultoria junto da Direção Nacional de Impostos de Angola envolvendo o desenvolvimento de um modelo econométrico de previsão de receitas fiscais não petrolíferas.

Participou em vários projetos de consultoria junto do MF Cabo Verde, no âmbito do apoio à Inspeção Geral de Finanças local, na vertente do planeamento e desenvolvimento do trabalho de auditoria, bem como ao nível da formação, junto do Tribunal de Contas local.

Integra atualmente a equipa técnica da Faculdade de Economia do Porto que foi selecionada pelo Governo de Cabo Verde para desenvolver um projeto de formação e constituição de uma unidade técnica local que será responsável pelo lançamento de projetos de PPP e de projetos de privatização de empresas públicas locais. Este projeto será financiado pelo Banco Mundial.

2014-2015 - Membro do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

Membro do Conselho responsável pela supervisão da atividade de auditoria em Portugal e do controlo de qualidade dos auditores que desenvolvem a auditoria em entidades de interesse público.

Desde 2015 - Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo

Comissão constituída por representantes de entidades públicas e de ordens profissionais

Membro da Comissão, em representação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com função de acompanhar e coordenar a identificação avaliação e resposta aos riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, contribuindo para a melhoria contínua da conformidade técnica e da eficácia do sistema nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

2007-2011 ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., Empresa de capitais públicos do setor aeroportuário. Membro do Conselho Fiscal com exercício das funções legais de fiscalização cometidas ao órgão de fiscalização.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

2000-2003 - Presidente Conselho Diretivo no Ministério das Finanças com funções de Presidente Conselho Diretivo da Administração Geral Tributária

Responsável direto pela instalação deste organismo, criado em 2000, e a quem foi cometida a responsabilidade pela coordenação superior de todos os serviços públicos tributários e aduaneiros, bem como a gestão direta dos serviços comuns da administração tributária (planeamento, auditoria interna, formação, estudos e investigação).

Participou no processo de Reforma Fiscal de 2000 (IRS e IRC), assegurou a presidência da UCLEFA, por delegação direta do Ministro das Finanças, tendo sido um dos representantes portugueses na OLAF.

1999-2000 - Adjunto do Ministro das Finanças no Ministério das Finanças com funções de Adjunto do Ministro das Finanças

Desenvolveu as suas funções, predominantemente, no acompanhamento das atividades afetas à área do Tesouro e Finanças

1998-1999 - Adjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças no Ministério das Finanças com funções de Adjunto do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

Desenvolvimento da atividade, predominantemente, no âmbito do acompanhamento das sociedades com participação pública, processos de reestruturação e privatização de empresas públicas, relações com a Direção Geral do Tesouro e reforma da Direção Geral do Património do Estado.

1983-1998 - Inspetor de Finanças Diretor no Ministério das Finanças - Inspeção Geral de Finanças com funções de Inspetor de Finanças Diretor

A atividade desenvolvida na IGF centrou-se essencialmente na realização, coordenação e supervisão de ações de controlo financeiro a empresas do Sector Público, abordando a auditoria, análise económico-financeira e controlo orçamental, bem como a apreciação da gestão e de outras situações específicas de interesse relevante para as tutelas.

Participação em diversos processos de privatização ocorridos em Portugal, de 1991 a 1997 (designadamente, Petrogal, Banco Fonsecas & Burnay, Banco Pinto e Sotto Mayor, Tabaqueira, Unicer e Cimpor), envolvendo a modalidade de concurso público, assegurando a coordenação do núcleo de apoio económico-financeiro aos respetivos júris.

1979-1983 - Bancário na Caixa Geral de Depósitos - Exercício de funções de front-office e back-office

Carla Margarida Vicente Godinho

Formação Académica

2001-2003 - Licenciatura em Contabilidade e Auditoria, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

2006-2007 - Pós-Graduação em Auditoria e Revisão de Contas, pelo OVERGEST/INDEG – Centro de Especialização do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.

2008 - Curso de Preparação para Revisor Oficial de Contas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas frequentado em simultâneo com a realização e aprovação sequenciais nos exames de admissão à referida Ordem profissional.

Experiência Profissional

Desde Dezembro 2009 - Integra a sociedade Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda na qualidade de Sócia Revisor Oficial de Contas (ROC n.º1560) e assume o cargo de membro da Comissão

Desde Abril 2012 - Técnica do Setor Público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas após um percurso profissional com mais de 13 anos dedicado em exclusivo à área da Auditoria e Revisão legal de Contas.

Formadora da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo assegurado desde 2012 a docência de dois módulos, subordinados à temática do Controlo Interno de Qualidade em Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e desde 2015 um módulo subordinados à temática contabilística e fiscal de Aumentos e Reduções de Capital social, tendo ainda assegurado a publicação de artigos na revista técnica “Revisores & Auditores”, também na área de Auditoria.

2005-2009 Funções de Auditor coordenador/técnico na Sociedade Mariquito, Correia e Associados, SROC

2002-2005 Auditor técnico, como colaborador do ROC Dr. António Pinto Castanheira, tendo intervindo na realização de auditorias financeiras no âmbito da Revisão Legal de Contas e de Auditorias contratuais em diversos sectores de atividade e Realização de Trabalhos de Auditoria com Finalidade Especial no âmbito dos Fundos Comunitários.

4. Caracterização do funcionamento do órgão de Fiscalização:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade:

O órgão de Fiscalização da Ambisider – Fiscal Único – é um órgão singular desempenhado pelo sócio representante da sociedade de revisores, nomeado para o cargo, o qual desempenha simultaneamente as funções de Revisor Oficial de Contas responsável pela revisão legal da empresa e certificação das suas contas, não sendo aplicável informação relativamente a órgãos coletivos.

O Fiscal Único acompanha os negócios da Sociedade, verifica o cumprimento das obrigações legais e estatutárias e verifica a regularidade e adequação dos registos contabilísticos e respetiva documentação suporte.

Sempre que a situação se justificou, por iniciativa do ROC ou por iniciativa do Conselho de Administração, foi promovido o contato, muitas vezes através da realização de conferência telefónica e informações escritas, estando em todas as situações presentes os dois membros Executivos do Conselho de Administração bem como o Revisor Oficial de Contas.

Existiram também contatos por parte de outros responsáveis da Sociedade pontualmente e sempre que se justifica, com o objetivo de obter esclarecimentos designadamente em matérias contabilísticas e fiscais.

Em rigor, torna-se difícil quantificar as reuniões/contatos existentes, uma vez que o acompanhamento é permanente e sempre que a empresa necessita.

Na revisão de contas, a atividade do Fiscal Único é suportada pela intervenção de uma equipa de revisão/auditoria constituída por quadros da sociedade durante aproximadamente duas semanas, podendo não ser um prazo contínuo.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

Nem o representante da SROC que exerce as funções de Fiscal Único nem a própria SROC, exercem funções em outras entidades direta ou indiretamente controladas pela Parpública. Fora do Grupo exercem funções de revisão legal das contas em diversas entidades públicas e privadas, podendo ser consultada informação adicional sobre a atividade da SROC em www.sroc.pt

- c) *Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;*

Não sendo legalmente exigida a contratação de serviços de auditoria externa, estes só serão contratados se a especificidade e dimensão das matérias o exigir.

Não foram prestados, pela SROC outros serviços distintos da revisão legal das contas.

- d) *Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.*

Não aplicável.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. *Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC):*

Membro efetivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 191 e na CMVM sob o nº 20161491, representada pelo sócio Vítor Manuel Batista de Almeida, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 191 e inscrito na CMVM sob o nº 20160331

Membro suplente: Carla Margarida Vicente Godinho, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 1560 e inscrito na CMVM sob o nº 20161170

O Revisor Oficial de Contas exerce funções na Ambisider desde março de 2004, completando assim em 2015 doze anos de atividade.

O Fiscal Único Suplente exerce funções na Ambisider desde julho de 2014, completando assim em 2015 dois anos de atividade.

2. *Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade.*

Não aplicável, dado que não se verificam, relativamente à Ambisider, os critérios definidos na alínea I) do artigo 3º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, publicado em anexo à lei nº 148/2015, de 9 de setembro.

Os revisores designados pela Vítor Almeida & Associados, SROC, para acompanhamento da Ambisider têm variado ao longo do período em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções na Ambisider

3. *Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:*

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Nº Inscrição na OROC	Nº Registo CMVM	Forma	Data	Contratada		
2014/2016	Fiscal Único Efectivo	Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida	691	20161491	AG	14.07.2014	Valor mínimo fixado pela OROC	12	12
2014/2016	Fiscal Único Suplente	Dra. Carla Margarida Vicente Godinho	1560	20161170	AG	14.07.2014	n.a	2	2

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida	7.800,00	780,00	156,00	7.176,00
Dra. Carla Margarida Vicente Godinho	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	7.800,00	780,00	156,00	7.176,00

4. *Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC:*

No exercício 2015 não foram prestados pela SROC ou pelo ROC seu representante quaisquer serviços à sociedade para além da revisão legal da empresa e certificação das suas contas.

E. Auditor Externo

1. *Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência:*

Não sendo legalmente exigida a contratação de serviços de auditoria externa, estes só serão contratados se a especificidade e dimensão das matérias o exigir.

No exercício de 2015 não foram contratados quaisquer serviços de auditoria externa.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2015 (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
					[Total]	[Total]	[Total]	[Total]

2. *Explicitação⁶ da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.*

Não aplicável conforme informado no ponto 1.

3. *Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.*

Não aplicável conforme informado no ponto 1.

4. *Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁷ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:*

Não aplicável conforme informado no ponto 1.

⁶ Acompanhada de menção à legislação aplicável.

⁷ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da alínea p) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Remuneração paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	[€]	[%]
Valor dos serviços de consultadoria fiscal	[€]	[%]
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	[€]	[%]
Total pago pela entidade à SROC	[€]	100%
Por entidades que integrem o grupo (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	[€]	[%]
Valor dos serviços de consultadoria fiscal	[€]	[%]
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	[€]	[%]
Total pago pelas entidades do grupo à SROC	[€]	100%

Nota: deverá indicar-se o valor dos honorários envolvidos recebidos pelos trabalhos e a percentagem sobre os honorários totais faturados pela empresa à entidade/grupo.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. *Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.*

As regras aplicáveis a alteração dos estatutos da sociedade encontram-se definidas no artigo 36º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que determina que a alteração dos estatutos das empresas públicas e realizada através de decreto-lei ou nos termos do Código das Sociedades Comerciais, consoante se trate de entidade pública empresarial ou sociedade comercial, devendo os projetos de alteração ser devidamente fundamentados e aprovados pelo titular da função acionista.

Assim, os Estatutos da Ambisider, S.A. só poderão ser alterados, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, por deliberação da Assembleia Geral ou documento legal do Acionista.

2. *Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.*

Toda a atividade da empresa é controlada pelo órgão de fiscalização da empresa (Fiscal Único) e por auditorias internas sempre que a Ambisider seja selecionada pela Área de Auditoria Interna do Grupo Parpública.

O órgão de fiscalização produz relatórios de certificação que são publicados anualmente no Relatório e Contas. Os reportes mensais e trimestrais são enviados para o acionista (Baía do Tejo), devendo, nos termos das suas obrigações legais, comunicar ao Ministério Público os crimes públicos de que tenha conhecimento no exercício da sua atividade.

Internamente, o Código de Ética da empresa prevê, para a ocorrência de eventuais irregularidades que sejam do conhecimento individual de cada colaborador/a, o dever de as reportar imediatamente ao superior hierárquico ou chefia, cabendo ao Conselho de Administração, em casos de maior gravidade, reportá-las ao acionista.

3. *Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Dando cumprimento as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, nomeadamente a Recomendação de 1 de Julho de 2015, foi elaborado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se encontra em vigor na empresa desde o janeiro 2016, onde se procedeu:

- i) À identificação dos riscos relativamente às funções, ações e procedimentos realizados por todas as estruturas orgânicas da empresa, incluindo as funções e os cargos de topo;*

- ii) À identificação de medidas novas ou de reforço das já existentes para prevenir a sua ocorrência;*
- iii) À designação dos responsáveis por departamentos e um responsável geral pelo acompanhamento da implementação do Plano e sua monitorização;*

Nos termos legais deverá ser feito anualmente um relatório sobre a execução do Plano, o qual, pelo facto de o mesmo ter entrado em vigor no início do ano 2016, a sua execução só se irá refletir no exercício de 2016.

Para além do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), que, conforme referido, se encontra em vigor desde janeiro de 2016, a empresa rege-se por um conjunto de procedimentos que garantem o desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilização da informação financeira e gestão fiável e o respeito por toda as leis e regulamentos aplicáveis à sua atividade:

- A nível do controlo orçamental, estão definidas regras claras e eficazes para a gestão dos recursos financeiros, sem prejuízo das competências estatutárias atribuídas ao Conselho de Administração, que tem por objetivo definir a forma de aprovação, conferência e validação de despesas realizadas, as quais passam pelo estabelecimento de segregação hierárquica e fixação de níveis de responsabilidade e montantes.*
- Todo o investimento realizado pela empresa e baseado num orçamento anual, existindo um acompanhamento constante da execução do mesmo e uma identificação sistemática de eventuais desvios. No entanto e em face das regras instituídas no SEE, o investimento possível realizar pela numa empresa como a Ambisider é praticamente nulo.*
- A Empresa encontra-se em fase de desenvolvimento de um sistema integrado de qualidade, ambiente e segurança, cujo objetivo consiste na preparação da sociedade para a certificação de acordo com as normas ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e OHSAS 18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional.*
- Na sequência da auditoria interna coordenada pela Parpública em 2013, com o objetivo de avaliar os processos significativos da empresa bem como verificar o cumprimento das políticas, procedimentos, funções e responsabilidades a que a empresa está sujeita, a Ambisider elaborou relatórios de acompanhamento trimestrais tendo enviado o último no decurso do primeiro trimestre de 2015. Assim, no segundo semestre de 2015 teve lugar uma auditoria de acompanhamento tendo validado todos os procedimentos e tendo já alcançado e comprovado os objetivos de melhoria propostos.*

B. Controlo interno e gestão de riscos⁸

- 1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos.*

O Conselho de Administração considera que a empresa dispõe de um controlo apropriado a sua dimensão e complexidade, dispondo de normativos internos adequados a proteção dos seus investimentos e dos seus ativos, de que entre os quais se destacam a aprovação do das Instruções de Trabalho relacionadas com o registo semanal de máquinas, viaturas camiões.

A empresa trabalha com base nos princípios extraídos do Código de Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008.

⁸ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

O levantamento de todos os riscos relevantes encontra-se reportado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) aprovado em janeiro de 2016.

Para além do já referido, o sistema de controlo de riscos encontra-se dividido na empresa em vários níveis, da seguinte forma:

- Orgânico - através da distribuição de poderes nos termos estatutários entre os vários órgãos sociais;*
- Gestão - com a existência de um vasto conjunto de instrumentos que cruzam informação dentro da organização;*
- Transparência - pela divulgação dos elementos de conhecimento público obrigatório e de todos os factos significativos no website institucional da empresa.*

- 2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*

Tendo em vista a minimização dos riscos inerentes à atividade desenvolvida pela empresa, está a ser preparada a realização periódica de verificações de conformidade, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, a cargo do Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança. Estas verificações envolvem igualmente na vida atual da empresa a Área de Recursos Humanos.

São ainda efetuadas auditorias pela Comissão de Auditoria Interna da Parpública, sempre que este organismo assim o entende ou seleciona.

- 3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, este deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.*

Na base do sistema de controlo de riscos estão as normas legais e regras de bom governo, bem como um vasto conjunto de regras internas e procedimentos de gestão elaborados no âmbito da definição de responsabilidades e da estruturação da própria empresa assente no princípio da segregação das funções de administração e de fiscalização.

Subsidiariamente, no Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas são identificados e classificados os potenciais riscos associados aos processos internos e aos que a empresa se expõe no exercício da sua atividade, assim como a identificação das medidas de prevenção a implementar- ou a reforçar - com vista a evitar a sua ocorrência e/ou mitigação.

Na classificação de riscos foi tida em conta a sugestão apresentada no Guião do Conselho de Prevenção da Corrupção, considerando-se o grau de probabilidade da ocorrência e o impacto previsível (consequência) na empresa, mediante a elaboração de uma grelha de graduação (matriz de risco).

O referido Plano está disponibilizado no site institucional da empresa.

- 4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.*

O Conselho de Administração é em última instância o órgão responsável perante as auditorias da empresa. Os auditores exercem a sua atividade com plena autonomia e isenção, não existindo relações de dependência hierárquica, quer quanto aos auditores externos quer quanto aos auditores da Comissão de Auditoria da Parpública.

- 5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*

No Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativamente a cada eventual risco é identificada a unidade orgânica diretamente envolvida no processo associado.

Tal como já se referiu no ponto 2 do presente capítulo, está a ser preparada a realização periódica de verificações de conformidade, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, a cargo do Departamento de Qualidade, Ambiente e Segurança. Estas verificações envolvem igualmente na vida atual da empresa a Área de Recursos Humanos.

São ainda efetuadas auditorias pela Comissão de Auditoria Interna da Parpública, sempre que este organismo assim o entende ou seleciona.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.

Relativamente aos riscos económicos, operacionais e financeiros, a que a empresa se encontra sujeita, destacam-se:

- A possibilidade de inviabilidade (insustentabilidade) económica por insuficiência de ocupação e/ou rentabilização dos seus recursos humanos e equipamentos pelo fato da empresa não conseguir angariar obras que compensem a sua estrutura de gastos fixos;*
- A possibilidade de incumprimento por parte dos seus clientes dos recebimentos resultantes das atividades prestadas que a Ambisider tem no seu plano de tesouraria, que desta forma podem inviabilizar o cumprimento dos pagamentos resultantes das obrigações contraídas, designadamente com fornecedores de materiais e outros fornecimentos essenciais à prossecução da atividade de exploração;*
- A própria conjuntura económica e financeira vivida no setor da construção civil;*
- A impossibilidade de efetuar investimentos de renovação dos seus equipamentos que constituem o núcleo central da sua atividade, em virtude do limite ao endividamento bancário, por exemplo locação financeira;*
- A dificuldade de reestruturação ao nível dos Recursos Humanos em vigor para as empresas pertencentes ao SEE, fato que, no desenvolvimento da atividade da Ambisider, torna embaraçoso o ajustamento em termos das suas atividades operacionais;*

Os riscos económicos estão parciais e diretamente associados aos resultados operacionais da empresa. O Conselho de Administração monitoriza, através de reuniões mensais os objetivos definidos para cada uma das áreas funcionais da empresa, nomeadamente da área comercial, sendo analisados e monitorizados os resultados alcançados face as metas definidas e, em caso de desvios, são definidas as medidas a implementar para correção dos eventuais desvios verificados.

Salienta-se que os membros executivos do Conselho de Administração registam um envolvimento permanente e fornecem um apoio direto aos colaboradores de enquadramento da estrutura organizativa da empresa nas áreas operacionais.

Para matérias ambientais, A Ambisider conta com um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, que contempla entre outras situações uma RC por agressão ao ambiente, medidas urgentes e medidas de minimização e responsabilidade administrativa ambiental.

O Decreto-Lei 147/2008 que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Diretiva 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

De acordo com este Decreto-Lei, com efeitos a 01 de Agosto de 2008, os operadores industriais passaram a ser responsáveis, não apenas pelos custos de limpeza decorrentes de poluição causados pelas suas instalações, mas também pelos danos causados aos recursos naturais, habitats e espécies, incluindo os custos para repor o ambiente e demais condições naturais, no seu estado inicial, anterior ao dano ocorrido.

De salientar também que o Art.º 3º deste Decreto-Lei, relativo à responsabilidade das pessoas coletivas, estabelece que quando a atividade lesiva seja imputável a uma pessoa coletiva, as obrigações previstas nesse Decreto-Lei incidem solidariamente sobre os respetivos diretores, gerentes ou administradores da empresa.

O diploma prevê no seu artigo 22º que os operadores que exerçam as atividades ocupacionais enumeradas no Anexo III constituam obrigatoriamente uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida. De salientar que relativamente a estes operadores existe responsabilidade objetiva, ou seja, há responsabilidade independentemente de culpa.

As garantias financeiras poderão constituir-se através da subscrição de apólices de seguro, da obtenção de garantias bancárias, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito.

Salientamos que, refere o art.º 34 do DL, a garantia financeira obrigatória é exigível a partir de 01 de Janeiro de 2010.

Relativamente a riscos financeiros, por eventual incapacidade da empresa em fazer face aos seus compromissos a médio - longo prazo, resultantes de incumprimento por parte dos seus clientes dos recebimentos resultantes das atividades prestadas que a Ambisider tem no seu plano de tesouraria, que desta forma podem inviabilizar o cumprimento dos pagamentos resultantes das obrigações contraídas, designadamente com fornecedores de materiais e outros fornecimentos essenciais à prossecução da atividade de exploração, representam um risco relevante. Destacam-se neste contexto as imparidades de clientes contabilizadas nos exercícios 2014 e 2015.

Em termos de riscos de fraude e corrupção, considerando os procedimentos já adotados no âmbito do sistema de implementação da qualidade, os regulamentos internos em vigor, e a própria dimensão e estrutura interna da empresa, não foram identificados riscos de corrupção assinalável.

Encontra-se em desenvolvimento uma matriz de classificação de riscos para evidenciar eventuais fragilidades de forma a implementar medidas para a sua prevenção.

A identificação dos potenciais riscos detetados e as medidas preventivas associadas serão apresentadas em anexo à revisão a operar à versão inicial do Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

Na revisão a efetuar ao PPRIC em curso, estão a ser envolvidos todos os responsáveis das unidades funcionais da empresa no processo de identificação dos riscos foram (Conselho de Administração, Direções, Departamentos).

A sistematização do processo está a ser a seguinte:

- 1. Foi feita a identificação exaustiva dos riscos relativamente às funções, ações e procedimentos, incluindo as funções e os cargos de topo da empresa*
- 2. Com base na identificação dos riscos, foi elaborada uma matriz de classificação, atendendo às duas variáveis possíveis: a probabilidade de ocorrência e a sua gravidade / impacto para a empresa.*

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

- 3. Foram evidenciadas as medidas já existentes, as medidas adicionais a incorporar e as novas medidas com vista a prevenção de ocorrências.*
 - 4. Foi estabelecida a prioridade de implementação das medidas preventivas, a data prevista para a sua conclusão e o responsável da unidade funcional na empresa.*
 - 5. Foram estabelecidos os critérios para a monitorização e acompanhamento do Plano.*
- 8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.*

A fiscalização da informação financeira é exercida pelo órgão competente na empresa, o Fiscal Único, representada pela Sociedade ROC, a quem incumbe não só a fiscalização assim como a certificação das contas anuais da empresa e a emissão de pareceres sobre os relatórios que são trimestralmente enviados ao acionista, e ainda pela Assembleia-Geral.

A divulgação financeira é assegurada em completa transparência e regularidade, quer através do envio de toda a informação pela plataforma SIRIEF e ao acionista, quer pela divulgação pública no site da empresa.

C. Regulamentos e Códigos

- 1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.*

A Ambisider rege-se pelas normas do setor empresarial do Estado, nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que revogou o DL 558/99, 17 de Dezembro, e a RCIVI n.º 49/2007, de 28 de março e obedece ainda ao Código das Sociedades Comerciais e aos seus próprios Estatutos.

A sua atividade corrente encontra-se regulamentada por diversos diplomas legais dispersos e por regulamentos internos.

A Ambisider cumpre de forma rigorosa todo o quadro normativo e legal exarado para a sua área e setor de atividade em que se insere.

Em matéria de remunerações, a Empresa cumpre a Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro que estabelece entre outros as reduções remuneratórias, sendo neste âmbito aplica igualmente aos seus órgãos sociais o disposto na Lei 12A/2010.

No âmbito da frota automóvel, a Empresa cumpre a Lei n.º 82B/2014, OE 2015.

A Empresa cumpre igualmente a RCM n.º 49/2007, de 28 de março, entre outros em matéria de adesão ao Código de Ética do seu Acionista Único.

A Empresa possui o manual com a Política de Gestão de Risco de Fraude não obstante estar ainda a rever o manual numa perspetiva de melhoramento.

Também em referência ao ponto 19 da RCM n.º 49/2007 de 28 de Março, acerca da informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa, a Ambisider, em termos de Sistemas de Informação, possui um sistema de Planeamento e Controlo de Gestão implementado que está suportado num software de gestão certificado adequado à realidade e estratégia da Empresa, o qual possibilita a manutenção de um sistema de informação e apoio à gestão, imprescindível à tomada de decisões.

A Empresa tem em atenção a RCM n.º 19/2012 de 8 de março, designadamente no que respeita à promoção da igualdade de género.

A Ambisider cumpre o disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro.

No plano funcional, são aplicáveis os procedimentos internos definidos para os vários processos operacionais e de suporte das atividades da empresa, com base num rigoroso e exaustivo levantamento interno com vista ao desenvolvimento de um Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, numa ótica de melhoria contínua, através da racionalização e maximização dos recursos materiais e humanos, dos processos e dos resultados financeiros.

Estes procedimentos constam do Manual de Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança que está a ser desenvolvido. Este Manual é do conhecimento de individual de todos/as os/as colaboradores/as, encontrando-se acessível no ambiente de trabalho dos seus postos informáticos (pc).

Foi aprovado, no âmbito das medidas a implementar com a entrada em vigor do PPRIC as Instruções de Trabalho referentes à de Utilização de Máquinas, Camiões e Viaturas, bem como foi reformulada também com instrução de trabalho a Folha de Ponto Semanal com pontos de cruzamento de informação com outros controlos existentes na empresa.

2. Código de ética

Um Código de Ética revela-se um dos instrumentos fundamentais que permite revelar a todos as stakeholders as normas de conduta e as formas de atuação dos colaboradores de qualquer organização.

O Código de Ética da Ambisider contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos e prevê a adoção de posturas e condutas irrepreensíveis do ponto de vista individual e interpessoal, sendo o mesmo do conhecimento individual de cada colaborador/a e a sua consulta disponibilizada no site institucional da Ambisider, de modo a assegurar a sua divulgação também junto dos seus clientes, fornecedores e público em geral.

O atual Código de Ética foi revisto e atualizado em janeiro de 2014.

3. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros).

Remete-se a informação deste ponto para o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e infrações Conexas já referida no capítulo anterior.

Prevenindo a ocorrência de eventuais irregularidades, o Código de Ética em vigor na empresa determina a obrigatoriedade de as mesmas terem de ser imediatamente reportadas a superior hierárquico ou chefia, cabendo ao Conselho de Administração, em casas de maior gravidade, reportá-las ao acionista.

D. Deveres especiais de informação

1. Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), a saber:

Os deveres de informação mencionados no artigo 171º do CSC e toda a informação obrigatória prevista no artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, constam do Relatório e Contas e é publicamente divulgada no website institucional da Ambisider (www.ambisider.com)

São igualmente cumpridas as normas e procedimentos definidos para a submissão de informação no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), bem como a divulgação para o Acionista.

2. *Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (conforme n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).*

Para efeito de divulgação pública, cumprindo o dever de transparência, os documentos de prestação de contas, bem como demais informação relevante encontram-se disponíveis no website da empresa (www.ambisider.com).

E. Sítio da Internet

1. *Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s)⁹ na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (conforme artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro):*
 - a) *Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;*

Os elementos mencionados no artigo 171.º do CSC encontram-se no website oficial da empresa em www.ambisider.com bem como na nota introdutória e ponto dezoito - Instrumentos Financeiros – Instrumentos de Capital Próprio, constantes do Anexo às Demonstrações Financeiras que faz parte integrante do Relatório e Contas.
 - b) *Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;*

Os estatutos encontram-se no website oficial da empresa em www.ambisider.com
 - c) *Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;*

A informação faz parte do Relatório e Contas e encontra-se no website oficial da empresa em www.ambisider.com
 - d) *Documentos de prestação de contas anuais¹⁰ e, caso aplicável, semestrais;*

A informação faz parte do Relatório e Contas e encontra-se no website oficial da empresa em www.ambisider.com
 - e) *Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;*

Não aplicável. O objeto social da empresa é estritamente comercial e não interfere com a Administração Central do Estado.
 - f) *Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.*

Não aplicável pois a Empresa não recebeu qualquer apoio financeiro do Estado.

⁹ A informação deve incluir a indicação da “hiperligação” correspondente.

¹⁰ Conforme resulta do n.º 2 do artigo 70.º do CSC, devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

Este item não é aplicável à Ambisider. O objeto social da empresa é estritamente comercial e não interfere com a Administração Central do Estado.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais:

A remuneração dos membros dos órgãos sociais e da competência da Assembleia Geral, fixada pelo acionista único, de acordo com as seguintes orientações legais e da tutela:

- *Estatuto do Gestor Publico aprovado pelo Decreto - Lei 71/2007 de 27/03, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n° 8/2012 d 18/01 e objeto de Declaração de Ratificação n° 2/2012 de 25/01;*
- *RCM no 16/2012 de 14/02;*
- *RCM n° 36/2012 de 26/03;*
- *Despacho n° 764/SETF/2012 de 24/05 aditado em 25/07/2012 pela SETF;*
- *As remunerações do Conselho de Administração são fixadas de acordo com o previsto no artigo 28° do "Estatuto do gestor Publico" aprovado pelo Decreto- Lei 71/2007 de 27/03, alterado e republicado pelo Decreto- Lei no 8/2012 d 18/01 e objeto de Declaração de Ratificação n.º 2/2012 de 25/01, da Resolução do Conselho de Ministros n° 16/2012 de 14/02, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26/03 e do Despacho no 764/SETF/2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, de 24/05, aditado pela mesma em 25/07/2012;*
- *Os membros da Assembleia Geral são remunerados em senhas de presença em conformidade com as orientações estabelecidas pelo despacho n° 764/SETF/2012, de 24/05 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, de 24/05, aditado pela mesma em 25/07/2012;*
- *Ao Revisor Oficial de Contas foi atribuída uma remuneração mensal de acordo com os valores mínimos de remuneração estabelecidos pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;*

A fixação de remunerações dos quadros superiores da empresa com cargos de chefia bem como dos restantes trabalhadores é da competência do Conselho de Administração.

2. Identificação dos mecanismos¹¹ adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

Em face da dimensão da empresa, da sua forma de organização interna e também pelo fato do envolvimento constante do órgão de administração, este ponto não é aplicável.

Identificam-se como mecanismos adotados para cumprimento dos artigos 51º e 52º do Decreto-Lei 133/2013, a assinatura individualizada, por cada um dos membros do Conselho de Administração, das seguintes declarações:

¹¹ Mecanismos diversos dos inerentes às declarações a que se refere o ponto 3, seguinte.

- Declaração de abstenção de interferência nas decisões que envolvam os seus próprios interesses;
 - Declaração de cada um dos membros do Conselho de Administração ao órgão da administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses;
3. Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

A cópia das declarações mencionadas no número anterior encontra-se em anexo (A e B), no final do presente Relatório.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Remete-se a resposta a este item para o ponto VII.A.1.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

As remunerações identificadas no quadro do ponto 1 A do presente capítulo, traduzem as remunerações dos órgãos sociais da empresa, cumprindo as determinações do disposto no n.º 21 da Resolução de Conselho de Ministros no 16/2012 e do disposto no n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012, conjugadas com o Despacho n.º 764/SETF/2012 de 24/05 aditado em 25/07/2012 pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças.

Nos termos do disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26 de março, a Ambisider foi classificada como uma empresa enquadrada na categoria C, aplicando-se aos elementos do órgão de administração a remuneração mensal prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, tendo por base a definição dos critérios objetivos e classificação das empresas públicas e como referencia o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

A remuneração do Fiscal Único é fixada pela Assembleia Geral da Ambisider, com as reduções previstas na legislação aplicável.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.

Os valores indicados no quadro 1 A foram reduzidos nos termos do artigo 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (OE 2011), mantido em vigor pelo n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012), da Lei n.º 66-B, de 31 de dezembro (LOE 2013), da Lei n.º 83-C, de 31 de dezembro (LOE 2014).

As restrições e reduções remuneratórias em vigor são as que resultam da Lei no 132-B/2014 de 31/12 (LOE 2015) e da Lei n.º 75/2014 de 12/09, atentas as determinações da lei n.º 159-A/2015 de 30/12 sobre as regras de extinção da redução remuneratória prevista na referida lei 75/2014 para vigorar durante o ano de 2016.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Não aplicável pois não existe componente variável da remuneração.

4. *Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*

Não aplicável pois não existe componente variável da remuneração.

5. *Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*

Não aplicável pois não existe atribuição de prémios prevista.

6. *Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

Não aplicável pois não existem na empresa regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. Divulgação das Remunerações

1. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável:*

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta €	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	C	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	Sim	C	3.201,08	1.280,43
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	Sim	C	3.201,08	1.280,43

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2015 (€)					
	Fixa	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	66 928,59	n.a.	66 928,59	-7 435,01	974,29	60 467,87
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	66 953,13	n.a.	66 953,13	-7 435,01	974,29	60 492,41
		TOTAL	133 881,72	-14 870,02	1 948,58	120 960,28

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)						
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Seguro de Acidentes de Trabalho
	Diário	Encargo Anual da Entidade	Identificar	Encargo Anual da Entidade			
Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	n.a.	n.a.	Seg. Social (23,75%)	14.361,13	n.a.	n.a.	2651,23
Eng. Miguel Angelo Bogalho de Araújo	n.a.	n.a.	Seg. Social (23,75%)	14.366,96	n.a.	n.a.	2651,23
	TOTAL	0,00		28.728,09	0,00	0,00	5.302,47

2. *Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.*

Não aplicável. Os dois vogais executivos são remunerados pela Empresa conforme quadros supra e o presidente do Conselho de Administração não auferir qualquer remuneração na Ambisider, sendo remunerado pela função executiva que exerce na Baía do Tejo, S.A.,

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

conforme determinado no Estatuto do Gestor Público aprovado pelo Decreto-Lei n.º 464/82, de 9 de Dezembro.

3. *Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.*

Não aplicável pois não existe na empresa esta forma de remuneração.

4. *Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.*

Não aplicável pois não existe nem é devida pela empresa esta forma de remuneração.

5. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade.*

A informação relativa a este ponto encontra-se divulgada no ponto V.D.3. do presente Relatório.

6. *Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral*

A informação relativa a este ponto encontra-se divulgada no ponto V.A.1. do presente Relatório.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. *Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.*

No ano 2015 foram realizadas operações enquadráveis em transações relevantes com entidades relacionadas, identificadas no quadro síntese seguinte:

Und.: Eur

	Cliente	Fornecedor	Relação	Saldo 2015
BAÍA DO TEJO	276 324,42	69 832,00	a)	206 492,42

a) Accionista

Relativamente às transações entre a Baía do Tejo e a Ambisider, a Baía do Tejo presta à Ambisider serviços de arrendamento de espaços. Registam-se igualmente gastos partilhados como a comparticipação ao nível dos consumos de comunicação fixa e limpeza das salas na sede e segurança ao nível do Estaleiro.

O volume de faturação da Baía do Tejo à Ambisider em 2015 foi de 69.832 euros, sendo o valor pendente em 31-Dez-15 de 75,76 euros. O volume de faturação da Ambisider à Baía do Tejo em 2015 foi de 276.324,42 euros, sendo o valor pendente em 31-Dez-15 de 64.077,78 euros.

A Ambisider assegura o cumprimento de forma consciente da regulamentação dos preços de transferência, que tem por base o princípio de plena concorrência, ou seja, as condições acordadas entre duas partes relacionadas devem ser idênticas às que seriam estabelecidas entre entidades independentes, em operações semelhantes.

Enquanto empresa que atua concorrencialmente no mercado ao nível dos concursos para obras privadas e públicas, praticando igualmente transações dentro do Grupo Económico em que se insere, as quais pretende preservar e alargar, respondendo em livre concorrência aos concursos lançados pelo seu Acionista bem como pelo mercado em geral.

A Ambisider colabora na elaboração do dossier de preços de transferência efetuados pela Baía do Tejo.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

Para a aquisição de bens e serviços é envolvida de forma direta a Área Técnica e Comercial, que é responsável pela elaboração do mapa comparativo para a aquisição proposta. São também utilizados mapas de requisições para situações em que os materiais e equipamentos são especificados diretamente para consulta aos aprovisionamentos. Os aprovisionamentos efetuam um mínimo de três consultas, articuladas com a Área responsável pelo pedido, sempre que possível e seja justificável face à dimensão da encomenda.

Os fornecimentos são sempre precedidos de nota de encomenda que faz parte integrante do processo de aprovação da aquisição.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Todas as transações realizadas pela Ambisider ocorreram em condições de mercado.

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Não existem transações com entidades enquadráveis com estes requisitos.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação¹²:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

A fixação de objetivos estratégicos por parte do acionista, os quais enquadram os planos e orçamentos e são objeto de controlo e avaliação do seu cumprimento numa base trimestral e anual, contribuem não só para o reforço dos mecanismos de acompanhamento, de fiscalização e avaliação, mas também para a gestão do risco.

A empresa manteve a capacidade para solver os seus compromissos, cumprindo os prazos de pagamento contratados sendo que estes são articulados com os seus prazos de recebimento, sem recurso a financiamentos externos mas com apoio do seu Acionista. O plano de investimentos não foi executado na totalidade. Procedeu-se à conservação e reparação dos equipamentos que constituem o núcleo central da prestação de serviços da empresa e não se registaram acidentes de trabalho relevantes bem como não houve qualquer registo relacionado com questões ambientais.

A empresa procura em permanência melhorar os seus mecanismos de execução de tarefas e respetiva contabilização, visando a permanente auditabilidade das suas contas.

¹² Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

2. *Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.*

A empresa manteve a capacidade para solver os seus compromissos, cumprindo os prazos de pagamento contratados sendo que estes são articulados com os seus prazos de recebimento, sem recurso a financiamentos externos mas com apoio do seu Acionista. O plano de investimentos não foi executado na totalidade. Procedeu-se à conservação e reparação dos equipamentos que constituem o núcleo central da prestação de serviços da empresa e não se registaram acidentes de trabalho relevantes bem como não houve qualquer registo relacionado com questões ambientais.

De forma contínua, a Ambisider manteve uma linha de reestruturação operacional e de recursos humanos no sentido de capacitar a empresa a operar noutros segmentos de mercado para além do desenvolvimento da sua área de atividade tradicional das demolições, desmantelamentos e remoção de materiais com amianto.

Assim, foi possível concretizar a redução de custos e tornou-se uma realidade a inovação de processos e a inovação produtiva, com êxito e obras ilustrativas desta mesma realidade.

Procedeu-se ao controlo orçamental, foram renegociados contratos de seguros e otimizou-se o fornecimento de serviços e aquisição de materiais com o envolvimento das áreas técnica, comercial, aprovisionamentos e logística.

Em matéria de Qualidade, Ambiente e Segurança, a Ambisider preparou-se para um processo de auditoria interna. Foram definidos os processos e criados os procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Foram prosseguidos os objetivos de responsabilidade social e ambiental, investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação e o respeito pelos princípios da legalidade e da ética empresarial.

A empresa dispõe de um Plano para a Igualdade.

Foi implementado o Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, com uma cadência que a Administração da Ambisider considera enquadrada na atividade da empresa, possibilitando, de igual forma, reduzir o grau de incerteza na valorização do material existente no Parque.

A Empresa realizou um esforço notável colocando o seu foco comercial dentro do Grupo económico em que se insere e o qual pretende servir cada vez melhor abrangendo um maior leque de ofertas e serviços prestados. Assim, o ano 2015 fica marcado pela evolução da Ambisider em termos do alargamento a novas áreas de atividade, tendo-se verificado uma evolução relevante em matéria das obras de construção civil, designadamente no que respeita à execução de coberturas em chapa metálica, reabilitação de fachadas, remodelações de interiores e execução de trabalhos de infraestruturas, de águas e telecomunicações

A Empresa mantém os seus princípios de sustentabilidade, posicionando a sua atuação para a qualificação e melhoria do desempenho ambiental do sector da construção, envidando todos os esforços no sentido da dinamização do mercado da reciclagem e sensibilização dos seus clientes.

A empresa encontra-se, internamente, em Fase Final para a Auditoria de 1ª Fase de Concessão, visando a certificação de acordo com as normas NP EN ISO 14001:2012, NP EN ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007.

O âmbito da certificação é específica para as atividades de “Demolição e Desmantelamento na Construção Civil, Movimentos de Terras, Arranjos Exteriores, Saneamento, Redes de Águas e outras infraestruturas na Construção Civil”.

3. *Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:*

a) *Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);*

A Ambisider é uma empresa amiga do ambiente. Tem como estratégia e posicionamento no mercado a preocupação de atribuir especial atenção ao aproveitamento e reutilização

de materiais, procedendo à triagem, seleção e valorização dos resíduos de construção e demolição gerados nas diferentes obras em que participa.

Em trabalhos executados na área de construção civil assume as mesmas preocupações.

Assume desde o início da relação com os seus clientes uma postura conducente à prestação de um serviço de excelência, pautada por um elevado padrão de qualidade e com ações redutoras de impactos ambientais, maximizando o índice de reutilização de materiais.

- b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);*

A Ambisider conta com um seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, que contempla entre outras situações uma RC por agressão ao ambiente, medidas urgentes e medidas de minimização e responsabilidade administrativa ambiental.

O Decreto-Lei 147/2008 que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Diretiva 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa.

De acordo com este Decreto-Lei, com efeitos a 01 de Agosto de 2008, os operadores industriais passaram a ser responsáveis, não apenas pelos custos de limpeza decorrentes de poluição causados pelas suas instalações, mas também pelos danos causados aos recursos naturais, habitats e espécies, incluindo os custos para repor o ambiente e demais condições naturais, no seu estado inicial, anterior ao dano ocorrido.

De salientar também que o Art.º 3º deste Decreto-Lei, relativo à responsabilidade das pessoas coletivas, estabelece que quando a atividade lesiva seja imputável a uma pessoa coletiva, as obrigações previstas nesse Decreto-Lei incidem solidariamente sobre os respetivos diretores, gerentes ou administradores da empresa.

O diploma prevê no seu artigo 22º que os operadores que exerçam as atividades ocupacionais enumeradas no Anexo III constituam obrigatoriamente uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que lhes permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida. De salientar que relativamente a estes operadores existe responsabilidade objetiva, ou seja, há responsabilidade independentemente de culpa.

As garantias financeiras poderão constituir-se através da subscrição de apólices de seguro, da obtenção de garantias bancárias, da participação em fundos ambientais ou da constituição de fundos próprios reservados para o efeito.

Salientamos que, refere o art.º 34 do DL, a garantia financeira obrigatória é exigível a partir de 01 de Janeiro de 2010.

A empresa tem implementado desde 2005 uma solução ERP (Enterprise Resource Planning) ou "Sistema Integrado de Gestão Empresarial" na qual consegue automatizar as tarefas diárias, controlar todas as áreas da sua empresa – finanças, gestão de vendas, compras e stocks, produção e distribuição e partilhar a informação por todos os departamentos da empresa.

Tem igualmente implementada uma solução multifuncional de escritório partilhada com todos os utilizadores focada para resultados "less paper", com o objetivo de procurar as melhores soluções digitais de gestão, que, em simultâneo, facilitem e regulem os canais de informação - interna e com os seus stakeholders - e melhorem os processos de trabalho em termos de desempenho e eficiência.

Ao nível de impressão também partilhada, utiliza-se a cera sólida. Esta tecnologia de impressão foi inventada em 1991, em Wilsonville, Oregon, EUA, onde é fabricada hoje em dia.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

Esta tecnologia gera até 90% menos desperdício de impressão do que impressoras a laser em cores equivalentes e oferece um custo total de propriedade significativamente mais baixo.

A implementação desta ferramenta de gestão resulta em processos de trabalho baseados em "less paper", o que contribui, efetivamente, para que a empresa assuma um desempenho mais sustentável e mais "amigo do ambiente".

- c) *Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (conforme n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);*

A Ambisider em articulação com o seu Acionista foi uma das empresas fundadoras do Fórum para Igualdade- O Nosso Compromisso, criado em 2013, tendo implementado o seu Plano para a Igualdade em início de 2015, o qual preconiza, como objetivo primordial, alcançar uma efetiva igualdade de tratamento de género e de oportunidades e permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

- d) *Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;*

A Igualdade de Género tem sido trabalhada na Ambisider de forma gradual, mas assumiu desde a primeira hora o compromisso da Igualdade de Género como um desígnio estratégico e não como mera retórica.

O organograma da empresa reflete esse mesmo empenho pelo que a formação para a Igualdade serviu para uma reciclagem e renovação dos princípios subjacentes ao ideal do órgão de administração.

As medidas tomadas nesta matéria revestem desde logo a implementação do plano de igualdade do género em 2014, que contemplou uma formação envolvendo quatro colaboradores do género feminino e masculino, tendo sido posteriormente divulgado a todos os trabalhadores da Empresa.

As medidas presentes e futuras encontram-se previstas no Plano para a Igualdade, documento que se encontra disponível no site institucional em www.ambisider.com

- e) *Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (conforme n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);*

Para além da implementação do Plano de Igualdade de Género, já referida nos pontos anteriores, a empresa assume como princípios e valores fundamentais, os quais se encontram plasmados no seu Código de Ética, a salvaguarda da integridade moral dos seus trabalhadores/as, o direito a condições de trabalho que respeitem a sua dignidade individual, e o repúdio por todo o tipo de discriminação, condenando qualquer forma de coação moral ou psicológica e/ou comportamentos ofensivos da dignidade humana.

A valorização profissional encontra-se assegurada pelo cumprimento legal do plano de formação anual, o qual, sempre que possível se tenta articular com o Acionista Único.

- f) *Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (conforme n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da*

exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

O ano 2015 fica marcado pela evolução da Ambisider em termos do alargamento a novas áreas de atividade, tendo-se verificado uma evolução relevante em matéria das obras de construção civil, designadamente no que respeita à execução de coberturas em chapa metálica, reabilitação de fachadas, remodelações de interiores e execução de trabalhos de infraestruturas, de águas e telecomunicações.

A Empresa consolidou assim a diversificação dos serviços prestados, alargando as suas áreas de atuação tradicionais, com o objetivo de manter um nível de atividade compatível com a sua estrutura operacional.

Foi implementado o Plano de Processamento e Britagem de Material Inerte, com uma cadência que a Administração da Ambisider S.A. considera enquadrada na atividade da empresa, possibilitando, de igual forma, reduzir o grau de incerteza na valorização do material existente no Parque.

A empresa utiliza as plataformas eletrónicas de contratação para pesquisar, selecionar e apresentar-se a concurso nas obras dentro das suas áreas de atuação.

Assim, foi possível e tornou-se uma realidade a inovação de processos e a inovação produtiva, com êxito e obras ilustrativas desta mesma realidade.

A Empresa mantém os seus princípios de sustentabilidade, posicionando a sua atuação para a qualificação e melhoria do desempenho ambiental do sector da construção, envidando todos os esforços no sentido da dinamização do mercado da reciclagem e sensibilização dos seus clientes.

A empresa tem implementada desde 2005 uma solução ERP (Enterprise Resource Planning) ou "Sistema Integrado de Gestão Empresarial" na qual consegue automatizar as tarefas diárias, controlar todas as áreas da sua empresa – finanças, gestão de vendas, compras e stocks, produção e distribuição e partilhar a informação por todos os departamentos da empresa.

Tem igualmente implementada uma solução multifuncional de escritório partilhada com todos os utilizadores focada para resultados "less paper", com o objetivo de procurar as melhores soluções digitais de gestão, que, em simultâneo, facilitem e regulem os canais de informação - interna e com os seus stakeholders - e melhorem os processos de trabalho em termos de desempenho e eficiência.

X. Avaliação do Governo Societário

1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹³ relativamente à estrutura e prática de governo societário (conforme artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação¹⁴ deverá ser incluída:
 - a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida:

Foi dado cumprimento à recomendação de que a empresa deve dispor de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC). O órgão de Administração prevê a introdução de melhorias contínuas ao documento.
 - b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

¹³ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

¹⁴ A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

Atento o trabalho de preparação e envolvimento com todas as unidades funcionais da empresa o PPRCIC da Ambisider foi aprovado em janeiro de 2016, razão pela qual o Relatório de avaliação anual 2015 não está publicado.

2. *Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

Para além das informações já referidas no presente Relatório não se vislumbram quaisquer outros elementos relevantes a adicionar.

No contexto específico das empresas de capital público pode dizer-se que a sociedade dá cumprimento aos vários objetivos definidos pela legislação aplicável ao setor empresarial do Estado, nomeadamente ao Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Aldeia de Paio Pires, 04 de Maio de 2016

O Conselho de Administração,



Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito – Presidente



Filipe Alexandre de Matos Correia Marques – Vogal



Miguel Ângelo Bogalho de Araújo - Vogal

XI. Anexos do RGS

1. *Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (conforme artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013)*
2. *Declaração de cada um dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os próprios interesses (conforme artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013)*
3. *Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015.*
4. *Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014¹⁵.*
5. *Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.*

¹⁵ A incluir apenas no caso do documento em apreço não se encontrar disponível em SiRIEF.

Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

ANEXO 1 - Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (conforme artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito
Rua Prof. João Cândido de Oliveira, n.º 7 6.esq
1750-230 Lisboa

Exmo. Conselho de Administração da
Ambisider Recuperações Ambientais, SA
Avenida da Siderurgia Nacional, Edif. SN n.º 1
2840- 075 Aldeia de Paio Pires

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos. Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções não executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito
Rua Prof. João Cândido de Oliveira, n.º 7 6.esq
1750-230 Lisboa

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos. Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções não executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito
Rua Prof. João Cândido de Oliveira, n.º 7 6.esq
1750-230 Lisboa

Exmo. Fiscal Único da Ambisider Recuperações
Ambientais, SA,
Vitor Almeida & Associados, SROC
Representada por Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida
Rua Augusto Macedo,10 C, Escritório 3 Lisboa
1600-794 LISBOA

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos. Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções não executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Filipe Alexandre de Matos Correia Marques
Bairro de S. Miguel 3.º Bloco, 1.º Dt.º
3020-113- Coimbra

Exmo. Conselho de Administração da
Ambisider Recuperações Ambientais, SA
Avenida da Siderurgia Nacional, Edif. SN n.º 1
2840- 075 Aldeia de Paio Pires

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,

A handwritten signature in blue ink that reads "Filipe Marques". The signature is written in a cursive style with a horizontal line underneath the name.

Filipe Alexandre de Matos Correia Marques
Bairro de S. Miguel 3.º Bloco, 1.º Dt.º
3020-113- Coimbra

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmo. Senhor Inspetor Geral

Sou, na qualidade de gestor público com funções executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Filipe Alexandre de Matos Correia Marques
Bairro de S. Miguel 3.º Bloco, 1.º Dt.º
3020-113- Coimbra

Exmo. Fiscal Único da Ambisider Recuperações
Ambientais, SA,
Vitor Almeida & Associados, SROC
Representada por Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida
Rua Augusto Macedo,10 C, Escritório 3 Lisboa
1600-794 LISBOA

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos. Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,

A handwritten signature in blue ink that reads "Filipe Marques". The signature is written in a cursive style with a horizontal line underneath.

Miguel Ângelo Bogalho de Araújo
Rua da Baixa n.º 342 3.º esq.
Montijo
2870-231- Montijo

Exmo. Conselho de Administração da
Ambisider Recuperações Ambientais, SA
Avenida da Siderurgia Nacional, Edif. SN n.º 1
2840- 075 Aldeia de Paio Pires

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22.º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos. Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Miguel Ângelo Bogalho de Araújo
Rua da Baixa n.º 342 3.º esq.
Montijo
2870-231- Montijo

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral de Finanças
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmo. Senhor Inspetor Geral

Sou, na qualidade de gestor público com funções executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Miguel Ângelo Bogalho de Araújo
Rua da Baixa n.º 342 3.º esq.
Montijo
2870-231- Montijo

Exmo. Fiscal Único da Ambisider Recuperações
Ambientais, SA,
Vitor Almeida & Associados, SROC
Representada por Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida
Rua Augusto Macedo,10 C, Escritório 3 Lisboa
1600-794 LISBOA

Carta Regista c/AR

Seixal, 4 de Maio de 2016

Assunto: Comunicação das participações e interesses patrimoniais – n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007 de 27/3 e Anexo à RCM n.º 49/2007 e nos termos do art.º 52 do DL n.º 133/2013 de 03/10

Exmos. Senhores,

Sou, na qualidade de gestor público com funções executivas assumidas na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, declarar que não detenho quaisquer participações patrimoniais importantes na Ambisider Recuperações Ambientais, SA, nem quaisquer relações relevantes com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesses.

Apresentando os meus melhores cumprimentos,



Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A.

ANEXO 2 - Declaração de cada um dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os próprios interesses (conforme artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

DECLARAÇÃO

Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Ambisider Recuperações Ambientais, SA, declara, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 51º e 52º do Decreto – Lei n. 133/2013 de 3 de Outubro, que , no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Aldeia de Paio Pires, 4 de Maio de 2016

AMBISIDER RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, SA
ADMINISTRAÇÃO



DECLARAÇÃO

Filipe Alexandre de Matos Correia Marques, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Ambisider Recuperações Ambientais, SA, declara, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 51º e 52º do Decreto – Lei n. 133/2013 de 3 de Outubro, que , no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Aldeia de Paio Pires, 4 de Maio de 2016

AMBISIDER RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, SA
ADMINISTRAÇÃO

Filipe Marques

DECLARAÇÃO

Miguel Ângelo Bogalho de Araújo, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da Ambisider Recuperações Ambientais, SA, declara, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 51º e 52º do Decreto – Lei n. 133/2013 de 3 de Outubro, que , no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Aldeia de Paio Pires, 4 de Maio de 2016

AMBISIDER RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, SA
ADMINISTRAÇÃO



ANEXO 3 - Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015.

ACTA NÚMERO CENTO E SESSENTA E OITO

Aos quatro dias do mês de maio de 2016, pelas 9:30 horas, reuniu, na sede da Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A., o seu Conselho de Administração, estando presentes o Presidente, Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito e os Vogais Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques e o Eng.º Miguel Ângelo Bogalho de Araújo. -----

Após ter verificado que a reunião fora regularmente convocada e que estava presente a totalidade do Conselho, o Presidente, Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito, deu início aos trabalhos. -----

Seguidamente, procedeu à leitura da seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Único – Aprovação da revisão ao Relatório do Governo Societário em virtude da análise da análise final da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado;

Ponto Único – Aprovação da revisão ao Relatório do Governo Societário em virtude da análise da análise final da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado -----

O Dr. Paulo Gamito tomou a palavra referindo que, não obstante a Ambisider ter apresentado o Relatório do Governo Societário conjuntamente com os documentos de prestação de contas do ano 2015, os quais obtiveram parecer positivo do órgão de Fiscalização com data de 14.03.2016 em cumprimento do artigo 420º do Código das Sociais Comerciais. -----

Tendo sido disponibilizada no dia 27.04.2016 a análise final da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado ao Relatório do Governo Societário, a Ambisider procedeu em conformidade, procedendo à alteração da estrutura do Relatório conforme solicitado por esta Entidade. -----

O Conselho de Administração analisou a versão atualizada do Relatório do Governo Societário referente ao exercício 2015, tendo deliberado por unanimidade a sua aprovação. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 10:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, que vai ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração, presentes na reunião. -----



ACTA NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2016, pelas 9:00 horas, reuniu, na sede da Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A., o seu Conselho de Administração, estando presentes o Presidente, Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito e os Vogais Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques e o Eng.º Miguel Ângelo Bogalho de Araújo. -----

Após ter verificado que a reunião fora regularmente convocada e que estava presente a totalidade do Conselho, o Presidente, Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito, deu início aos trabalhos. -----

Seguidamente, procedeu à leitura da seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Um – Aprovação da ata da reunião anterior; -----

Ponto Dois – Área Comercial – Ponto de situação das Propostas; -----

Ponto Três – Área de Produção – Ponto de situação das Empreitadas; -----

Ponto Quatro – Análise da situação económico-financeira; -----

Ponto Cinco – Relatório do Governo Societário 2015; -----

Ponto Seis – Elementos de gestão da Ambisider solicitados pelo Acionista; -----

Ponto Sete – Recursos Humanos; -----

Ponto Oito – Processo 2500/05.7TASXL; -----

Ponto Nove – Auditoria de acompanhamento pela equipa da Parpública; -----

Ponto Dez – Visita de dois inspetores da CCDR-LVT ao Estaleiro Geral da Ambisider e Parque de Armazenamento Temporário de Resíduos-----

Ponto Onze – Ponto de situação na implementação do sistema de QAS -----

Ponto Um – Aprovação da ata da reunião anterior -----

Após a leitura do texto da ata de Reunião do Conselho de Administração, realizado em 04 de maio de 2016, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Membros do CA, presentes. -----

Por motivo de agenda, o Presidente do CA solicitou que a reunião passasse de imediato para a análise do ponto cinco da ordem de trabalhos, sendo os mesmos interrompidos depois de analisado este ponto e retomados no próximo dia 30.05.2016 pelas 9 horas no mesmo local. -----

Ponto Cinco – Relatório do Governo Societário 2015 -----

O Dr. Filipe Marques, apresentou o Relatório do Governo Societário revisto na sequência da análise aos sete pontos de melhoria identificados da UTAM, que solicitou

o aperfeiçoamento do documento. O ofício foi disponibilizado pela Parpública em 24.05.2016 ao Presidente do Conselho de Administração da Ambisider. -----

Tendo os membros do Conselho de Administração analisado os complementos de informação em cada um dos sete pontos de melhoria identificados na reanálise da UTAM, foi deliberada por unanimidade a aprovação da versão atualizada do Relatório do Governo Societário referente ao exercício 2015. -----

O Presidente do Conselho de Administração procedeu conforme anunciado à suspensão dos trabalhos, a retomar no próximo dia 30.05.2016 pelas 9 horas. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 10:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, que vai ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração, presentes na reunião. -----

ANEXO 4 - Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014¹⁶.

Nota explicativa:

Na Assembleia Geral de 17.04.2015 foram aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Anexo às Demonstrações Financeiras, o Relatório do Governo Societário e a proposta de Aplicação dos Resultados referente ao exercício de 2014.

¹⁶ A incluir apenas no caso do documento em apreço não se encontrar disponível em *SiRIEF*.

T3
CAP

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

J. Barreiro

A SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Catarina Charters de Amaral Marques

ACTA NUMERO TRINTA E UM

Aos dezassete dias do mês de abril de 2015 pelas onze horas, na sede da sua acionista única Baía do Tejo, SA, sita na Rua Industrial Alfredo da Silva, nº 12, Barreiro, reuniu a Assembleia Geral da AMBISIDER – Recuperações Ambientais, SA, estando presentes o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. José António Barreiro e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Dr^a Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem. -----

Estiveram presentes os membros do Conselho de Administração, Dr. Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito, Presidente, o Dr. Filipe Alexandre de Matos Correia Marques e o Eng^o Miguel Ângelo Bogalho de Araújo, Vogais, bem como o Representante do Fiscal Único, Senhor Dr. Vítor Manuel Batista Almeida em representação de Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda. -----

A Acionista Única, Baía do Tejo, SA, sociedade com sede no Largo Alexandre Herculano, no Barreiro, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Barreiro com o nº 1152, encontrava-se devidamente representada pelo Senhor Dr. Jacinto Guilherme Ramos Dias Pereira. Esteve ainda presente o Senhor Arq^o Sérgio Paulo Barradas Saraiva, Vogal do Conselho de Administração da Baía do Tejo, SA. -----

Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa apresentou cumprimentos a todos e leu, em seguida, a Ordem do Dia: -----

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Governo Societário do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como sobre o Parecer do Órgão de Fiscalização. -----
2. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados. -----
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade. -----
4. Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Sociedade. -----

ATAS

O Senhor Presidente da Mesa informou que para a Assembleia Geral funcionar como assembleia universal, com dispensa de formalidades prévias, seria necessário, de acordo com o disposto no número um, do artigo cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, que todos os acionistas estivessem presentes e manifestassem vontade que a Assembleia se constituísse e deliberasse sobre os assuntos da Ordem do Dia. -----

Como o Senhor Representante da acionista única manifestou vontade nesse sentido, o Senhor Presidente da Mesa declarou estarem reunidas as condições para a Assembleia deliberar validamente sobre as matérias constantes da Ordem do Dia. -----

Entrou-se, de seguida, no primeiro ponto da Ordem do Dia, "Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras e o Relatório do Governo Societário do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como sobre o Parecer do Órgão de Fiscalização".-----

Foi dispensada, pelo Senhor Representante do Acionista Única, a leitura dos documentos sujeitos à apreciação da Assembleia Geral, que eram já do seu conhecimento, tendo os mesmos sido arquivados com o expediente da mesa. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente pôs os referidos documentos à discussão e concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração. -----

O Senhor Presidente do Conselho de Administração tomou a palavra para dizer que o exercício de 2014 foi marcado pela conjuntura externa muito negativa no sector acreditando que a Ambisider viveu um dos piores anos em termos de carteira de obras e consequentemente em termos de faturação. Houve por parte da Administração uma postura para inverter esta situação, diversificando os serviços prestados, tendo a empresa neste contexto reforçado o trabalho em torno da pequena reabilitação e construção, aproveitando a mais-valia resultante de recomposição do Conselho de Administração materializada pela entrada de um administrador com formação na área da engenharia civil. No exercício de 2014, a Ambisider recebeu o mesmo número de propostas que no ano anterior mas envolvendo um volume bastante mais baixo, quer em trabalho efetivo quer em faturação. Por outro lado, a Administração da Ambisider prosseguiu a aplicação das medidas de contenção de custos, tendo inclusive chegado a acordo de rescisão com alguns trabalhadores. -----

O Senhor Presidente do Conselho de Administração referiu ainda que o ano de 2014 fica marcado pela conclusão da primeira experiência internacional na qual a Ambisider conseguiu obter um bom

desempenho e elevar a consideração do nome da Ambisider ao nível internacional. Em 2015 estão contempladas obras de pequena, média e grande dimensão pois acredita-se que o mercado vai despoletar em determinados segmentos e a Ambisider está a apostar na criação de uma base sólida de parcerias que lhe permitam inovar e diversificar no plano técnico e geográfico. Sublinhou estar entretanto em curso um novo plano de reestruturação que possibilite um aumento da produtividade. -----

O Senhor Presidente do Conselho de Administração agradeceu ao Acionista Único todo o apoio e confiança depositada. -----

Como mais ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa submeteu à votação o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, primeiro na generalidade e depois na especialidade, tendo os mesmos sido aprovados, mercê do voto favorável do Senhor Representante da Acionista Única. -----

Passou-se depois ao segundo ponto da Ordem do Dia, "Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados". -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra a Senhor Presidente do Conselho de Administração que realçou terem em 2014 sido reconhecidos 417.530,39€ de imparidades derivadas de dívidas incobráveis, um sinal do risco financeiro que a Ambisider tem sido exposta, e que no seu caso tem conseguido ultrapassar continuando a cumprir os compromissos assumidos dentro dos prazos contratados. Referiu ainda que o saldo de inventários constante do Ativo diminuiu para o montante de 884.826,00 €, valor correspondente à valorização do varão de ferro existente no betão em bruto, não britado, que se encontra depositado em parque e que é proveniente de trabalhos de demolição realizados pela Ambisider. -----

O Senhor Representante do Fiscal Único, Senhor Dr. Vítor Manuel Batista de Almeida tomou a palavra para dar nota de que, dadas as incertezas subjacentes à valorização destes ativos (material britado e não britado), se devem desenvolver diligências para chegar a uma solução de consenso para a sua avaliação. -----

Foi submetida à discussão a proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados constante do Relatório de Gestão, anexo à presente ata, arquivado com o expediente da mesa, e cuja leitura foi dispensada, mas que consiste no seguinte: -----

JS
CAA

ATAS

“O Conselho de Administração propõe que, do Resultado Líquido do Exercício (negativo) no montante de 898.427,20 euros (oitocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e sete euros e vinte cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.” -----

Tendo a proposta de aplicação de resultados sido colocada à votação, foi aprovada, com o voto favorável do Senhor Representante da Acionista Única. -----

Foi depois abordado o terceiro ponto da Ordem do Dia, "Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade." -----

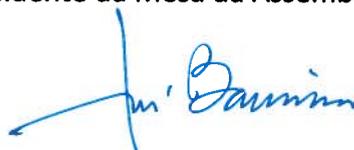
O Senhor Presidente da Mesa pôs a matéria à discussão da Assembleia. -----

O Senhor Representante da Acionista Única tomou a palavra para sublinhar duas questões que considera relevantes: a primeira é que a Baía do Tejo acredita que o ajuste estratégico da empresa no sentido de alargar o âmbito de trabalho pode ser benéfico para a Ambisider e a segunda é que o apoio da Baía do Tejo foi e vai ser reforçado de modo a que a Ambisider possa continuar o seu trabalho. De seguida o Senhor Representante da Acionista Única tomou a palavra para apresentar e propor à Assembleia Geral um voto de louvor aos órgãos sociais e aos colaboradores da Ambisider, bem como ao Fiscal Único, pelo trabalho desenvolvido no exercício.-----

Os titulares dos órgãos sociais agradeceram. -----

E como mais ninguém quisesse usar da palavra, foi encerrada a reunião, tendo da mesma sido lavrada a presente ata, que é assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa da Assembleia Geral. -

Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Secretária da Mesa da Assembleia Geral

CATARINA CHARTERS DE AMARAL MARQUES

ANEXO 5 - Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras, apresentados pelo Conselho de Administração da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Ao longo do exercício de 2015 procedemos ao acompanhamento dos negócios da Sociedade, à verificação do cumprimento das disposições legais e estatutárias, bem como à verificação da regularidade e adequação dos registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte.

Sempre que a situação o justificou, contactámos ainda com o Conselho de Administração e com outros responsáveis da Sociedade, onde abordámos os assuntos mais relevantes decorrentes das análises desenvolvidas, tendo solicitado, e obtido, os esclarecimentos considerados relevantes.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão e a sua conformidade com as exigências decorrentes da legislação aplicável, bem como com os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido nos nºs. 2 e 3 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem reservas mas com uma ênfase, onde se alerta para as incertezas subjacentes ao critério de valorimetria adotado para a valorização do varão de ferro existente no betão em bruto, ainda não britado, existente em parque.

Como nos compete, e sem prejuízo do referido no parágrafo anterior, damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela Sociedade, os quais são descritos no Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados.

O Relatório de Gestão apresenta uma análise detalhada da atividade desenvolvida pela Sociedade, dando cumprimento às disposições aplicáveis.

O Relatório contempla, em anexo, a informação sobre o Governo da Sociedade, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, detalhando de forma ajustada às características da Sociedade os diversos assuntos relacionados com as boas práticas de governo societário, respeitando a estrutura definida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração contempla a transferência para Resultados Transitados do resultado líquido negativo apurado no exercício, no montante de 432.399,46 euros, respeitando assim as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que se encontra em condições de ser aprovada pelos Senhores Acionistas.

Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Matérias relacionadas com as contas

De acordo com o exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas da **AMBISIDER – RECUPERAÇÕES AMBIENTAIS, S.A.**:

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

2. Outras matérias

No âmbito do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, atento o solicitado expressamente pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das Instruções sobre o processo de prestação de contas de 2015 que transmitiu aos Conselhos de Administração das empresas públicas, confirmamos, tanto quanto é do nosso conhecimento, que a Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A., deu pleno cumprimento à execução das orientações relativas à política de remunerações para 2015, incluindo a manutenção parcial das reduções salariais ocorridas nos anos anteriores.

Nos termos do nº 2 do artigo 54º do decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do nº 1 daquela disposição legal, e que constitui parte integrante do conjunto dos documentos de prestação de contas, entendendo que o mesmo dá cumprimento ao exigido no capítulo II daquele diploma legal, tendo em consideração as especificidades da Sociedade.

Lisboa, 14 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

DECLARAÇÃO

No passado dia 14 de março, na qualidade de Fiscal Único da Ambisider – Recuperações Ambientais, S.A., emitimos o relatório e parecer do Fiscal Único, em cumprimento do disposto, designadamente, no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais.

Nesse mesmo parecer, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54.º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos ainda a nossa concordância com a informação constante do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado pelo Conselho de Administração em cumprimento do nº 1 daquela disposição legal.

No dia 31 de março, em sede de assembleia geral, a acionista única da Ambisider aprovou os documentos de prestação de contas, atento o teor da certificação legal das contas e o relatório e parecer emitido pelo Fiscal Único.

Posteriormente, na sequência da análise desenvolvida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), concluiu esta entidade que o referido relatório não reunia as condições exigidas, tendo sido solicitada a sanação de algumas omissões, algumas delas de caráter predominantemente formal e outras que, de acordo com a nossa análise, não se revestiam de particular acuidade no âmbito da atividade desenvolvida pela Ambisider.

Não obstante, e em cumprimento da determinação emanada da Direção Geral do Tesouro e Finanças, com base na informação produzida pela UTAM, o Conselho de Administração da Ambisider reviu o conteúdo do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, de forma a colmatar as omissões identificadas, tendo apresentado, com data de 25 de maio, nova versão deste documento.

Deste modo, e em cumprimento do disposto o nº 2 do art.º 54.º do decreto-lei nº133/2013, de 3 de outubro, expressamos a nossa convicção de que o referido relatório cumpre com o conteúdo relevante de informação exigida pelo respetivo capítulo daquele diploma legal.

Lisboa, 30 de maio de 2016

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

Inscrito na OROC sob o nº 691 e na lista de auditores da CMVM sob o nº 20160331